

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Bianca Ferreira Rocha

**O UNIVERSAL DA POLÍTICA E O SINGULAR DO JOVEM: por uma política do
sujeito**

**Belo Horizonte
2022**

BIANCA FERREIRA ROCHA

**O UNIVERSAL DA POLÍTICA E O SINGULAR DO JOVEM: por uma política do
sujeito**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra

**Belo Horizonte
2022**

150	Rocha, Bianca Ferreira
R672u	O universal da política e o singular do jovem
2022	[manuscrito] : por uma política do sujeito / Bianca Ferreira Rocha. - 2022.
	120 f.
	Orientadora: Andréa Máris Campos Guerra.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Jovens – Teses. I. Guerra, Andréa Máris Campos . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE BIANCA FERREIRA ROCHA

Realizou-se, no dia 23 de maio de 2022, às 08:00 horas, Online, na Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada O UNIVERSAL DA POLÍTICA E O SINGULAR DO JOVEM: por uma política do sujeito, apresentada por BIANCA FERREIRA ROCHA, número de registro 2018650976, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador (UFMG), Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (UFMG), Prof(a). Nádia Laguárdia de Lima (UFMG), Prof(a). Jacqueline de Oliveira Moreira (PUC Minas), Prof(a). Sandra Torossian (UFRGS).

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maris Campos Guerra, Professora do Magistério Superior**, em 24/05/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcio Ribeiro Teixeira, Coordenador(a)**, em 24/05/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline de Oliveira Moreira, Usuário Externo**, em 24/05/2022, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane de Freitas Cunha Grillo, Professora do Magistério Superior**, em 24/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Laguardia de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 30/05/2022, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Djamboladjian Torossian, Usuária Externa**, em 12/09/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=acesso_externo=0, informando o código verificador **1473734** e o código CRC **206E902D**.

AGRADECIMENTOS

À Deus.

A minha mãe por despertar em mim o desejo pelo saber.

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo sincero.

Ao meu esposo e companheiro pela compreensão nos momentos difíceis.

A minha orientadora Andréa Guerra pela orientação ética e pela escuta sensível.

Às professoras Cristiane, Jacqueline, Sandra e Nádia pela leitura atenta do trabalho.

Aos amigos que sempre incentivaram minha caminhada.

Ao PSILACS, grupo sempre potente e ético na luta por uma psicanálise atenta à sua época.

Aos amigos e jovens do Programa Janela da Escuta que me permitiram abrir a escuta apostando no saber dos jovens e, em especial, a professora Cristiane Cunha, pela acolhida sempre sincera, decidida, delicada e generosa.

A Universidad de Antioquia pela acolhida durante meus estudos na Colômbia e, em especial aos professores Mario Elkin, Juan Manoel e Ángela María pela orientação e acolhida.

Aos jovens que acompanhei durante os cinco anos no sistema socioeducativo e que me ensinaram a ter um olhar atento para as singularidades.

Aos amigos e profissionais que estiveram comigo no sistema socioeducativo na luta por uma política que olhasse atentamente para os jovens.

À Capes pelo fomento da pesquisa.

RESUMO

Rocha, Bianca Ferreira. (2022). *O universal da política e o singular do jovem: por uma política do sujeito*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A pergunta sobre como fazer política considerando o sujeito não é nova e mobiliza diferentes saberes para encontrar uma resposta que possibilite a interseção dessas duas dimensões: sujeito e política, na borda do real que sempre aponta o limite da escrita, da linguagem e do saber. O questionamento nasce após a conclusão da experiência profissional da autora com a política socioeducativa de onde surgem memórias que foram escritas e analisadas. A discussão metodológica se baseou na construção do *a posteriori*, por meio de uma busca pelo entendimento sobre como a segunda construção temporal do inconsciente se fez presente na escrita e no percurso metodológico. As memórias operaram uma torção na pergunta central que, inicialmente, versava sobre a política socioeducativa, para então, chegar à dimensão do sujeito, o jovem, e sua relação com a política. O sujeito, conforme postulado pela psicanálise tem como ponto definidor o inconsciente. Essa definição permite relacionar o sujeito com a política a partir da assertiva lacaniana de que o inconsciente é a política. Essa afirmação amplia o entendimento do inconsciente para fora de uma lógica individual para colocá-lo em contato com a história, a cidade e com os discursos vigentes de cada época. Nessa lógica, sujeito e política aparecem em um mesmo plano, como duas dimensões imbricadas, que aparecem e desaparecem conforme o corte significativo que operamos, assim como na banda de Moebius. Para analisar a construção das políticas para a juventude consideramos importante a discussão da dimensão universal e singular. Lacan, ao rever a lógica aristotélica da instituição do universal, propõe que é por meio de um ato declarativo, de um traço singular do sujeito, que o universal pode se constituir. No campo das políticas públicas para a juventude, há uma gama de jovens que precisam ser considerados quando construímos diferentes intervenções. Desse modo, a organização da política deve criar espaços que permitam o aparecimento do ponto de indeterminação do sujeito e que propiciem a circulação de singularidades. É o caso que ensina a política a construir intervenções que considerem os sujeitos. A partir de um caso, foi possível entender que é necessário haver pontos de abertura no campo político que permitam escutar o sujeito na sua forma peculiar de fazer laço. O território, as redes e os atendimentos oferecidos aos jovens podem promover aberturas importantes para considerar uma política feita a partir do sujeito, pois quando os predicados são deixados de lado é possível a escuta das singularidades.

Palavras-chave: sujeito; política; jovem.

ABSTRACT

Rocha, Bianca Ferreira. (2022). *The universal of politics and the singular of the young person: in defense of a politics of the subject*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The problem of how to make politics considering the subject is not new. Different types of knowledge are mobilized in the search for an answer that allows the intersection of these two dimensions: subjective and political, an edge of the real always pointed to the limit of writing, language and knowledge. The questioning arises after the conclusion of the author's professional experience with the socio-educational policy from memories written and later analyzed. The methodological discussion was based on the construction of the *a posteriori* argument, through a search for an understanding of how the second temporal construction of the unconscious was present in writing and in the methodological path. The memories operated a twist in the central question that, initially, dealt with socio-educational policy, to then reach the dimension of the subject, the young person, and their relationship with the policy. The subject, as postulated by psychoanalysis, has the unconscious as its defining point. This definition relates the subject to politics based on the Lacanian assertion that unconscious is the politics. Thus, it expands the understanding of the unconscious outside of an individual logic to put it in contact with history, the city and the prevailing discourses of each era. In this logic, subject and politics appear on the same plane, as two intertwined dimensions, which appear and disappear according to the significant cut that we operate, as in the Moebius band. To analyze the construction of youth policies, we have given importance to the discussion of the universal and singular dimension. Lacan, when reviewing the Aristotelian logic of the institution of the universal, proposes that it is constituted through a declarative act, a singular trait of the subject. In the field of public youth policies, there is a range of young people that need to be considered when designing different interventions. In this way, the organization of policies must create spaces that allow the appearance of the subject's point of indeterminacy and that allow the circulation of singularities. It is the studied case that teaches the policies how to build interventions that consider the subjects. From the case presented, it was possible to understand that it is necessary to have opening points in the political field that allow listening to the subject in its peculiar way of making bonds. The territory, the networks and the services offered to young people can promote important openings to consider a policy made from the subject, since when predicates are left aside, it is possible to listen to singularities.

Keywords: subject; politics; young people.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 A marca do significante em um sujeito: o jovem como bandido	14
1.2 Sujeitos	16
1.3 Política e sujeito	19
1.4 Escrita e organização do trabalho	21
1.5 Referência bibliográfica	24
2 O A POSTERIORI NA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA EM PSICANÁLISE	25
2.1 Introdução	25
2.2 Onde se insere a pesquisa em psicanálise	25
2.3 Algumas notas sobre a memória	27
2.4 Contexto de nascimento da questão de pesquisa	29
2.5 A dimensão da escrita	30
2.6 A experiência da escrita da memória na pesquisa em psicanálise	34
2.7 A posteriori e a construção da questão de pesquisa	36
2.8 Apontamentos finais	38
2.9 Referências bibliográficas	40
3 POLÍTICA CLÍNICA E CLÍNICA POLÍTICA: POR UMA POLÍTICA DO SUJEITO	43
3.1 Introdução	43
3.2 O Sujeito em psicanálise	44
3.2.1 <i>O inconsciente em Freud</i>	44
3.2.2 <i>O sujeito em Lacan</i>	47
3.2.3 <i>Objeto e pulsão</i>	49
3.3 O inconsciente é a política	50
3.4 Política clínica e clínica política: o universal e o singular	54
3.5 Uma nota conclusiva sobre psicanálise e política	59
3.6 Referências bibliográficas	61
4 O UNIVERSAL DA POLÍTICA E O JOVEM: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA	63
4.1 Introdução	63
4.2 A lógica do universal	63
4.3 Política para juventude brasileira	69

4.4 Adolescência e juventude: universal, particular e singular	80
4.5 A guisa de conclusão: o singular e sua disjunção do universal	87
4.6 Referências bibliográficas	89
5 POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: QUANDO O JOVEM INTERROGA A POLÍTICA	92
5.1 Introdução	92
5.2 A política socioeducativa e a individualização da medida	93
5.3 Caso	98
5.4 Responsabilização para quem?	104
5.5 Aberturas políticas: quando aparece o sujeito	104
5.5.1 Atendimento	104
5.5.2 Rede	107
5.5.3 Território	109
5.6 Considerações finais	114
5.7 Referências bibliográficas	114
6 CONCLUSÃO	117

1 INTRODUÇÃO

Início a escrita em primeira pessoa, uma vez que a construção desse trabalho foi intensamente marcada pela minha experiência pessoal na gestão de uma política voltada para adolescentes que cometeram ato infracional e que respondem por esse ato diante do sistema de justiça, por meio de medidas socioeducativas. Meu ingresso na Secretaria de Estado de Defesa Social ocorreu no ano de 2013 para acompanhar o trabalho desenvolvido com os adolescentes e jovens no sistema socioeducativo. Foram cinco anos no trabalho de atendimento aos adolescentes e jovens e os desafios que enfrentei estavam ligados à tentativa de aliar as particularidades de um caso e os determinantes de uma política. Gostaria de contar como presenciei momentos de avanços políticos no campo das juventudes a partir da minha experiência de trabalho, mas não foi bem assim que as coisas aconteceram. Na verdade eu não pretendo teorizar aqui sobre as medidas, o trabalho que é feito, seus parâmetros legais, políticos e econômicos. Eu quero mesmo é dizer da minha experiência e como ela me levou a pensar sobre os furos e inconsistências dessa política que realiza um trabalho com as juventudes.

A construção de qualquer narrativa não é linear, há idas e vindas da experiência que nos fazem escrever e reescrever uma série de questões sobre os acontecimentos vividos. A escrita acompanha esse movimento e, por isso, a escrita de uma tese se faz e desfaz a cada nova elaboração teórica, metodológica e de experiência prática. Há, portanto, nessa narrativa pontos de ficção, histórias que eu conto para apresentar acontecimentos que me proporcionaram reflexões importantes para a tomada de decisões diárias no trabalho. Há também pontos de fixação, que são momentos nos quais uma pergunta sobre a prática foi feita e retornou de diferentes formas. Assim, teve início a investigação deste trabalho:

E no final foi um apagão. Ou será que foi o início? Afinal de contas nunca sabemos qual o limite dos acontecimentos, ou se podem ser limitados. (...) A sensação foi de apagão. De fato nos últimos dias de trabalho experimentava a sensação de não saber nada, uma vez que eu “sabia tudo”, sabia dar todas as respostas, orientar todos os casos, conhecia todas as metodologias e regimentos, sabia do trabalho desenvolvido por todos e ainda conseguia historicizar alguns fatos e decisões tomadas por pessoas que nem mais se encontravam no sistema. Nesse momento me perguntei qual a contribuição possível eu poderia dar se nem eu avançava mais nos meus conhecimentos (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

O trecho citado acima foi retirado de um texto que contém minhas memórias de trabalho e que foram escritas após a saída/conclusão deste emprego/cargo/trabalho. Decidi seguir as construções narrativas dessa escrita para trazer a discussão acerca dos impasses inconscientes que permearam a vivência com essa política. Nesse texto foram traçados todos os momentos dos fazeres cotidianos que provocaram reflexões sobre o trabalho com a gestão das medidas socioeducativas de Minas Gerais. A narrativa consistiu em um relato das memórias de trabalho e foram registradas nos momentos em que uma questão, um ponto de enodamento, era recordada. Os impasses da prática foram traçados, bem como os questionamentos sobre as construções da política e os avanços promovidos a partir de algumas discussões. Foram as marcas inconscientes nessa escrita que levaram ao estabelecimento de um novo questionamento sobre as experiências vividas com o tema, por meio de um giro discursivo que revelou o avesso do texto. A pergunta sobre a política virou uma pergunta sobre o sujeito. O cotidiano de trabalho também me trazia essas questões:

Por mais que controlássemos, o furo estava lá. Sempre posto, presente e nos colocando a trabalho. Estávamos sempre um passo atrás dos adolescentes, eles apontavam o que tentávamos tampar, escancarando através dos atos aquilo que tentávamos silenciar (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Ao perceber estes giros discursivos decidi discorrer sobre a construção metodológica deste trabalho ao longo de toda a tese tendo em vista que as perguntas não cessaram durante o processo de produção do trabalho. Entendo que essa forma de apresentação reflete as voltas que se operaram ao longo do tempo de escrita.

A primeira pergunta que me fiz foi: porque não estou falando sobre o socioeducativo, se minha experiência de trabalho se deu nesse cenário? A minha primeira proposta de trabalho era uma investigação sobre o socioeducativo, sobre a responsabilização nesse contexto. Volto nesse tema de outra forma já que, quando falamos desse sujeito, temos como pano de fundo a responsabilização. Mas respondendo à pergunta proposta, percebo que o trabalho da tese seguiu caminhos próprios, os caminhos da escrita. Isso porque ao escrever sobre as experiências e ao reler o texto, o que aparece é um insistente questionamento sobre o jovem no contexto político, sobre a política feita para esse sujeito, sobre o lugar desse sujeito

na política. Apesar da constante pergunta sobre o sujeito, a sua ausência está sempre marcada. Essa interrogação foi cotidiana, pois cada jovem acompanhado trazia consigo o questionamento dos fazeres de um sistema desumano, que coloca o jovem assujeitado a esse sistema.

Na escrita e na leitura do material esse problema foi o mote para a questão de pesquisa. O efeito dessa construção se deu no *a posteriori*, pois as memórias surgiram depois de a experiência de trabalho ser encerrada. Foi em uma segunda construção temporal que a pergunta se fez, seguindo as leis do inconsciente, a escrita desse trabalho foi uma narrativa sobre o que não se soube de uma experiência, que fez furo no saber.

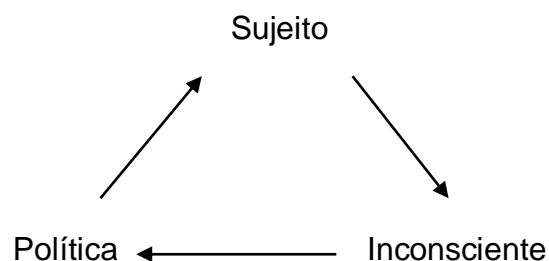
Num dos meus raros momentos de reflexão em meio ao turbilhão da burocracia e do cotidiano de trabalho eu estava sentada em minha cadeira em um dia “normal” (se é que eu tive dias normais de trabalho) e então, eu parei, olhei para os lados e todos estavam imersos em seus afazeres, muito barulho, telefones tocando, olho para os lados e penso: se passamos oito horas do nosso dia criando e sustentando discursos para manter pessoas presas, então outros discursos são possíveis (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

No momento desta reflexão penso sobre a possibilidade de fazer avançar o saber e as práticas nas políticas para juventude. Penso também que numa tese o que se espera é uma descoberta original. De fato, queremos fazer avançar o saber. No caso aqui proposto penso no saber inconsciente que movimentou a escrita sobre uma questão. A originalidade do saber está no inconsciente e seguir suas vias nos leva à singularidade da construção teórica, movendo o saber do pesquisador. O objetivo aqui é criar a produção de uma narrativa, uma análise das produções inconscientes e os caminhos que este percorre ao chegar ao seu limite, ao seu furo, no qual só é possível construir bordas, contornos simbólicos para o que não pôde ser nomeado no dia a dia de trabalho. Na escrita das memórias há sempre um ponto que permanece em aberto na experiência, um real que não se escreve, mas que se faz presente. A tentativa dessa pesquisa é fazer uma escrita sobre o real dessa experiência e a possibilidade de se movimentar em torno dele.

No movimento de construção do objeto da tese o trabalho com os conceitos de sujeito e política foram centrais para pensar uma política para a juventude. Inicialmente o conceito de sujeito se apresentou como o ponto de partida para essa construção. Para a psicanálise, esse conceito é muito caro e nos permite pensar diferentes possibilidades de trabalho e de intervenção. O desejo é a marca central

para a definição do sujeito que aponta para a dimensão da falta de objeto e de significantes que lhe tampone, deixando um furo onde seria sua marca central. Esse ponto de abertura foi o mote para considerar uma formulação de política que trabalhasse a partir da singularidade, abrindo mão de construções universais e definições muito próprias sobre os sujeitos aos quais se destinam.

Pensar o sujeito sob a ótica da psicanálise, o sujeito do inconsciente, me levou a definição de política também formulada por essa teoria e, mais especificamente, por Lacan. No “Seminário 14: a lógica do fantasma”, Lacan (1966-1967, p.350), profere em meio a sua aula, sem se deter em maiores explicações, que “o inconsciente é a política”. Lacan faz uma importante assertiva para a articulação que proponho nesse trabalho, pois tendo essa definição como ponto de partida, me aventuro a estudar uma política construída a partir dos sujeitos. Nesse sentido, se o sujeito é aquele do inconsciente e o inconsciente é a política, pensar uma política para o sujeito me fez cair em uma tautologia, na qual os conceitos se fecham em si mesmo.



Como sair dessa tautologia? Essa pergunta me fez pensar que somente um ponto fora dessa triangulação me permitiria entender o inconsciente como a política, considerando esse sujeito que está em jogo. Quando pensamos na definição do inconsciente, juntamente com Lacan, temos o discurso do Outro como ponto de demarcação. O Outro antecede o sujeito, tem lugar de mestria, ele estabelece os significantes mestres nos quais o sujeito vai primeiramente se alienar para depois se separar.

Essa relação do sujeito com o Outro é marcada por uma aposta, conforme propõe “Lacan no Seminário 16: de um Outro ao Outro”. Lacan (1968-1969/2008), para trabalhar essa relação apresenta a aposta de Pascal, na qual o autor utiliza a lógica matemática para dizer da existência de Deus. Nessa proposta de Pascal a existência de Deus só é possível de se conhecer a partir da fé, através de uma

aposta na vida infinita. Conhecemos Deus apenas por meio da fé, contudo, não conhecemos a natureza divina. A aposta é baseada numa escolha de vida que se quer levar e pode ser resumida da seguinte forma: se eu acredito em Deus e estou certo, ganho o infinito; se eu acredito em Deus e estou errado, tenho uma perda infinita; se eu não acredito em Deus e estou certo, tenho um ganho finito; por fim, se eu não acredito em Deus e estou errado, tenho uma perda infinita. Nessa lógica acreditar em Deus é o melhor, pois a perda é finita e os ganhos são infinitos. A não crença em Deus leva a perdas infinitas e ganhos finitos.

A aposta, segundo Lacan, tem como ponto de início o real absoluto, pois ela é feita sem que o sujeito saiba no que está apostando. A aposta é feita baseada em um não saber, tendo um real como esteio. Nesse ponto Pascal mudou profundamente o Eu do jogador.

Esse efeito simbólico inscreve-se no vazio que se produz entre o corpo e seu gozo, na medida em que é a incidência do significante, ou da marca, isto é, do que chamei há pouco de traço unário, que o determina ou que o agrava. Como não podemos sondar o que já havia desse vazio no organismo, e já que só nos importa o agravamento, dizemos que a incidência do traço unário lhe dá consistência.

Desenha-se, pois, uma relação entre o efeito da perda, ou seja, o objeto perdido que designamos por *a*, e o lugar chamado Outro, sem o qual ele não poderia se produzir, um lugar ainda não conhecido e não medido (Lacan, 1968-1969/2008, p. 125).

Nesse sentido, num primeiro momento, fazer uma aposta em vidas infinitamente felizes, apostar na existência de Deus, nos leva a admitir a presença do Outro e a perda do objeto *a*. Se apostamos na existência de Deus, ganhamos o infinito, mas se a aposta segue o sentido contrário, se apostamos no objeto *a*, não sabemos o que ganhamos, colocamos em jogo a função do Outro e a necessária separação Dele. Por outro lado, num segundo momento, perder a infinidade de vidas felizes remete o sujeito a um gozo crescente e a perda de vidas infinitamente felizes. O objeto *a* fica do lado contrário ao de vidas infinitamente felizes, pois quando admitimos a presença do Outro, o objeto *a* equivale a zero, se temos e sabemos tudo do Outro, esse objeto não existe (Lacan, 1968-1969/2008). Será só num terceiro tempo que poderemos pensar na assunção do sujeito como responsável pelo seu próprio desejo, pois é nesse terceiro tempo que Lacan retira a garantia de um parceiro no jogo. O sujeito faz uma aposta, não sem o Outro, a partir da sua condição desejante que foi extraída da perda condensada no objeto *a* e, pode então, assumir sua responsabilidade sem ter qualquer garantia.

Para pensar a política e sua relação com o sujeito não podemos prescindir do Outro, pois o sujeito é marcado desde o início por essa relação. Se alienar nos significantes trazidos por esse Outro é o primeiro passo para que o sujeito possa advir e, será na sua separação, que ele se constituirá. A relação entre sujeito, política e inconsciente será marcada pelo Outro, o ponto fora da tautologia que nos permite pensar uma política que seja feita a partir do sujeito.

Após a saída desse ponto tautológico, foi possível pensar quais as categorias apareceram nos meus escritos e como elas me fizeram avançar na elaboração da escrita da tese que visa articular política e sujeito. Para isso, discutirei a dimensão do sujeito, a marca do significante no jovem e política na sua interface com o sujeito. Essas três categorias foram importantes para entender as movimentações feitas em torno do objeto de pesquisa e a tentativa de entender como o jovem, enquanto sujeito, aparecia na dinâmica universalizante da política.

1.1 A marca do significante em um sujeito: o jovem como bandido

Ao revisar minhas memórias de trabalho para buscar a discussão sobre a política para a juventude não foi sem surpresa que encontrei poucas construções e reflexões sobre a adolescência e juventude, pois era uma realidade do sistema socioeducativo. Os dias de trabalho eram longos, muito cansativos porque eu falava o tempo todo coisas muito óbvias, trabalhava por uma defesa constante da humanização dos jovens, buscando enxergá-los para além dos atos infracionais que cometeram.

A reflexão de fato já não fazia parte do meu cotidiano e a minha frase era: “eu só falo o óbvio o dia inteiro”. Qual obviedade? “São vocês que têm que atender os adolescentes e esse atendimento tem que ser de qualidade.” “Sim os adolescentes são sujeitos de direitos e temos que garanti-los.” “De fato são leis que nos regem e precisamos respeitá-las.” E também dito de forma subentendida eu repetia com constância: “sim os adolescentes são seres humanos e devem ser tratados como tais.” (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

De qual jovem estávamos falando ali? Qual sujeito estávamos considerando para direcionar as nossas ações? Não estávamos atendendo a jovens e precisávamos olhar esses sujeitos a partir de um viés teórico-prático que considerasse suas especificidades? Eu não sei. Comecei a escrita das memórias a partir desse ponto, pois entendo que essa discussão é basal para se pensar as

políticas e as possibilidades de intervenção técnica com os adolescentes e os jovens, independentemente da área de conhecimento que estamos falando.

Em uma política voltada para adolescentes e jovens, marcada pela busca dos seus direitos, as violações e incompreensões estavam presentes demais. No cotidiano do trabalho e nas conversas constantes com diferentes setores e atores do sistema socioeducativo, sejam aqueles que trabalhavam muito diretamente com os jovens ou aqueles que estavam cuidando de assuntos mais burocráticos, a forma de enxergar o problema às vezes me parecia a mesma, não existia o sujeito, existe o ato infracional. Nesse sentido, trabalhar para ver os jovens a partir da sua humanidade era literalmente uma luta e, agora, quatro anos depois, percebo que a saída encontrada foi garantir os seus direitos. Me parece que a presentificação desse sujeito se fazia via lei, via direitos, pela via jurídica.

Essa ausência de reflexão e discussão sobre o adolescente e o jovem refletia nas práticas cotidianas e na forma de ler diferentes situações dentro do centro socioeducativo que os colocavam como infratores e não como sujeitos que estão vivenciando uma fase delicada de suas vidas. Havia, portanto, uma leitura que reiterava a atuação infracional e que reservava a eles o lugar do pior.

Por isso, sempre achei que o sistema socioeducativo lia e lê muitos comportamentos dos adolescentes fixando-os no lugar da infração. Brincadeiras, falas, atos, todos eram vistos como infração, o que não possibilita deslocá-los dessa posição. Era preciso ampliar a leitura desses atos para não judicializar tudo e, para isso, era preciso rediscutir o regimento único que por vezes se mostra inflexível, mas também é lido de forma inflexível pelos técnicos e diretores (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Repensar as práticas, orientações, reescrever documentos, discutir as leis e muitas outras ações não eram atividades possíveis dentro de um sistema tão certo de si e dos benefícios que trazia para a sociedade protegendo-a de pequenos bandidos. Refreshar o pensamento, sentir um sopro de liberdade era algo inconcebível nesse lugar. A ideia de que os jovens eram bandidos parecia ser muito bem aceita e o trabalho seria o de extirpar esse mal da sociedade. Havia palavras duras sobre isso e havia silêncio.

Outra experiência que também me marcou nesse mesmo sentido foi quando estava em uma casa de semiliberdade para discutir o caso de um adolescente que estava fazendo uso abusivo de drogas e se colocava para a morte em muitos momentos. Nesse momento um técnico diz que se o adolescente morresse não teria problema, pois viria mais um. Quando ouvi isso não pude me silenciar e lhe disse que as coisas não eram desse jeito, que a gente deveria, no campo do nosso trabalho e da nossa intervenção, fazer de tudo para auxiliar esse adolescente no problema que ele estava enfrentando. Ele me contradiz dizendo que a gente

não pode obrigar o adolescente a fazer certas coisas e temos que desistir em algum momento. Eu por outro lado, digo o contrário. Nessa situação, assim como na outra, houve silêncio dos outros técnicos e de outras pessoas da gestão que também estavam ali, ouvindo sem se implicar com a situação para logo depois fazerem discursos de como deveríamos olhar para essa questão dos adolescentes envolvidos com a criminalidade e lutar por uma sociedade diferente e mais justa (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

O silêncio era sempre profundo. A falta de espaços para que os adolescentes pudessem falar e saber de si era uma característica do sistema. Havia o silenciamento da história e do saber que estes traziam sobre a sua própria vida. Os adolescentes não poderiam aparecer para esse sistema, já que o saber sobre eles estava pronto e traçado, se tratava de adolescentes infratores que precisavam ter seus corpos e rostos escondidos da sociedade para não mostrar o que ela tinha de pior. Uma política de apagamento, uma política de silenciamento.

Era a primeira vez que eu conhecia aquele espaço e quando me foi apresentado fizeram questão de mostrar onde havia ocorrido um homicídio muito brutal. A apresentação daquele espaço para mim não fez sentido, achei quase que se tratava de um show de horrores. O lugar era sujo, mal cheiroso, feio e escuro. Logo pensei: como os adolescentes conseguem ficar nesse espaço? Como repensam ou se responsabilizam pelos seus atos nesse lugar? Lugar que desumaniza, retira a capacidade de simbolizar sobre o que se está vivendo, já que o que se pode ver ali são corpos presos sem recursos, ou possibilidade de saber sobre si (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Penso no desafio de construir uma política para sujeitos que já estão rechaçados da sociedade antes mesmo de estarem em um sistema socioeducativo. Tudo depõe contra esses jovens, lhes é negado até seu direito de serem vistos como um sujeito de direitos. Pensar em uma política que atravesse a mera garantia de direitos e que possibilite a esses sujeitos serem considerados como tais, com suas histórias, trajetórias de vida e marcas subjetivas, é um passo importante para ultrapassarmos práticas estigmatizadas, que fixam esses sujeitos no lugar do pior.

1.2 Sujeitos

A primeira questão que me ocorreu ao pensar sobre os sujeitos foi: porque estudar o sujeito dentro do campo político? Como pensar o singular quando o direcionamento é para o universal? Acredito que essas perguntas nortearam a minha narrativa e escrita sobre uma política para o jovem que considere a dimensão do sujeito. São perguntas que também direcionaram a minha prática de trabalho e que não foram ouvidas, pois ficaram sob os discursos da lógica universalizante da política. Quando iniciei a proposta de investigação sobre a política socioeducativa a

pergunta se voltava para o sistema, queria saber como ele se organizava ao redor dos adolescentes e jovens. O olhar sobre os sujeitos estava sempre submetido à lógica do sistema e, por isso: “aprendi que no estado o meu trabalho era de minimização das violações produzidas pelo próprio estado” (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Na escrita do texto contendo as minhas memórias a palavra sujeito aparece muitas vezes para questionar as práticas da política com jovens. A pergunta sobre o sujeito foi recorrente no dia a dia do trabalho com o sistema socioeducativo. Entendi que estar em um trabalho de gestão é pensar o macro, eu sempre afirmei isso. Acredito que tal afirmação tinha o intuito de lidar com o incômodo de não fazer um trabalho que considerasse os sujeitos no campo político. As discussões de caso revelavam o que era (des)considerado nesse cenário, pois a dúvida sobre pensar o caso ou pensar a política se fazia a cada nova discussão.

A pluralidade do pensar é o que garante as transformações constantes e dialéticas de todos os seres humanos. Quando eu precisava discutir algum tema um tanto quanto espinhoso percebia que ora eu cedia ao sistema, ora eu precisava assumir a posição de defesa do sujeito. Às vezes essas posições não eram percebidas por mim, ou talvez eram percebidas a posteriori. Para mim esse ponto ficava mais claro quando tinha que discutir um caso de transferência do adolescente de unidade socioeducativa. Esse ponto sempre me incomodou, pois era exatamente nessa hora que eu percebia como eu tomava decisões para os outros e sobre a vida dos outros. Fazer uma transferência de unidade tinha implicações na vida dos adolescentes, no seu cumprimento de medida e, conseqüentemente no tempo que este adolescente permaneceria no sistema (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Reconhecer as decisões políticas que incidem sobre os sujeitos foi um tema percorrido ao longo do texto. Os sujeitos estão sempre à parte das construções políticas que incidem sobre eles e, no socioeducativo, meu incômodo aparecia ao me deparar com a impossibilidade de inserir questões ligadas à lógica do sujeito no discurso político. Havia sempre uma resposta de impossibilidade em mudar as coisas e eu ouvia com frequência que não podíamos pensar em questões subjetivas porque isso implicaria em ter que atender cada adolescente individualmente e, portanto, não haveria política socioeducativa. Minha resposta quase sempre era de que deveríamos abrir brechas, furos no discurso e nas articulações cotidianas para que o sujeito fosse ouvido em suas particularidades. Desse modo, o que aparecia era um silêncio sobre tudo aquilo que envolvia as questões mais subjetivas dos jovens.

O silêncio nesses momentos também me incomodava. As pessoas não se posicionavam e não defendiam a posição do sujeito e muitas vezes era eu quem me colocava nesse lugar e nesse debate para garantir que o sujeito fosse ouvido nos diferentes espaços. Que silêncio era esse? (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

O silêncio dos profissionais diante de possíveis violações de direitos dos adolescentes eu nunca entendi, bem como as queixas constantes sobre o trabalho. Havia sempre uma impossibilidade em pensar como avançar nas práticas e nas construções políticas.

Muitas pessoas diziam que a falta de recursos materiais impedia o trabalho de acontecer. Eu concordo. Mas como podemos pensar para além disso? Em certo ponto do meu percurso de trabalho me perguntei: se tivéssemos as condições materiais favoráveis para o trabalho ocorrer, quais seriam as nossas questões? (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Quais seriam as nossas questões diante de outra organização e articulação política? Quais seriam as nossas questões diante de outras condições materiais para a execução das políticas? Quais seriam as nossas questões diante de outro referencial político? Penso que essas questões me levaram a pensar no sujeito como outro ponto de referência para os fazeres da política com os jovens. Eles não eram considerados quando o assunto se tratava de pensar construções políticas. Escutar os jovens em alguns espaços me auxiliou a entender que a política não se fazia sem eles, sem ouvi-los, sem pensar em aspectos subjetivos ligados à adolescência e juventude.

No fórum socioeducativo eu fazia parte de uma comissão que tinha a participação dos adolescentes e era bem interessante ouvir o que eles tinham a dizer sobre a medida. Eu achava muito interessante esse espaço pela produção e pela potência de aprendizado que ele podia trazer para mim e para o sistema. Mas para a minha surpresa isso nunca aconteceu. Era um pouco provável que assim fosse, pois num sistema que os adolescentes não podem aparecer, que o saber deles é colocado em segundo plano, como poderia ter sucesso esse espaço? Apesar de todas as dificuldades, ainda acredito na possibilidade de um trabalho que considere os adolescentes como sujeitos (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Essa narrativa sobre os acontecimentos de cinco anos de trabalho e os desafios do último ano me fez repensar os fazeres no campo da política com jovens. A questão do sujeito e a possibilidade de construir uma política a partir desse, foi a última reflexão feita ao longo do texto que narra minha experiência com o socioeducativo.

Depois de um ano de trabalho, o mais difícil de enfrentar, pude ver a desarticulação da gestão e como isso repercutiu no trabalho com os adolescentes. Estávamos enfrentando vários desafios e tentando sempre manter um mínimo do trabalho da gestão. Contudo, eu havia chegado à conclusão que deveríamos deixar a gestão de lado e nos concentrar em fazer a política em torno de cada caso. Uma vez que os direcionamentos da gestão estavam balanceados deveríamos ter como norte os sujeitos para construir a política (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Pensar sobre os sujeitos dentro do campo dos fazeres políticos é um desafio, tendo em vista que eles ficam muitas vezes à margem do discurso. Quando a política endurece há uma perda irreparável nas construções cotidianas de soluções para os desafios que se apresentam. Desse modo, discorrer sobre o sujeito no campo político nos permite deslocar o discurso para construir outros saberes e fazeres.

1.3 Política e sujeito

O fato de o sujeito apresentar várias questões para a política implica o exercício de repensá-la. Me lembro de uma fala bem peculiar que ouvi quando trabalhava na política socioeducativa. Um agente socioeducativo em uma conversa com outro agente conta uma situação que viveu com um dos adolescentes que estava preso em uma unidade socioeducativa.

Certa vez ouvi um relato de um agente socioeducativo que, em uma conversa com um adolescente, havia dito para o adolescente que ele estava preso e que só poderia sair aos finais de semana. O adolescente, por sua vez, falou que se ele voltasse para a unidade o agente também estaria lá e conclui que os dois estão presos no sistema. Mas o adolescente ainda faz uma ressalva, quando ele terminar o cumprimento de medida estará livre só que o agente socioeducativo não. Acredito que há mais verdade nessa fala do que eu supunha anteriormente (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Essa fala me pareceu tão elucidativa sobre a realidade que aquela política propunha que comecei a repensar a minha posição dentro do trabalho e minha concepção de política. Entendi, nesse momento, que a lógica criada por aquela política limitava todos que estavam envolvidos com ela, não só os adolescentes estavam presos, todos estavam presos por alguns significantes que restringiam o livre exercício de pensar sobre os adolescentes, suas peculiaridades, seus fazeres e suas transgressões.

Talvez esse tenha sido um dos momentos cruciais para eu começar a imaginar um sistema socioeducativo que tivesse como primazia no discurso e ações a liberdade, a justiça social e

a humanização das relações. Mas isso é só a minha imaginação. No entanto me pergunto: aquilo que temos não foi um dia imaginado? E as mudanças concretas não servem de material para a imaginação? Ideias e mundo material estão sempre conectados, imbricados e correlacionados e, por isso, não conseguimos desconectá-los. Talvez a minha maior motivação seja essa: imaginar o que poderia ser e não é; depois de tanto tempo aprendendo o que fazer (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

O fazer cotidiano do trabalho sempre trouxe muitas e boas questões. A ideia sobre política foi um dos pontos que mais suscitou entraves para o trabalho, mas também possibilidades de inovações. Não eram raros os momentos em que nos deparávamos com problemas para resolver algum caso particular porque a política não permitia que os fazeres se ampliassem. Havia normas, leis, práticas muito bem descritas que nos impossibilitavam a criação diante de problemas particulares. Esse lugar de respiro, de liberdade, de criação e articulação nos era negado em nome dos significantes pré-estabelecidos sobre o jovem que, nessa política, especificamente, se tratava do bandido. Sem muita margem de manobra e seguindo as diretrizes propostas pela política com adolescentes e jovens infratores, poucas articulações eram possíveis de serem feitas nos casos.

Sempre pensei que os adolescentes estavam em uma posição de assujeitamento expressiva, assujeitamento dos corpos e saberes. Algumas propostas de trabalho, principalmente aquelas que envolviam outros adolescentes, solicitavam fazer visitas para que os adolescentes que estavam fora do sistema socioeducativo pudessem conhecer a realidade do sistema. Nessas propostas ficava sempre implícito uma concepção de que os adolescentes deveriam conhecer o sistema para entenderem que não era bom infracionar. Fazer a discussão sobre as conseqüências dos atos na adolescência e qual a modalidade de responsabilização que a lei exige tudo bem. Mas mostrar os adolescentes do socioeducativo como exemplo a não ser seguido sempre me pareceu igualá-los com o que há de pior (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Havia muitos saberes postos nesse trabalho, mas nenhum era do jovem. Nenhum saber do jovem era considerado no momento de pensar a política, suas construções e fazeres e, nesse sentido, ter a visão do caso a caso era falaciosa já que as diretrizes estavam postas antes das articulações do trabalho. Entretanto, os furos apareciam porque não nos detínhamos sobre um ponto crucial do trabalho: os sujeitos apontam os furos da política, pois no lugar em que a política constrói uma determinação, uma diretriz, um significante, o sujeito aponta um furo. A singularidade de cada caso colocava questões para a política e, em muitos momentos, a resposta construída versava sobre o silenciamento do sujeito. Escutar esses sujeitos implicava pensar mudanças na política, mudanças de diretrizes e, implicava também, abrir mão de saberes solapantes, fechados, marcados por

significantes muito “fortes” que conferiam saber para aqueles que operavam a política. O que não era considerado nesse contexto é que os significantes são sempre parciais, metonímicos e, por isso, é preciso deixar que eles deslizem.

Trabalhar no sistema sempre foi complexo. O sistema é totalizante e tentava sempre tampar os furos. Acho que sempre tentávamos ser uma instituição total. Não vou negar que essa lógica era atraente e confortante. Já pensou em não ter que lidar com as faltas? Não ter que discutir porque o adolescente fugiu? Ter assistência de saúde, educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer, num ambiente controlado onde as atividades poderiam acontecer sem muitas interferências? Isso não acontecia. Por mais que controlássemos, o furo estava lá. Sempre posto, presente e nos colocando a trabalho (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

O sujeito sempre nos coloca a trabalho, sempre nos coloca questões e, no campo político, nos faz pensar na possibilidade de um fazer diferente, uma inversão da política que volte seu olhar para o que é particular a fim de repensar os seus fazeres. Pensar a política a partir dos sujeitos nos permite enxergar os furos que cada caso e cada sujeito colocam para a lógica universalizante. Os casos estudados e as articulações entre diferentes políticas públicas deixaram entrever que as construções precisavam ser únicas, as diretrizes precisavam ser flexíveis para que os significantes, que são únicos em cada caso, pudessem ser ouvidos e fosse possível operar a partir de uma lógica mais particular.

1.4 Escrita e organização do trabalho

A escrita das memórias de trabalho foi uma importante etapa do processo de definição do objeto de pesquisa e de construção da escrita, pois as memórias operaram uma torção na pergunta central que, inicialmente, versava sobre a política socioeducativa, para então, chegar à dimensão do sujeito na política. Os escritos são marcados por uma reflexão sobre a medida socioeducativa, porém não é esse o intuito dessa pesquisa, uma vez que ao escrever e reler as memórias de trabalho outra questão foi se apresentando: o sujeito não aparecia nas construções da política. Dessa forma, o delineamento da pesquisa se deu em torno desse ponto que não foi respondido pela experiência prática: como pensar a política a partir dos sujeitos.

Para responder essa pergunta a tese foi dividida em quatro capítulos, escrito em formato de artigo, sendo eles: O *a posteriori* na construção metodológica da pesquisa em psicanálise; Política clínica e clínica política: por uma política do sujeito;

O universal da política e o jovem: uma análise das políticas para a juventude brasileira; Política para a juventude: quando o jovem interroga a política.

No primeiro capítulo foi trabalhado o percurso de construção do objeto central da tese que surgiu a partir da rememoração de uma experiência de trabalho. Tendo como ponto de discussão o *a posteriori*, a busca foi pelo entendimento sobre como essa segunda construção temporal do inconsciente se fez presente na escrita e no percurso metodológico. A psicanálise ao introduzir o sujeito no campo da ciência nos permite entender e analisar as construções inconscientes no fazer de uma pesquisa. É por meio desse ponto de abertura para o inconsciente que o sujeito pesquisador participa das construções que envolvem o tema da pesquisa com o seu desejo de saber. Será também nessa abertura que a possibilidade de encontro com o real, que cada pesquisa pode conduzir, tem o seu lugar. Desse modo, a lógica do *a posteriori*, nos permitiu ver como o saber inconsciente se faz presente em uma pesquisa e o real que ela comporta.

No segundo capítulo nos perguntamos sobre a relação do sujeito com a política, tema central dessa pesquisa. Discutir sobre os sujeitos dentro do campo político nos coloca o desafio de pensar uma política que esteja atenta as singularidades. O conceito de sujeito elaborado pela psicanálise nos remete sempre a essa dimensão singular que pode ser vista no circuito pulsional, conforme descreve Freud, pois esse circuito reflete a relação específica que cada sujeito estabelece com os objetos da pulsão. Lacan acrescenta que o sujeito só aparece transitoriamente como algo estranho e extrínseco, se expressando por meio do significante que depois desvanece. Nessa constituição do sujeito do inconsciente é preciso considerar o Outro, a incidência do seu discurso no inconsciente e a dimensão política que ele comporta. Para isso, considerar o inconsciente como a política, conforme enunciado por Lacan, ampliou o entendimento do inconsciente fora de uma lógica individual para colocá-lo em contato com a história, a cidade e com os discursos vigentes de cada época. Sujeito e política aparecem em um mesmo plano, como duas dimensões imbricadas, que aparecem e desaparecem conforme o corte significativo que operamos. Portanto, a relação da política com o sujeito se dá por meio de uma dialética, de modo que será nos pontos de abertura da política que o sujeito pode aparecer.

No terceiro capítulo nos dedicamos a analisar as políticas para a juventude trabalhando a partir da lógica do universal, do particular e do singular. Iniciamos

essa discussão a partir da elaboração do pensamento lógico sobre a instituição do universal. O processo de instituição do universal se faz a partir de um ato declarativo, é a partir de um traço singular, do sujeito, que a assertiva universal pode se constituir e pode ser negada. Trabalhados esses pontos, podemos entender como as vivências particulares da juventude não se esgotam, pois não traduzem todo o universal e não dizem das singularidades. O entendimento sobre a lógica universal, seu estabelecimento e a relação com o singular abre espaço para discutirmos as leis e sua instituição. A lei visa o universal e para isso, parte de uma lógica que englobe o *para todos* em detrimento das singularidades e nos desafia a pensar em como construir uma política que abra espaço para o sujeito, já que é a partir de um ato declarativo que o universal se faz presente. É no campo do singular que podemos afirmar o universal, como nos diz Lacan, pois é a partir da disjunção do singular do campo universal que pode haver a afirmação e negação desse universal.

No quarto capítulo nos dedicamos a discutir o caso de um jovem que passou pela política socioeducativa. Os escritos utilizados para a descrição do caso e da política foram extraídos de um diário memorialístico escrito pela autora a partir da sua experiência na gestão do sistema socioeducativo. Os registros foram feitos durante as discussões de caso do jovem, nas quais a autora esteve presente para construir o caso com a rede de atendimento ao sistema socioeducativo. O caso apresentado mostra um jovem que teve várias passagens pelo sistema socioeducativo sem ser ouvido a partir da sua forma própria de relação com as políticas e territórios com os quais fazia laço. Podemos pensar, então, que é necessário haver pontos de abertura no campo político que permitam escutar o sujeito na sua forma peculiar de fazer laço. O território, as redes e os atendimentos oferecidos ao jovem se apresentaram como pontos de abertura importantes para considerar uma política feita a partir do sujeito, pois quando os predicados são deixados de lado é possível fazer uma política do sujeito.

Entendemos, portanto, que é só a partir da escuta dos sujeitos, dos seus significantes e formas próprias de fazer laço, que podemos promover aberturas políticas para que a singularidade seja considerada.

1.5 Referências bibliográficas

Lacan, Jacques (1966/1967). *Seminário, livro 14: a lógica do fantasma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Lacan, Jacques. (1968-1969). *O seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

2 O A *POSTERIORI* NA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA EM PSICANÁLISE

2.1 Introdução

É preciso lembrar que não existem respostas simples para problemas complexos (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018)

A reflexão aqui proposta se baseará no delineamento de uma questão de pesquisa que surgiu a partir da rememoração de uma experiência prática de trabalho com o sistema socioeducativo. Nos fazeres cotidianos, muitas questões surgiram colocando os saberes para produzir novas respostas diante dos conflitos que a prática apresentava. Essas vivências que se somaram durante cinco anos produziram memórias que, como nos diz a psicanálise, podem ter conteúdos inconscientes. Analisar essas memórias, como material para a construção metodológica de uma pesquisa, será o fio condutor deste artigo na busca de entender onde se insere a pesquisa em psicanálise e como podemos considerar o saber inconsciente do pesquisador na elaboração de uma questão de pesquisa.

A especificidade dessa construção se deu a partir da escrita. As experiências vivenciadas na prática de trabalho possibilitaram a produção de uma narrativa das memórias, que gerou a pergunta central da pesquisa. O efeito dessa construção foi no *a posteriori*, pois as memórias surgiram depois da experiência de trabalho ser encerrada. Tendo como ponto de discussão o *a posteriori*, ou *après coup*, ou ainda *nachtraglich*, discorreremos sobre esse segundo tempo do inconsciente na escrita e delimitação do tema de uma pesquisa.

2.2 Onde se insere a pesquisa em psicanálise

Como já formulado por Lacan (1965/1998), a partir da teoria psicanalítica, a ciência moderna promoveu a exclusão do sujeito. Com o “*Cogito Cartesiano*”, há uma clivagem do sujeito entre a verdade e o saber, que leva à expulsão do sujeito da ciência por meio da busca de objetivação e universalização. O sujeito representa nessa lógica do *Cogito*, um buraco no saber que deve ser apagado.

A psicanálise, por sua vez, segundo Lacan (1965/1998), reintroduz o sujeito como correlato antinômico do *Cogito*. Ela buscará inserir novamente esse sujeito que foi ejetado através do postulado do inconsciente (Sauret, 2003). Entrará, portanto, no ponto em que o sujeito consinta em se haver com o real que está presente nas ciências, discursos e práticas, indo contrariamente à exclusão presente nos diferentes campos da ciência (Guerra, 2010).

Localizar o sujeito que foi ejetado do campo da ciência é tarefa eminentemente presente na pesquisa psicanalítica, uma vez que essa considera o sujeito como o do inconsciente (Erich & Alberti, 2008). A epistemologia da psicanálise coloca o sujeito no cerne da pesquisa, reintroduzindo-o através do inconsciente. Assim, o campo de pesquisa da psicanálise será, em sua essência, o campo do inconsciente, que inclui o sujeito em sua produção científica.

Será também nessa abertura que a possibilidade de encontro com o real, que cada pesquisa poderá conduzir (Guerra, 2010), terá o seu lugar. “Ou seja, há uma impossibilidade da linguagem em apreender a experiência, em dar conta da Coisa, constituindo traços que vão se inscrevendo na linguagem, bordeando ou contornando o real da experiência” (Guerra, 2001, p. 90). Dessa maneira, do avanço simbólico sobre o real, algo se escreve como saber e faz a psicanálise avançar em seus pressupostos.

Ao refletirmos sobre a elaboração da pesquisa e o percurso da metodologia, podemos pensar que se alguma verdade está presente no jogo da produção científica, no que tange à psicanálise, ela só poderá ser colocada no ponto do real a partir do inconsciente, pois são essas dimensões que consideram a castração como limite do saber. Assim sendo, o psicanalista investigador “confere um novo tratamento à repetição, produzindo como efeito um novo produto ou uma nova questão que fazem seu campo avançar para além da clínica *strictu sensu*” (Guerra, 2010, p. 142).

As questões que envolvem o sujeito pesquisador que, assim como aquele a quem a pesquisa se destina, devem ser consideradas no processo, tendo em vista que também é um sujeito do inconsciente. Conforme propõe Pinto (2008), diferentemente da condução da análise, o pesquisador produz saber a partir de um enigma, levanta problemas e tenta soluções teóricas. O pesquisador permanece fora do lugar de sustentar a causa do desejo para um outro, pois o tema da pesquisa é que está na causa do desejo, movendo-o como analisante.

Nesse sentido, delinear uma pesquisa em psicanálise exige a consideração desses elementos da teoria. Ao propormos uma pesquisa sobre as construções do sistema socioeducativo, que incidem sobre a responsabilização subjetiva dos adolescentes, exigiu-se, de partida, uma consideração sobre o método e, na sequência, sobre a escrita da memória inconsciente. O não saber faz uma marca no percurso da escrita e da experiência, suscitando o desejo de aproximação de um ponto do trabalho que deixa lacuna. As memórias de trabalho têm lugar nessa discussão, pois revelam as questões que permeiam o delineamento da pesquisa e as questões que causam o desejo de avançar.

2.3 Algumas notas sobre a memória

Como sabemos com Freud (1896), a cada tradução da escrita de uma experiência de satisfação no aparelho psíquico, ocorre um erro de tradução deslocando a intensidade pulsional que fica ligada a traços de percepção ou a traços de memória. Entretanto, memória e percepção-consciência se excluem. Na “Carta 52” de Freud a Fliess, que se tornou uma figura da metapsicologia psicanalítica, apesar de sua escrita tão precoce em relação à teorização do inconsciente, é possível localizar os modos constitutivos de inscrição a partir do inconsciente, as passagens da percepção à representação inconsciente e desta à consciência, como apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – “Carta 52”

W	Wz	Ub	Vb	Bews
<i>Wahrnehmungen</i>	<i>Wahrnehmungszeichen</i>	<i>Unbewusstsein</i>	<i>Vorbewusstsein</i>	<i>Bewusstsein</i>
(Percepções)	(Registro da percepção)	(Traços do inconsciente)	(Pré-consciência)	(Consciência)
	Primeiro registro	Segundo registro	Terceiro registro	

Fonte: (Freud, 1896, p. 325).

As falhas de tradução, a cada passagem, produzem *fueros* - modos arcaicos de regimento que convivem com modos novos. Em outras palavras, há diferentes modos de pensar a inscrição psíquica de vivências subjetivas, passando da

intensidade vivida à impressão da percepção. Desta, ganham traços inconscientes que funcionam por simultaneidade, sem lógica causal, que, quando transcritos para o nível inconsciente, tornam-se, então, memória, que ganha retranscrição, indo para a consciência, tornando-se acessível, enfim, à linguagem e à consciência.

Se Freud nos oferece a metapsicologia daquilo que se pode escrever de uma experiência, na redução que a linguagem opera como enquadre do mundo, fato é que, quando estamos tratando da memória do pesquisador, novos elementos se impõem. Como pensar a contingência do que resta dessa escrita? Como pensar a relação entre subjetividade e objetividade? Se memória e consciência se excluem, como operar metodologicamente com o saber assim produzido? Esperamos, na sequência, avançar em direção a essas reflexões.

A falsa sensação de tudo saber e de deter uma verdade sobre o trabalho de pesquisa levou a ciência à ilusão de objetividade, quando o que está em jogo são relações de poder e disputa na cena científica (Stengers, 1990). Aprendemos com Lacan (1992) que a experiência analítica nos mostra que a verdade só é acessível por um semi-dizer, porque para além da sua metade, não há nada a dizer. Considerar esse ponto de incompletude será o mote para a abertura de diálogo com a pesquisa em psicanálise. Conforme propõe Iannini (2013), tendo em vista que, embora a pesquisa considere que o simbólico possa apreender o real, alguma coisa escapa a essa redução.

Pensar o percurso metodológico se faz imprescindível para o entendimento dos caminhos percorridos, os saberes produzidos e o real que está em jogo na construção da pesquisa. Assim sendo, olhar para a metodologia permite refletir sobre os pontos não analisados e a posição que se assume na construção de uma pesquisa.

O que se presentifica enquanto obstáculo ou resistência ao sentido e ao saber, revela o ponto em que a repetição se manifesta, implicando o pesquisador de maneira não neutra. Da escolha de seu tema à escrita que o alinhava, o pesquisador funda um registro que recolhe o real aí em jogo. E, especificamente da escrita psicanalítica no campo científico, dá-se a transmissão possível desse resto real que ganha um tratamento novo (Guerra, 2010, p.142).

Considerando esse resto real, podemos dizer que a construção de cada pesquisa, seus percursos e saberes se produzirão a partir de seu bordeamento. A pesquisa em psicanálise parte da singularidade irreduzível da situação analisada ao

considerar o sujeito na ciência, o que produz um passo em direção a um tratamento diferenciado do real, ao construir conhecimento em seu entorno.

2.4 Contexto de nascimento da questão de pesquisa

A marca singular da construção de pesquisa em psicanálise, como dito anteriormente, está ligada à consideração do sujeito e seu inconsciente no processo de construção da ciência. Da mesma forma, podemos pensar que na elaboração de uma questão de pesquisa os elementos inconscientes do pesquisador se apresentam.

Para pensar a lógica do *a posteriori* na pesquisa psicanalítica, é necessário entendermos o contexto de elaboração da questão de pesquisa. A elaboração metodológica que será aqui discutida se trata de uma pesquisa de doutorado, tendo surgido a partir de uma vivência profissional em um espaço de construção de uma política para adolescentes, estes com envolvimento em atuação infracional. Os caminhos trilhados nessa prática de trabalho com a adolescência levaram aos descaminhos da escrita, surgindo a pergunta central da pesquisa:

Me incomodava constantemente a falta de discussão sobre a adolescência, suas características, transformações, possibilidades de mudança e singularidades. No final era como se estivéssemos falando de ninguém. Não considerávamos a adolescência, não considerávamos esse sujeito tão singular, que hoje me faço a seguinte pergunta: existe sujeito nessa política? (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Não posso deixar de mencionar que a pergunta feita sobre a existência do sujeito foi escrita, na sua primeira versão, como uma afirmação. A escrita sempre traz as suas marcas inconscientes que aparecem nos “erros”, ou como diria Freud (1901), nos lapsos, pois nenhum esquecimento ou lapso é fortuito, não há uma escolha psíquica arbitrária, “mas segue vias que obedecem a leis” (Freud, 1901, p.19). As falhas estarão relacionadas, conforme descrito por Freud, com conteúdos inconscientes que causam desprazer. “Podemos supor que o princípio arquitetônico do aparelho anímico consista numa estratificação, numa edificação de instâncias superpostas, e é bem possível que esse empenho defensivo pertença à instância psíquica inferior e seja inibido pelas instâncias superiores” (Freud, 1901, p.136). Desse modo, Freud revela que os erros não se tratam de meros acasos, de

esquecimentos ou distrações, mas eles trazem marcas do inconsciente que se revelam nos atos falhos e deixa à mostra conteúdos recalçados.

Percorrendo as memórias de trabalho em vários momentos há a presentificação, a afirmação, do adolescente como sujeito, o que aponta para o desejo de colocá-lo nesse lugar nas vivências e discussões cotidianas. Essa afirmação nasce, portanto, do incômodo com o silenciamento das questões sobre o sujeito adolescente e as possibilidades de construção da política em torno dessa noção. É preciso mencionar que a condução dessa política, seja nas suas construções discursivas ou práticas, assinala um assujeitamento desses adolescentes as normas, leis, diretrizes e metodologias de trabalho. E esse incômodo se traduz no trabalho:

Eu não era ingênua nesse ponto, afinal de contas, estávamos em uma secretaria de segurança pública e a concepção de segurança era o que guiava as nossas ações. Então, se eu pudesse introduzir um pouco da perspectiva do sujeito nessa discussão, já seria um ganho (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

A pergunta sobre o sujeito, que foi escrita como uma afirmação, se transformou mais uma vez em uma pergunta e nos levou a pensar sobre diferentes formas de construção da política que tenham como ponto de partida os sujeitos. Ao se apresentar essa afirmação, o questionamento que se faz subsequente nos remete ao porquê da supressão da pergunta na escrita e o que era preciso questionar na prática de gestão no sistema socioeducativo. Desse modo, se perguntar sobre o sujeito em uma política, marcada pelo silenciamento, nos leva a pensar e questionar quais outras formas de política podemos fazer para que o sujeito seja de fato considerado. É na falha da escrita, quando as memórias foram elaboradas, que a questão de pesquisa se fez presente. A elaboração de uma pesquisa vista pela ótica da psicanálise, pode se apresentar como uma marca para trazer o singular de um trabalho.

2.5 A dimensão da escrita

Segundo Guerra (2007), que referencia esse tópico em “Lituraterre” (1971/1986), Lacan nos dá as indicações do que seria essa escrita. Logo de saída brinca com a etimologia do título que inventa para seu texto, a ser publicado numa

edição especial sobre literatura e psicanálise da revista “Littérature”. Desdobra os termos de sua invenção ao dizer que ele está antes em associação com o termo latino original *litura* (em latim: risco, alteração, mancha e terra), que com *littera* (referido à letra e à palavra “literatura”). O que, nos parece, indica o estatuto que irá conferir à letra nesse texto. Para tratar do que faz escrita, Lacan busca avançar sobre o estatuto da letra.

Na década de 1950, Lacan trazia em “A instância da letra” (1957b/1998, p. 498) que: “designamos por letra esse suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem”, ressaltando sua materialidade em relação à linguagem, ao significante. Na verdade, Lacan utiliza o termo *lettre* pela primeira vez em “O Seminário sobre ‘A carta roubada’” (1957a/1998), associando-o à expressão “*a letter, a litter*”, “uma carta/uma letra, um lixo”. Desde já, a ideia de uma materialidade se apresenta ao lado da ideia do que faz circular o discurso. Trata-se, no conto de Edgard Allan Poe comentado por Lacan, de uma carta a ser recuperada, pois colocava em risco a rainha. Ela, entretanto, é “disfarçada” numa carta velha, dejetivo, que os policiais investigadores pegam sem se darem conta de ser exatamente a que procuravam (Guerra, 2007).

Com isso, Lacan evidencia uma dimensão outra, para além da mensageira, que reside na carta. O destino da carta extrapola sua função de levar uma mensagem. Isso aparece no conto, pois é exatamente depois de cumprir seu destino que ela circula como objeto de mão em mão, como materialidade passível de ser largada, pegada, rasgada, alterada. Mandil (2003) nos lembra que é por não corresponder à descrição de que dispunham, por não se encaixar na cadeia prévia de sentido que a carta passa despercebida em sua dimensão de lixo, *litter*.

Daí se extrai sua dupla dimensão, qual seja, a de transmissão de uma mensagem, *a letter*, e também de um destino concernente à sua materialidade, *a litter*. “E é por isso que não podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar ou não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles, ela estará e não estará onde estiver, onde quer que vá” (Lacan, 1957a/1998, p. 27). Enquanto símbolo de uma ausência, o significante também seria marcado por essa duplicidade, determinando as funções da letra (Guerra, 2007).

A materialidade acima apontada por Lacan em “A instância da letra” (1957b/1998) é discutida sob a mesma determinação significativa, mas recorrendo a

outra argumentação. Aqui o aspecto privilegiado será o da *lettre* como elemento tipográfico. Ao discutir que a estrutura significante está em ele ser articulado, reduzir-se a elementos diferenciais mínimos e comporem-se segundo leis de uma ordem fechada, recai o interesse de Lacan sobre uma certa equivalência entre letra e estrutura fonemática (Guerra, 2007).

Enquanto “sistema sincrônico dos pareamentos diferenciais necessários ao discernimento dos vocábulos em uma dada língua” (Lacan, 1957b/1998, p. 504), os fonemas se aproximariam dos caracteres móveis das caixas baixas utilizadas na tipografia. É o que permite distinguir, no texto lacaniano, a ação do significante e a ação do significado (Mandil, 2003, p. 30; Miller, 1996, p. 97). A combinação desses caracteres móveis é diferente das possíveis significações a que, combinados, eles dão origem. Assim, também é a combinatória significante que produz como efeito o significado. Daí Miller (1996, p. 97) propor a *lettre* como “o significante despojado de qualquer valor de significação e localizado na materialidade que nos é presentificada pelo caractere de imprensa”.

Lacan retoma o termo na década de 1970, revelando uma nova dimensão da linguagem que tenta, então, destacar a partir da experiência clínica. A letra seria litoral entre saber e gozo, posto que separa dois domínios que não têm absolutamente nada em comum, nem mesmo uma relação recíproca. Não se trata de fazer fronteira entre os dois, nos adverte ainda Lacan (1971/1986), pois a fronteira, ao separar dois territórios, simbolizaria que eles são da mesma natureza. A letra escreve a radicalidade da diferença de consistências entre saber, elucubração em torno da verdade; e gozo, desfrute do que essa verdade tem de inacessível (Guerra, 2007).

“A borda do furo no saber, que a psicanálise designa justamente como de abordagem da letra, não seria o que ela desenha?” (Lacan, 1971/1986, p. 23). A letra seria uma espécie de franja que avança entre as duas consistências de naturezas diversas, desenhando ou escrevendo essa borda tão pouco precisa no ser falante. Lacan é cuidadoso ao avançar e diz que tudo isso não impede o que ele disse do inconsciente enquanto efeito de linguagem. A letra suporia sua estrutura como necessária e suficiente (Guerra, 2007). A questão é, antes, como o inconsciente comandaria esta função de letra.

Pensar, pois, a relação entre letra e inconsciente nos conduz inevitavelmente a discutir a posição da letra em face do significante. E, quanto a esse aspecto,

Lacan é enfático logo de saída: a letra não se confunde com o significante. “A escritura, a letra, estão no real, o significante, no simbólico” (Lacan, 1971/1986, p. 28). Além disso, não podemos atribuir uma primariedade da letra em relação ao significante. Ela simbolizaria efeitos de significantes, mas isso não exigiria que ela estivesse presente nesses mesmos efeitos, nos quais o significante não serve senão de instrumento. Seria mais importante o exame “disto que a partir da linguagem chama do litoral ao literal” (Lacan, 1971/1986, p. 23), disso que a letra, em síntese, escreve (Guerra, 2007). E o que é esse literal senão a letra enquanto redução mínima do sujeito, enquanto sua escrita?

Ora, escrita não é impressão, e letra não é significante ou *Wahrnehmungszeichen* (Wz), traço inconsciente freudiano, aqui considerado o que de mais próximo ao significante poderíamos encontrar em Freud. Voando sobre a Sibéria, Lacan observa sulcamentos (de significantes), e não o arbitrário do signo e do mapa, os códigos, as mensagens. Exigido um desvio de rota de seu avião, ele observa o que faz sulco na paisagem. “O escoar é o único traço que aparece a operar” (Lacan, 1971/1986, p. 26). Toda a elaboração de mapeamentos se faz como código sobre esses sulcos. A letra seria, então, um remate daquilo que, no seminário sobre “A identificação” (1961-62/2003), Lacan distinguiu do traço primeiro e do que o apaga.

Eu o disse a propósito do traço unário: é pelo apagamento do traço que se designa o sujeito. Ele é marcado, pois, em dois tempos; eis o que distingue aquilo que é rasura, *litura*, lituraterra. Rasura de *nenhum* traço que seja anterior, eis o que faz terra do litoral. *Litura* pura é o literal. Produzir essa rasura é reproduzir esta metade de que subsiste o sujeito. [...] Entre centro e ausência, entre saber e gozo, há rasura que vira literal (Lacan, 1971/1986, p. 26-27).

Além da dimensão do sulco, Lacan também destaca a dimensão da rasura – porém, rasura de nenhum traço que lhe seja anterior. A ideia de rasura nos reporta ao ato de reescrever, apagar para melhor escrever. Quando, entretanto, Lacan introduz a ideia de uma rasura sobre o que não está lá, estira ao limite a noção de linguagem. É da linguagem que o significante apanha “seja o que for” na rede de significantes, fazendo disso escrita no exato momento em que esse elemento é promovido à função de referente essencial; de onde podemos entender por que a letra não é primária, mas antes consequência do advento significante, ao contrário

do que se poderia supor. A letra se destaca no exato momento em que cai como literalidade que vivifica o falasser (Guerra, 2007).

“É isso que modifica o estatuto dos sujeitos. É por aí que ele se apóia num céu constelado, e não apenas no traço unário, para sua identificação fundamental” (Lacan, 1971/1986, p. 31). O sulco aí produzido é receptáculo sempre pronto a acolher gozo. É rota lavrada por onde, a partir de então, o gozo escorre e pode se alojar. Enquanto fora da cadeia significante, enquanto não reenvia à série significante e não produz significação, a letra se faz referente do sistema significante de uma maneira singular para cada ser vivente, escrevendo as vias de suas possibilidades de gozo. Na metáfora naturalista de Lacan, a chuva da linguagem faz escrita de gozo, o que permite ler os riachos está ligado a algo que vai além do efeito de chuva. O real, como dejetivo, é aquilo que é expulso do campo do simbólico, criando uma marca, um rastro, um sulco (Guerra, 2007).

Eis o tripé que articula a noção de letra: litoral, sulco e rasura (Mandil, 2003, p. 49). Não repetível, não generalizável, a letra é um conceito que permite a Lacan sofisticar a noção de real, sua importância para a clínica e o que ela tem de inaugural para cada sujeito e para cada analista que a essa experiência se lançam. Fortalece a noção de que há uma língua particular para cada sujeito que fala, língua afetada por uma significação pessoal a níveis inimagináveis (Miller, 2003). E orienta o método psicanalítico a buscar na singularidade dos sujeitos atendidos esses sulcos por eles lavrados (Guerra, 2007).

2.6 A experiência da escrita da memória na pesquisa em psicanálise

A escrita das memórias de trabalho se inicia após a conclusão da experiência na gestão do sistema socioeducativo. A escrita desse texto consistiu em uma narrativa autoral na qual foi possível elencar os pontos de fixação e ficção da escrita por meio do deslizamento da palavra na narração da história profissional. Essa experiência de escrita comporta paradoxalmente o que se rememora e que nem sempre condiz com a verdade dos fatos, por meio da ficção, e os pontos de fixação, de impossibilidade e detenção da significação de uma experiência própria (Guerra et al., 2017).

A narrativa representou uma importante etapa do processo de construção do objeto de pesquisa, tendo em vista que as memórias foram se presentificando após

a saída do trabalho da gestão e a cada nova discussão sobre o sistema socioeducativo. As recordações sobre a experiência vivenciada no trabalho tiveram seus efeitos no *a posteriori*, foi em um segundo momento que elas se fizeram presentes trazendo diferentes questionamentos sobre a prática e as possibilidades de repensar os fazeres. Nesse segundo tempo de trabalho do inconsciente, trabalho de rememoração, o material foi escrito e a questão central da pesquisa foi formulada.

O registro das memórias foi realizado nos momentos em que um embaraço vivido no trabalho era recordado. Foram traçados os impasses da prática, os questionamentos sobre as construções da política e os avanços promovidos a partir de algumas discussões. As memórias tomaram lugar nessa construção ao serem resgatadas aos poucos e se fazerem persistentes. Tais memórias não dizem de fatos corriqueiros, mas sim dos pontos de fixação que suscitaram incômodos com a prática e que revelaram os entraves nos saberes e fazeres da política.

Na escrita das memórias houve sempre um ponto que permaneceu em aberto, um real que não se escreve, mas que se fez presente. A linguagem sempre se apresentará insuficiente, não abarca todas as experiências, pois não podemos tudo dizer (Lacan, 1957/1998). Nesse sentido, entender a dimensão da escrita para este trabalho nos possibilitou elucidar os caminhos traçados para a definição da pergunta central da pesquisa e a sua tentativa de resposta. Podemos pensar que as respostas são únicas, são caminhos trilhados a partir de uma escuta singular dos significantes que se apresentam nos encontros com várias textualidades. A escrita é sustentada pelo discurso, que tudo escapa. O discurso que sustentou essa escrita estava pautado em uma política pública no campo da segurança pública. A escrita e a leitura posteriores possibilitaram a escuta do significante dando contornos à pergunta sobre o sujeito e o seu lugar na política (Lacan, 1973/1998).

Aprendemos ainda com o discurso analítico que não podemos pretender tudo escrever, pois a escrita é um litoral, aquilo que fará borda ao furo do saber, ao real (Lacan, 1971/2009). Nesse ponto levanto como questão: a escrita das memórias não pode ser vista como uma borda para aquilo que escapa ao saber cotidiano do trabalho? Uma borda para o real dessa experiência e que por isso foi escrito?

Não podemos esquecer que a escrita das memórias de trabalho se apresenta como mais uma borda para o furo no saber, o furo que já foi posto como questão: como pensar a política a partir do sujeito? A questão de pesquisa, após a sua

delimitação, foi colocada ao longo da escrita do texto de diferentes formas, a partir de diferentes perspectivas e tendo diferentes nuances, numa tentativa de fazer bordas no saber do litoral do sujeito.

O escrito não é primeiro, e sim segundo, em relação a toda função de linguagem, e que, no entanto, sem o escrito, não há nenhuma possibilidade de voltar a questionar o que resulta, em primeiro lugar, do efeito de linguagem como tal, ou, dito de outra maneira, da ordem simbólica (Lacan, 1971/2009, p. 59).

Nessa escrita da pesquisa e nas suas possibilidades, o que escapa é o sujeito. Os discursos escritos por Lacan apontam para esse espaço de abertura, um ponto que não se liga, e que diz respeito ao sujeito, pois ele escapa a essas determinações. “Não basta escrever algo que seja incompreensível de propósito, mas ver por que o ilegível tem sentido” (Lacan 1971/2009, p.99).

2.7 A *posteriori* e a construção da questão de pesquisa

A construção metodológica que se baseia no *a posteriori* mostra sua especificidade por estar ligada a um tempo que é inconsciente, que faz sentido em um segundo momento, no efeito de análise de uma experiência. Freud, em seu texto “Construções em análise”, tece importantes considerações sobre o que o paciente constrói e o trabalho do analista diante dessas informações. Ele associa o trabalho do analista ao do arqueólogo que busca construir as informações nos fragmentos de lembranças e associações que o analisando apresenta. As construções são o trabalho prévio do analista que tem como objetivo levar o analisante a recordar lembranças antes esquecidas. Importante pensar que as construções fazem efeito no *a posteriori*, dizem respeito a coisas que aconteceram com o paciente e que farão sentido quando elaboradas em momento posterior ao ocorrido. Há o tempo de recordar, repetir e elaborar, ficando a elaboração para um último momento, quando o paciente se familiariza com as resistências e pode então, elaborá-las. Para esse trabalho é preciso um segundo tempo que é do inconsciente, que tem significado no *a posteriori*.

Nachträglichkeit é um termo citado por Freud que aparece ao longo de sua obra, mas não como um conceito e, por isso, muitos autores não lhe dão a devida relevância. Sobre esse termo, é importante destacar que pode não dizer nada para

um alemão que não seja especialista em Freud, mas *après coup* parece natural para qualquer francófono. Em português, a expressão *a posteriori* é utilizada para designar o termo proposto por Freud. A palavra em francês traz a noção de golpe (*coup*), que o alemão não traz. Apesar do termo em alemão não trazer a noção de golpe, Freud tece essa lógica na construção do seu trabalho, utilizando a ideia de um trauma sofrido depois. “Desde que encontrem... um outro. O *après-coup* é um acontecimento traumático tardio em busca de sentido e de intérprete, cristaliza uma situação inter-humana. A abertura intersubjetiva que o tempo 1 permite é um eco do tempo 2” (André, 2008, p.143, grifo da autora). A partir desse termo, Freud traz a noção de uma construção temporal que se dá em dois episódios. Assim, o tempo entra em contradição, num paradoxo de simultaneidade e solidariedade e há uma confusão entre passado-presente e presente-passado (André, 2008).

Nessa lógica dos dois tempos, um evento passado tem impacto sobre outro ocorrido no presente. Esse ponto de abertura intersubjetiva nos mostra como o inconsciente segue uma lógica temporal própria, ele é atemporal. Fazer uma conexão desse ponto com a metodologia de pesquisa em psicanálise requer entender como a lógica temporal se apresenta na construção da questão de pesquisa. Essa experiência aqui discutida nos permitiu compreender que o *a posteriori* também pode estar presente na lógica metodológica. Inicialmente a pergunta sobre uma política, pensada a partir do sujeito, não era formulada. Foi somente no *a posteriori*, após finalizada a experiência de trabalho, que as memórias se presentificaram, tendo efeito em um segundo tempo.

A construção metodológica se deu a partir da escrita das memórias de trabalho, que têm um importante lugar nessa discussão, pois revelam as questões que permearam o delineamento da pesquisa e as questões que causaram o desejo de saber mais. O trabalho de pesquisa se inicia no momento da percepção da disjunção dos saberes presentes na prática e, com isso, as memórias revelaram que houve uma experiência de um apagão.

E no final foi um apagão. Ou será que foi o início? Afinal de contas, nunca sabemos qual o limite dos acontecimentos, ou se podem ser limitados. [...] A sensação foi de apagão. De fato, nos últimos dias de trabalho experimentava a sensação de não saber mais nada, uma vez que eu “sabia tudo”, sabia dar todas as respostas, orientar todos os casos, conhecia todas as metodologias e regimentos, sabia do trabalho desenvolvido por todos e ainda conseguia historicizar alguns fatos e decisões tomadas por pessoas que nem mais se encontravam no sistema. Nesse momento, me perguntei qual a contribuição possível eu poderia dar se nem

eu avançava mais nos meus conhecimentos (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Escrever as experiências de trabalho com o sistema socioeducativo engendrou recordações que trazem as suas marcas de repetições, as elaborações e as ausências de soluções para os questionamentos advindos da prática, bem como aquilo que se mostrou inapreensível nessa política: o sujeito.

Após a escrita, o material foi analisado com o intuito de identificar os significantes até o seu ponto de mestria, levando-o ao seu extremo até poder se entrever o obstáculo ao saber, podendo ser formulada uma questão que provoque deslocamentos nos efeitos de verdade (Guerra, 2001).

2.8 Apontamentos finais

Ao realizar a leitura do material, que contém as memórias de trabalho, os desacordos, antagonismos e convergências se fizeram presentes. A construção da política pública para adolescentes levou à pergunta sobre o trabalho desenvolvido cotidianamente, que sempre esteve focado na minimização da violência produzida pelo estado. Se o que estava em jogo era o fim deste trabalho, há que se produzir outro olhar para a questão, para aquilo que não estava em evidência. Nesse caso, o sujeito em questão, o adolescente, e como a política poderia considerá-lo.

A lógica metodológica traçada foi aquela apontada por Guerra (2001), que busca mapear os pontos nodais do discurso. Esses pontos desvelariam o avesso do texto, a partir do que foi evitado, deixado de lado. Assim, a análise teve como estratégia a utilização dos marcos das repetições, os pontos de convergência e os mecanismos de evitação. A repetição está ligada a operações que produzem o tamponamento dos pontos impossíveis de saber; a convergência está ligada ao saber que se estabelecerá como verdade, conceitos ou frases em torno dos quais a estrutura ficcional da teoria faz uma relação com a verdade e, por fim, a evitação está relacionada àquilo que o corpo teórico tece bordas com outros campos ou relação a si mesmo, o que o texto não diz.

As leituras do material possibilitaram uma organização da escrita, o que se repetia, o que era dito e o que não ficou explícito, o que na prática não houve resolução, ou seja, a inclusão do sujeito na política. Em todos os impasses

elencados há sempre um real em jogo, algo que na prática não foi possível avançar e que coloca a trabalho. Converge para um mesmo ponto metodológico o desafio de se pensar o sujeito dentro da política. Em vários momentos a pergunta sobre esse sujeito, o adolescente, é feita na tentativa de construir um saber e uma prática que o inclua.

Por mais que controlássemos, o furo estava lá. Sempre posto, presente e nos colocando a trabalho. Estávamos sempre um passo atrás dos adolescentes, eles apontavam o que tentávamos tampar, escancarando através dos atos aquilo que tentávamos silenciar (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

As diretrizes para os trabalhadores estavam escritas, a gente tinha documentos normativos até demais, achava até que deveríamos ter espaços livres de criação. Será que era esse o ponto de dificuldade? As várias normas a seguir? Talvez fosse (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

No entanto, apesar de muito se falar sobre os adolescentes, eles não eram considerados como sujeitos, estavam assujeitados aos saberes produzidos no sistema, as leis, as normas, diretrizes, regulamentos e metodologias. O material produzido revelou o avesso do que estava sendo dito: a tentativa de pensar a política a partir dos furos que o sujeito apresentava nos significantes que a política constrói. Entender a lógica do sujeito na política, considerá-lo como uma simples parte dessa política tampona as possibilidades de construção. Apenas um espaço vazio de significantes pode permitir fazer surgir uma política do sujeito. Desse modo, há um deslizamento de construções narrativas que visam pensar uma política construída a partir do sujeito.

Nesse ponto reflito sobre os encontros com outras políticas que produziram boas intervenções e desencontros fatídicos. Os encontros quase sempre giraram em torno de um caso, com seus impasses e suas necessidades de avanços. Foram vários encontros e inúmeras discussões e brigas. Cada qual com a sua especificidade de serviço, de atendimento e de concepção sobre os adolescentes e de política pública. Nessas linhas de força, pouco se debruça sobre os sujeitos e a sua especificidade, pensando para além das formatações próprias de cada política. Quase ninguém pensa na responsabilização dos serviços e das políticas frente a sua negligência no atendimento ao adolescente (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

A elaboração dessa questão foi formulada em um segundo tempo de rememoração das experiências vividas no trabalho, no *a posteriori*. A análise da escrita das memórias vivenciadas no sistema socioeducativo trouxe a reflexão acerca dos sujeitos e das políticas, sua forma de funcionamento e a possibilidade de aproximação dessas duas instâncias. Há pouco espaço para os adolescentes

falarem de si, construírem sua história e repensarem seus atos. Assim como a ciência, o sistema político é alienante e não abre espaço para a possibilidade de o sujeito advir, mesmo que pontualmente, pois tem como pressuposto um sujeito racional que cumpre a responsabilização consciente e objetivamente. Na contramão dessa ilusão, a psicanálise aposta no sujeito como correlato antinômico da razão que, face à contingência de sua existência, pode se responsabilizar por sua condição desejante, seja na pesquisa, seja na política.

2.9 Referências bibliográficas

- Elia, Luciano (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In: Alberti, Sonia & Elia, Luciano. (2000). *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Erlich, Hilana & Alberti, Sonia. (2008). O sujeito entre psicanálise e ciência. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 47-63, dez.
- Freud, Sigmund. (1896). *Carta 52*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago. V. I.
- Freud, Sigmund. (1900). *A interpretação dos sonhos*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol.V.
- Freud, Sigmund. (1901). *Psicopatologia da vida cotidiana*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. VI.
- Freud, Sigmund. (1915a). *O inconsciente*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XIV.
- Freud, Sigmund. (1915b). *Os instintos e suas vicissitudes*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XIV.
- Freud, Sigmund. (1920). *Além do princípio do prazer*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XVIII.
- Garcia-Roza, Luiz Alfredo (2009). *Freud e o inconsciente*. 24ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED.
- Guerra, Andréa Máris Campos (2001). A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora* v. IV n. 1 jan/jun. 85-101.

- Guerra, Andréa Máris Campos (2007). *A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Guerra, Andréa Máris Campos (2010). Psicanálise e produção científica. In: Kyrillos Neto, Fuad & Moreira, Jacqueline Oliveira (orgs.) (2010). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. Barbacena MG: EdUEMG.
- Guerra, Andréa Máris Campos et al. (2017). The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. *Psychology*, 2017, 8, 1238-1253
- Ianini, Gilson (2013). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Lacan, Jacques. (1957a). "O seminário sobre "A carta roubada". In: *Escritos*. 29ed Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, Jacques. (1957b.). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques. (1961-1962). *A identificação: seminário 1961-1962*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- Lacan, Jacques. (1965). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, Jacques. (1966). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed 1998.
- Lacan, Jacques. (1966). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- Lacan, Jacques. (1969-1970). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- Lacan, Jacques. (1971). *Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- Lacan, Jacques. (1971). "Lituraterra". *Che vuoi? Psicanálise e Cultura*, nº. 1, Porto Alegre, Cooperativa Cultural Jacques Lacan, ano 1, inverno, p. 17-32, 1986.
- Mandil, R. (2003) *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro, Contra Capa; Belo Horizonte, UFMG.
- Miller, Jacques Alain. (1996). "Interpretação pelo avesso". *Correio*, nº. 14, São Paulo, Escola Brasileira de Psicanálise, p. 13-18.

- Miller, Jacques Alain. (org.). (2003). *La psicosis ordinaria: la convención de Antibes*. Buenos Aires, Paidós.
- Pinto, Jeferson Machado. (2008) Psicanálise, feminino, singular. Belo Horizonte, *Autêntica*, pp. 21-29 e 67-79 pp.
- Sauret, Marie-Jean (2003). A pesquisa clínica em psicanálise. *Psicologia USP*, 14(3), 89- 104 pp.
- Stengers, Isabelle. (1990). *Quem tem medo da ciência: ciências e poderes*. São Paulo, SP: Sicililano.

3 POLÍTICA CLÍNICA E CLÍNICA POLÍTICA: por uma política do sujeito

3.1 Introdução

Nesse ponto repenso: é possível pensar as estruturas desconectadas dos sujeitos? (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Perguntar sobre o sujeito dentro do campo político não é nenhuma novidade, pois se trata de um tema debatido em demasia por diferentes campos do saber. Nos intriga, porém, pensar como a política pode ser entendida a partir do sujeito, pois tendo ele como referencial, passamos da lógica universalizante para o estatuto do particular, do um a um.

Para a discussão aqui proposta trabalharemos com o conceito de sujeito construído pela psicanálise, pois a contextualização e localização teórica desse conceito são imprescindíveis para entendermos como a política pode operar a partir do sujeito. Na psicanálise há diferentes autores e estudos que dissertam sobre o conceito de sujeito. Escolhemos nos debruçar sobre as elaborações de Freud e Lacan sem desconsiderar que existem distintas construções teóricas.

O sujeito, para a psicanálise, é o sujeito do inconsciente; sua política e prática têm como referencial esse ponto. Na constituição do sujeito do inconsciente é preciso considerar o Outro, a incidência do seu discurso no inconsciente e a dimensão política que ele comporta. É a partir desse ponto que podemos entender que a psicanálise trabalha com uma lógica contrária às identificações, uma vez que ela não visa o Um, o significante mestre. A psicanálise nos permite pensar em uma política que seja clínica e que considere os sujeitos, uma política do sujeito.

Faremos uma discussão sobre o conceito de sujeito para pensar a sua relação com a política. Para isso, partimos da assertiva lacaniana do inconsciente como a política, entendendo que o Outro e seu discurso tem incidência sobre o sujeito. Assim sendo, defendemos a hipótese de que a relação da política com o sujeito se dá por meio de uma dialética, de modo que será nos pontos de abertura da política que o sujeito pode aparecer.

3.2 O Sujeito em psicanálise

A descoberta do inconsciente por Freud representa uma grande mudança no estatuto de sujeito. Se o sujeito era pensado a partir do seu consciente, do que era empiricamente observável, com a teoria psicanalítica Freud traz uma nova discussão que descentra esse sujeito, pois há um inconsciente que o determina, que o singulariza. Aprofundar nas construções freudianas sobre o sujeito, e naquelas feitas pelos seus sucessores, nos leva a compreender o sujeito como singularidade, mas que não deixa de ser atravessado por aquilo que lhe é externo, pelo Outro. Essa articulação muito nos interessa, visto que nos ajuda a entender a relação do sujeito com a política e as possibilidades de se fazer uma política singular.

3.2.1 O inconsciente em Freud

Na psicanálise a marca do sujeito é o desejo, a sua falta, o espaço entre os significantes. Pensar a noção de sujeito a partir de Freud será pela via do desejo. Freud não utilizou em seus escritos o conceito de sujeito, apesar de ter construído uma teoria muito consistente sobre os sujeitos e sua constituição. A partir dos estudos de Cabas (2010) sobre o sujeito na obra de Freud e Lacan, entendemos que não há uma construção que tenha como elemento central o estudo sobre o estatuto da função do sujeito na obra de Freud. O autor aponta que isso se deve ao fato do sujeito, na obra de Freud, aparecer como um argumento ao qual se faz referência e quase sempre no pé de página. Desse modo, parece haver um consenso entre os comentaristas de Freud de que ele se atém ao inconsciente e Lacan ao sujeito.

Seguir as vias do inconsciente, o seu funcionamento, possibilita pensar a noção de sujeito. Subjetividade e sujeito aparecem no circuito pulsional, pois esse circuito é singular. Cada um tem uma relação específica com os objetos da pulsão.

É perfeitamente verídico que os desejos inconscientes permanecem sempre ativos. Representam caminhos que sempre podem ser percorridos, toda vez que uma quantidade de excitação se serve deles. Na verdade, um aspecto destacado dos processos inconscientes é o fato de eles serem indestrutíveis. No inconsciente, nada pode ser encerrado, nada é passado ou está esquecido (Freud, 1900, p. 525-526).

A marca singular de cada sujeito pode ser destacada por esses caminhos inconscientes. Cabas (2010) descreve essa marca utilizando a lógica construída por Freud de tornar o inconsciente consciente. Nesse jogo de tornar consciente o inconsciente, Freud discutirá sobre a questão das forças que se opõem ao reconhecimento do desejo, as resistências. Após 1920, com “Além do princípio do prazer”, Freud tratará das resistências presentes no inconsciente. Essas forças mantêm o sujeito num estado inercial, de modo que a consciência permanece inalterada, perpetuando a neurose. A resistência não permite que o inconsciente venha à consciência para manter a imagem ideal do sujeito.

Dissemos que a operação “tornar consciente... o inconsciente” equivale a tarefa de assumir o desejo inconsciente. Também temos dito que assumi-lo equivale ao trabalho de subjetivá-lo. Ocorre que essa operação pressupõe uma *perlaboração* (*Durcharbeitung*). Sua realização exige o reconhecimento dos interesses pulsionais que anima e sustentam as representações inconscientes. É o que se traduz na assunção de uma posição subjetiva e desmente, mais uma vez, o pressuposto de que a noção do sujeito não integra o horizonte freudiano (Cabas, 2010, p.51).

Sobre o inconsciente, Freud (1915a) menciona que ele é composto de representantes que querem descarregar a sua catexia. No livro “Interpretação dos Sonhos”, Freud (1900) nos diz que o desejo coloca o aparelho em movimento, partindo do desprazer em direção ao prazer. A primeira atividade de desejar parece consistir em uma catexização alucinatória da lembrança da satisfação primária. Entretanto, essas alucinações não podem ser mantidas até o seu esgotamento, se apresentando como insuficientes para cessar a necessidade ou o prazer ligado à satisfação. A catexia deve desviar a excitação surgida da necessidade por uma via indireta, alterando o mundo externo para ser possível chegar a uma percepção do objeto de satisfação.

Freud precisou claramente a passagem do objeto da necessidade (leite, para simplificar com um exemplo princeps que respeita nossa condição na espécie) para o objeto do desejo, o que já se faz apreender na experiência psíquica que registra a experiência de satisfação da necessidade, como ele se exprimiu. Dizer que o sujeito registra, representa esta experiência, é dizer que ele a perde como natural, e Freud é claríssimo ao afirmar que o psiquismo procurará reencontrar o objeto segundo as linhas em que ele foi registrado psicologicamente. Ele denomina essa busca como desejo (Elia, 2010, p.51).

Para adentrarmos um pouco mais nessa construção precisamos considerar a dimensão da pulsão e do sintoma. A pulsão tem como característica o exercício de uma força constante no organismo e se materializa nos órgãos catexizados por ela.

Os órgãos têm, portanto, uma função orgânica de satisfação das necessidades e uma função de satisfação da pulsão. A pulsão quer a satisfação, mas encontra como barreira o recalque que impede os pensamentos inconscientes de chegarem à consciência. O sintoma vai se situar exatamente entre esses dois pontos, o inconsciente e o consciente, e se articulará com a pulsão na medida em que aparece o recalque, e este vai se configurar como um juízo depreciativo da pulsão que exige a satisfação do desejo.

A satisfação será sempre buscada pela pulsão que nunca cessa sua atividade. Quando nos remetemos às características das pulsões, podemos elencar quatro, conforme propõe Freud (1915b), sendo elas: a pressão, a finalidade, a fonte e o objeto. A pressão que a pulsão exerce sobre o organismo é constante e tem como fonte um processo somático que ocorre em um órgão. A finalidade de toda pulsão será sempre a satisfação, entretanto, não há um objeto único que possibilita essa satisfação, se trata de um elemento variável. Cabas (2010) acrescenta que a pulsão é um estímulo para o psiquismo, ela é interna, atuando diretamente sobre ele e excita o organismo que exige uma execução contrária para suprimir o desequilíbrio que ela causa. A pulsão é constante, pois vem de dentro do organismo e não há como fugir.

Esse ponto traz uma descoberta fundamental para a psicanálise, no que diz respeito à estruturação da subjetividade, pois faz a distinção de dentro e fora, íntimo e alheio. Nesse sentido, Freud diz que a inscrição de um representante da pulsão no inconsciente é uma necessidade. A pulsão se apresenta como “conjunto de efeitos que a linguagem perpetra no instinto (estrago ou montagem, pouco importa). Não há, assim, experiência instintiva no ser humano, no sujeito, mas experiência do instinto fragmentado e remodelado pelo significante, que é a pulsão” (Elia, 2010, p.47).

A pulsão não cessa e não há um objeto que a satisfaça, o que faz com que ela sempre circule em volta do objeto e volte, permanecendo um furo, uma falta que não é tamponada. Essa é a marca do sujeito, o desejo e a pulsão na sua busca pela satisfação. Há algo que transcende e ultrapassa a dimensão simbólica inscrita no inconsciente, se trata de uma falta, lugar onde o sujeito está situado. Essa é a marca na construção Freudiana, o furo ser constituinte do sujeito, o desejo que é marcado pela falta.

3.2.2 O sujeito em Lacan

Lacan, ao fazer sua leitura de Freud, propõe uma teoria do sujeito, que se localizaria entre os significantes, no espaço entre eles. De acordo com Cabas (2010), Lacan precisou voltar aos fundamentos de Freud, tendo em vista que na sua época, em 1951, a psicanálise sofria uma tendência de objetivação nas intervenções, assim como outros campos da medicina. “Donde se depreende que o retorno a Freud é um projeto forjado para lutar pela reintrodução da função do sujeito na elaboração analítica. E é nesse contexto que Lacan introduz a palavra que faltava. A palavra *sujeito*” (Cabas, 2010, p.132).

Para Lacan, o sujeito é suposto, não pode ser caracterizado como o indivíduo e nem como o sujeito consciente. Para fazer uma distinção do que seria o sujeito do inconsciente, Lacan discute sobre a construção do Eu na constituição do sujeito. O Eu surge como uma cristalização ou sedimentação das imagens ideais que foram investidas, catexizadas e internalizadas pela criança. Para apresentar a constituição do Eu, Lacan descreve uma fase da infância na qual a criança constituirá sua imagem nomeada pelo Outro, pelos pais, que lhe dirão quem ela é. Essa fase é denominada estágio do espelho. As imagens constituídas nesse estágio quando são internalizadas de forma global permitem que a criança se considere como um Eu. Esse Eu é um lugar de fixação e de ligação narcísica, é falado por nós e, por isso, é um depósito de mal-entendidos. Portanto, quando falamos do Eu na teoria lacaniana, estamos dizendo do sujeito do enunciado, do sujeito que é falado pelos outros. Desse modo, podemos dizer que o sujeito lacaniano não é o do enunciado. Inicialmente Lacan achava que o significante podia ser achado no enunciado, no que é dito, e o sujeito estaria presente nessa dimensão do significante. Mas com o avançar da sua teoria, repensa essa dimensão do significante e nos diz que o sujeito só aparece transitoriamente como algo estranho e extrínseco, se expressando por meio do significante que depois desvanece (Fink, 1998).

Lacan (1960/1998) nos aponta que o Eu está ligado ao significante mestre e estabelece uma relação de sujeição a esse significante e, assim como na dialética do senhor e do escravo, tal relação estabelece a morte do sujeito, que marcado pelo desejo, recebe a sua determinação a partir do Outro, ou seja, o desejo é desejo do Outro, é “como desejo do Outro que o desejo do homem ganha forma, porém, antes

de mais nada, somente guardando uma opacidade subjetiva, para representar nele a necessidade” (Lacan, 1960/1998, p.828).

Nesse sentido há por parte da criança uma sujeição ao Outro. Essa sujeição passa por uma escolha forçada, como diz Lacan, ou pela escolha da neurose, como diz Freud, há também uma sujeição à linguagem necessária para que o indivíduo advenha como sujeito. De igual modo, há sujeição que se dá pelo desejo, e é nesse ponto que ocorre a primeira separação da criança com o Outro. A criança é desejada pelos pais antes mesmo dela existir e colocada sob a égide desse desejo. Contudo, a mãe passa a desejar outras coisas para além da criança que precisa, então, se separar da mãe, se desalienar desse desejo. Para que o sujeito apareça é preciso que ele faça a escolha pela alienação. O sujeito é um conjunto vazio e o significante é quem o funda, esse significante “tem força ôntica extraindo do real a existência que assinala e anula” (Fink, 1998, p.75). O referido autor acrescenta ainda que a criança precisará se separar da mãe, o Outro, quando ela mostra algum sinal de incompletude, falibilidade, ou deficiência que vai possibilitar o sujeito, a criança, vir a ser um sujeito barrado (\$), ou seja, o Outro deverá se mostrar um sujeito desejante. A falta, expressa pelo desejo da mãe, precisa se fazer presente nesse contexto. A criança tentará preencher essa falta desejando ser tudo para a mãe. É nesse sentido que entendemos o desejo como o desejo do Outro, pois desejamos o que o Outro deseja. Da mesma forma, aprendemos a desejar como um outro, como se fôssemos outra pessoa (Fink, 1998).

Na separação da criança com a mãe introduz-se um terceiro que Lacan denominará como o Nome-do-pai (ou função paterna). A introdução desse significante provocará uma ruptura na relação simbiótica instaurando outro significante, o S2. Será essa fratura que possibilitará o surgimento do sujeito de desejo. O significante do Nome-do-pai se torna o S2 e o significante S1 se torna desejo da mãe, que é simbolizado retroativamente. Os significantes unários estão ligados ao S1, que se inscrevem antes do recalque originário e os significantes binários, ou S2, estão ligados ao nome-do-pai, ao desejo do Outro que foi recalcado originariamente. O significante unário é singular e todos os outros representam um sujeito. Cada significante S2 mantém uma relação singular com o S1. Nesse sentido o sujeito não é só o sentido, mas é visto como furo que liga os significantes (Fink, 1998). Esse significante só pode ser pensado, então, em sua negatividade e é

impronunciável, restando a possibilidade de pronunciar somente a sua operação (Lacan, 1960/1998).

Tomem apenas um significante como insígnia dessa onipotência, ou seja, desse poder todo em potência, desse nascimento da possibilidade, e vocês terão o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu (Lacan, 1960/1998, p.822).

A subjetividade se antecipará na dialetização do significante mestre, pois a oposição entre S1 e outro significante possibilita uma posição subjetiva. Assim, o sujeito se precipita e assume uma nova posição em relação à causa. Nessa separação a criança deseja o desejo da mãe, incluindo uma parte que ela nem conhece desse desejo. O desejo do Outro começa, então, a funcionar como causa do desejo da criança (Fink, 1998).

3.2.3 Objeto e pulsão

O objeto na constituição do sujeito também apresenta marca importante, pois tem relação com a pulsão e diz do sujeito na sua singularidade. Lacan, ao trabalhar essas questões da relação do sujeito com o objeto, retoma Freud e relembra um ponto importante sobre essa relação com o primeiro objeto de satisfação que foi perdido. Esse objeto sempre será buscado e, por isso, todo objeto encontrado será um substituto do objeto perdido. Há uma ligação desse objeto com a pulsão, pois diz de uma fixação da pulsão num modo de satisfação, *sui generis*: um objeto causa do desejo, objeto a. Essa primeira experiência de satisfação molda o circuito da busca do objeto e, por isso, toda dialética de uma experiência em análise gira em torno de um objeto-mor, o falo. Lacan oferece uma primeira definição para esse objeto, o nomeando como objeto simbólico. É também um dos suportes do imaginário e marca o amor, o gozo e o desejo. Lacan avança dizendo que o objeto é também real, pois também fixa o núcleo do fantasma, comporta uma ausência de significantes capazes de o apontarem, mas que determina o sujeito no seu campo mais íntimo (Cabas, 2010).

Desse modo podemos dizer que, para Lacan, o sujeito é uma função adscrita ao significante, ao simbólico, não precisa de materialidade e seu lugar é estrutural, entre a pulsão e o inconsciente. É, desse modo, que Lacan subverte a noção de

sujeito posta pela psicologia e pela filosofia, que aponta o sujeito como do conhecimento. O sujeito pode ser definido como um efeito da linguagem, sendo o inconsciente forjado na trilha do que opera para a sua constituição. É porque existe o inconsciente que Freud formulou a hipótese do inconsciente. A partir desse ponto Lacan postula que o sujeito é o efeito da linguagem; em última análise significa que não há sujeito que não seja o do significante. Além disso, é só no plano do significante que a função subjetiva toma uma realidade material. Contudo, é preciso lembrar que o sujeito não é um significante, ele é o nada, brota de um nada, de um furo no real e que tem em torno de si uma borda, que as zonas erógenas delimitam (Cabas, 2010).

que a experiência que temos de nosso organismo, de suas exigências, proezas, debilidades ou doenças, nós só a temos através do campo da significação, do sentido, ou seja, pelo fato de que, por sermos falantes, somos marcados pela linguagem, pelo significante, mesmo no mais extremo nível de intimidade que possamos estabelecer com nossos órgãos e com nosso corpo (Elia, 2010, p.46).

Os estudos psicanalíticos sobre a constituição dos sujeitos colocam muitas questões quando nos propomos a estudar as estruturas políticas voltadas para qualquer público, nos convocando a pensar o um a um. O sujeito, caracterizado por esse furo como um espaço em aberto que não permite significações, se apresenta a partir de uma singularidade. Tem como marca o desejo, para o qual não há objeto, conforme propõe Freud, e pode também ser entendido como esse espaço entre os significantes, conforme nos diz Lacan. Nesse sentido podemos dizer que o sujeito é suposto por meio do significante, nomeá-lo significa perdê-lo e, por isso, o nosso desafio é pensar as estruturas entorno desse sujeito.

3.3 O inconsciente é a política

O sujeito, conforme postulado pela psicanálise como um sujeito do inconsciente, tem sua marca na singularidade. Nessa constituição é preciso considerar o Outro e a incidência do seu discurso no inconsciente. Entender esse discurso nos ajuda a avançar um pouco mais na discussão sobre o inconsciente pensando na sua dimensão política, interesse deste artigo. Primeiramente lembremos uma importante frase proferida por Lacan em uma aula que está presente no “Seminário 14: a lógica do fantasma”:

se Freud escreveu em algum lugar, que “a anatomia é o destino” há aí tal vez um momento onde, quando se voltar a uma sã percepção do que Freud nos descobriu, se dirá não digo mesmo “política é o inconsciente”, mas simplesmente, o inconsciente é a política! (Lacan, 1966-1967/ 2008, p.350).

Nessa lição Lacan menciona uma afirmação feita por Freud (1924) em “A dissolução do complexo de Édipo”: “a anatomia é o destino”; para logo depois fazer a sua afirmação de que o inconsciente é a política. Podemos depreender daí, conforme propõe Checchia (2012), que apesar de Freud estar se referindo a questão da diferença anatômica entre os sexos e os variados destinos psíquicos que essa diferença provoca, Lacan fará uma leitura política dessa passagem. Freud, nos seus casos clínicos e em textos mais teóricos, mostrou como a neurose se constitui a partir de um conflito da criança com os seus pais, que coloca em jogo o desejo sexual e a lei da interdição. Nesse texto Freud também busca demonstrar como o Supereu é resultado da subjetivação da autoridade paterna, o que explica de forma indireta um dos fundamentos da política, a obediência. Lacan se interessa por esse ponto da inscrição subjetiva da lei, para discorrer acerca da inscrição do sujeito no campo do Outro.

Essa frase dita no meio de uma lição, que parece de início pouco elaborada e sem muita relevância, tem importância capital para pensarmos o sujeito, a psicanálise e sua política. Começando por entender a frase, Miller (2011) faz uma interessante observação. Se a frase fosse a “política é o inconsciente”, teríamos uma redução do inconsciente, ao passo que “o inconsciente é a política” amplia o entendimento do inconsciente para fora de uma lógica individual para colocá-lo na “Cidade, fazê-lo depender da ‘História’, da discórdia do discurso universal a cada momento da série que nela se cumpre” (Miller, 2011, p.7). Aqui já podemos entender que o Outro se apresenta na relação com o sujeito através do seu discurso, tendo em vista que o inconsciente é o discurso do Outro.

Parece-nos interessante ressaltar que a assertiva lacaniana se inicia com uma denegação: Eu não digo. No modelo denegativo, afirma que a política da Psicanálise é o inconsciente, pois a prática orientada pela Psicanálise trabalha com a escuta do sujeito do inconsciente por meio da regra de ouro da associação livre. Por outro lado, o inconsciente é a política porque o estatuto do inconsciente é ético e não ôntico. O inconsciente é estruturado no e pelo discurso do outro (Moreira, 2019, p.13).

Dufour (2007), em uma conferência realizada na Colômbia, nos lembra que para entender essa frase de Lacan precisamos primeiramente lembrar que o

conceito de sujeito vem do latim *subjectus*, “submetido”. A pergunta que ele se faz é: a que o sujeito está submetido? Para a filosofia, desde a sua origem, o sujeito extrai sua existência de outro ser. Lacan nomeará esse outro com letra maiúscula, esse Outro se refere a um lugar terceiro da palavra, visto que entre dois sempre haverá a palavra. O Outro, como esse terceiro, se apresenta como uma alteridade eminentemente dissemelhante por relação ao sujeito, enquanto a oposição Eu-Outro se refere a uma relação semelhante, com a qual o Eu se identifica imaginariamente.

Estamos acostumados a ouvir os pensadores da ordem social bradarem sua indignação com os psicanalistas que lhes apresentam o grande Outro como grande totem intacto pela história, pelas condições sociais, políticas econômicas, etc., como se ele fosse desencarnado, pairasse acima do tempo e do espaço, de onde determinaria tanto o sujeito quanto as configurações sociais, entendidas, nessa *démarche*, como a rede imaginária que medeia a relação entre semelhantes, *pequenos outros*. Posição insustentável, crítica pífia. Insustentável acusar, a categoria de Outro como essencialista, metafísica abstrata, fora do tempo e da história, já que o inconsciente é tecido pelos fios da cultura e da história, mas é sobretudo um lugar de corte, de furo, nesse tecido, furo pulsional através do qual o sujeito (do inconsciente) pode emergir como sujeito do gozo e do desejo, indo além do que determinam os significantes da Cultura (Elia, 2004, p.125).

Essa relação com o Outro tem importância capital para o sujeito, para sua instituição como sujeito de desejo. É preciso que haja Um, alguém ou alguma coisa que faça a função de lei para que a neurose se institua e, nesse sentido, o pai ou outra pessoa que desempenha essa função, será um significante que simboliza a lei da linguagem, um significante que representa o desejo para o sujeito, ou seja, o falo. O pai não possui e nem é o falo, mas a criança precisa acreditar nisso para que a metáfora paterna se institua e ela possa se constituir como um sujeito desejante. O falo é o significante que institui o Um, mas que não se cristaliza devido ao seu caráter metonímico; desse modo, não há somente um significante para instituir o desejo para o sujeito. Essa é a lógica do Um estabelecida por Lacan a partir da construção freudiana sobre o complexo de Édipo (Checchia, 2012).

Importante considerar nessa lógica trabalhada por Lacan o lugar do Outro. Ele antecede o sujeito, tem lugar de mestria e ocupa o lugar de Um para o sujeito; o Outro estabelece então os significantes mestres nos quais o sujeito vai primeiramente se alienar para depois se separar. O que caracteriza um significante é a sua diferença de todos os outros, não o seu significado. É, portanto, inaugural a pergunta sobre se o Outro pode fazer Um (Lacan, 1968-1969/2008). Desse modo, o “**Outro**, como sítio prévio do puro sujeito do significante, **ocupa a posição mestra**,

de dominação, antes mesmo de ter acesso à existência, para dizê-lo com Hegel e contra ele, como absoluto Senhor/Mestre” (Lacan, 1960/1998, p.821).

Nesse sentido, conforme propõe Checchia (2012), para Lacan, na política também impera o significante Um, de modo que podemos depreender disso que o discurso do mestre é próprio da política e da constituição psíquica, o que nos mostra a íntima relação do inconsciente com a política. Contudo, é preciso esclarecer que, mesmo que o inconsciente implique o Outro e os significantes que representam o sujeito para outro significante, o inconsciente é, também, a parte que resiste à servidão do poder do Um. A instituição e destituição do Um é um movimento constante realizado pelo inconsciente que se refere ao movimento de alienação e separação do Outro. Lacan vai explicar esse movimento através da teoria dos conjuntos, na qual o conjunto vazio é o elemento Um e a partir dele que se contam uma série de elementos; portanto, não há Um significante que representa o sujeito, mas há Um real que constitui a série dos S1.

Pois bem, é em torno desse Um real que se estruturam simbolicamente o inconsciente e a política. Nota-se aí que se trata de uma homologia entre ambos. O inconsciente e a política são efeitos desse vazio que inaugura a cadeia dos S1, organizam-se em torno desse Um inapreensível, ora instituindo, ora lutando contra os Uns (S1). Ambos nascem simultaneamente (Checchia, 2012, p.348).

Desse modo, não podemos esquecer que no lugar do Outro, os S1 têm importância capital para entender a constituição do sujeito e o lugar da política. Se a política oferece o S1 que produz identificação, o sujeito, por sua vez, rejeita esses significantes instituindo outros.

Conforme o lugar que o Outro seja colocado no centro dos sistemas políticos simbólicos, todas as relações econômicas, políticas, artísticas, entre outras mudam e todas as obrigações e relações sociais também mudam, mas o que permanece é a relação de submissão.

Poderia querer dizer que o inconsciente, como relação com o Outro, é necessariamente político, na medida em que esta ou aquela figura do Outro ordena não somente o espaço ontológico mas também o espaço ôntico; digamos simplesmente: a área político-social na qual o sujeito se produz (Dufour, 2007, p.244).¹

¹ Podría querer decir que el inconsciente, como relación con el Otro, es necesariamente político, en la medida en que tal o cual figura del Otro ordena no solamente el espacio ontológico sino también el espacio ôntico; digámoslo sencillamente: el área político-social donde el sujeto se produce (Tradução nossa).

O social não está apartado do sujeito, pois o sujeito, para a psicanálise, é constituído a partir do encontro do corpo vivo com os significantes, tem sua pré-história vindo de um eixo simbólico que pode atravessar várias gerações que o antecedem, mas que são transmitidos posteriormente quando se dá sua constituição, sua articulação com um corpo (Elia, 2004).

A noção de inconsciente traduz duplamente o tema da política, primeiro porque política e inconsciente são resultados da condição de desamparo, e, segundo, porque a política e o inconsciente representam tentativas de trabalhar o mal-estar produzido na e pela relação com outro. Assim, se definimos política como uma ação de suprimir as diferenças e propor o bem comum, um ideal de unidade, a Psicanálise seria apolítica, pois o princípio da Psicanálise é exatamente a diferença, a alteridade (Moreira, 2019, p.14).

Assim sendo, a psicanálise nos permite pensar a política de uma forma avessa à tradicional, pois se apoia na posição subversiva do inconsciente. O movimento de alienação e separação, próprio da constituição do sujeito, nos ajuda a compreender as formas de fazer política e sua aproximação com uma lógica que considere o sujeito. A psicanálise, que se apresenta avessa à lógica de uma política identificatória, do S1, nos possibilita pensar a política por um viés mais particular, considerando a diferença e a alteridade na relação dos sujeitos com os outros.

3.4 Política clínica e clínica política: o universal e o singular

A psicanálise, ao realizar uma leitura sobre a política, nos faz pensar sobre a dimensão singular dentro de uma lógica que visa o universal. Ao analisarmos a ética psicanalítica, entendemos que o desejo, a marca do sujeito, aparece como ponto central a ser considerado. Seu trabalho visa o singular que se apresenta contrário a política. Contudo, não podemos dizer que a psicanálise é apolítica, pois considera o sujeito como o do inconsciente, este que, como vimos acima, é a política. Desse modo, a psicanálise nos permite pensar a política a partir da singularidade, da diferença, do cada um, utilizando para isso de um raciocínio clínico. Assim, clínica e política se tornam parte de uma mesma lógica, são indissociáveis.

A clínica psicanalítica é atravessada pela dimensão política, pois como nos diz Lacan (1953/1998), o psicanalista que não conseguir alcançar o horizonte da subjetividade de sua época deve renunciar à psicanálise. Lacan adverte sobre a importância de pensar um sujeito que é datado e que sofre as implicações de seu

tempo. A psicanálise deve estar atenta à subjetividade de sua época devido às implicações políticas trazidas para o âmbito clínico, ou seja, a política atravessa a clínica. Mas precisamos lembrar que a clínica psicanalítica nos apresenta um discurso distinto da política ao escutar as particularidades, afasta o sujeito dos significantes mestres e das identificações. A partir desse olhar da clínica que visa às singularidades, sem desconectá-las de aspectos históricos, políticos e sociais, podemos nos aventar a pensar uma política que também considera essas singularidades. Com a psicanálise podemos pensar esse caráter político aliado a cada sujeito. Como nos diz Moreira (2019), com a escuta da psicanálise podemos considerar essas situações de uma forma que os sujeitos sejam menos massificados, já que a psicanálise propõe escutar os sujeitos nas suas diferenças, mantém uma força política subversiva em relação às políticas públicas. Com a psicanálise podemos considerar a política numa perspectiva clínica, pois a dimensão do sujeito se torna preponderante para pensar os saberes e fazeres políticos.

Célio Garcia (2000), em “Clínica do Social”, traz importantes contribuições para se pensar a política clínica. O nome da obra nasce da sua prática, feita num contexto de trabalho com política pública destinada a meninos e meninas de rua, mas que é pensado no atendimento do um por um. Nesse sentido, o autor acrescenta que os psicólogos não podem excluir a dimensão macro, colocando-a como desumanizadora, pois é preciso contar com essa dimensão para a realização do seu trabalho. A clínica tem lugar na dimensão da prática política quando se pensa a questão dos sujeitos aos quais ela se destina. Há uma indissociabilidade entre política e clínica, sendo que a prática clínica é também política. Nesse encontro entre política e clínica o autor traz uma importante ideia sobre como pensar os sujeitos para além de uma leitura estritamente psicanalítica:

O sujeito não é o cidadão. (...) Um e outro representam duas posturas, emergência ou constituição de um sentido. O cidadão é, de início, um, qualquer um; o sujeito é singularidade que se afirma por ocasião de um acontecimento...

O sujeito político ou a política segundo o sujeito consiste na apropriação da exterioridade constitutiva da cidade. O cidadão se faz sujeito no momento exato em que há representação/apresentação de um acontecimento. A soberania do sujeito surge, e não se contenta em residir no contrato ou no aspecto jurídico-formal.

Por sua vez, o sujeito se faz cidadão quando o espaço cívico desdobra e expande as particularidades subjetivas (Garcia, 2000, p.23).

Nessa dobra de sujeito e cidadão é possível a junção dessas duas dimensões. O cidadão se fará um sujeito a partir da apresentação/representação de

um acontecimento, e o sujeito se fará cidadão quando o espaço cívico possibilita o desdobramento e a expansão das suas particularidades subjetivas. A política, no seu viés clínico, abre espaço para o sujeito, que traz sempre novas questões para o campo da política. O sujeito coloca a política em xeque no seu ponto de universalização e nos faz pensar quais as possibilidades de invenção e trabalho dentro das políticas.

Para considerar os sujeitos a partir de diferentes perspectivas políticas sem fragmentá-los em ações dispersas, é preciso ter em conta que as questões trazidas pelos sujeitos são infinitas e o que tem término são as políticas públicas, os governos. Nesse sentido, não há um ponto ideal no qual a clínica do social possa chegar, uma vez que não há princípio de completude. Isso porque os sujeitos, no seu viés político, que se constituiu no processo político, também são finitos na medida em que a “infinitude das situações e a infinitude dos processos – isto é, finalmente as verdades – dão a medida do caráter finito do sujeito político” (Garcia, 2000, p.51). Essas duas dimensões, sujeito e política, apresentam um caráter de infinitude que, no seu encontro, promove um ponto de finitude, pois não há um ideal a ser alcançado. A questão que o sujeito coloca para a política se renova a cada encontro, trazendo um ponto dialético para a relação dessas duas dimensões.

Lacan nos oferecerá uma topologia para pensar esse encontro proposto por Célio Garcia na sua elaboração da Clínica do Social. Lacan (1961-1962/2003) trabalha no seu “Seminário 9” com a faixa de Moebius, realizando uma discussão mais profunda sobre a divisão do sujeito que expõe sua dimensão mais íntima, articulada ao campo do Outro. Na faixa de Moebius não há uma separação entre duas superfícies, interior e exterior, de modo que ao percorrer a faixa você passa do exterior para o interior, caminhando por sua superfície sem ultrapassar suas bordas. Há, portanto, uma ligação entre interior e o exterior, de modo que essas duas dimensões estão sempre articuladas, uma vez que a superfície da faixa subverte a noção de unilateralidade.

Figura 1: Fita de Moebius



Fonte: Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45659225>

Guerra e Martins (2013) nos apontam, a partir de uma experiência de trabalho com jovens em uma política pública, que a face pública da faixa pode ser ligada a dimensão política, vista como uma “teoria estratégica que trata da finalidade de uma prática discursiva” (Guerra & Martins, 2013, p.97). Já a face subjetiva está ligada ao inconsciente, estruturado como uma linguagem. Essas duas faces, sempre interligadas, de modo que não sabemos onde começa uma e termina outra, nos permite colocar no mesmo plano sujeito e política como duas dimensões imbricadas, aparecendo e desaparecendo conforme o corte significativo que operamos.

Se aquilo sobre o qual temos feito girar, temos feito retornar incessantemente essa função do significante, é para atrair a atenção de vocês para aquilo que, mesmo a repetir o mesmo, o mesmo, ao ser repetido, se inscreve como distinto. Onde está a interpolação de uma diferença? Residirá ela somente no corte - é aqui que a introdução da dimensão topológica, para além da escansão temporal, nos interessa - ou nesse algo de outro que chamaremos de simples possibilidade de ser diferente... (Lacan, 1961-1962/2003, p.325-326).

Assim sendo, sujeito e política apresentam sua finitude e infinitude num mesmo plano, aparecem e desaparecem conforme se caminha pela faixa, faixa essa que revela uma superfície que não apresenta lados opostos, mas que permite perceber como duas dimensões aparentemente opostas se entrelaçam.

A clínica nos auxilia a pensar nesse entrelaçamento. Brousse (2003), ao discutir sobre a assertiva lacaniana de que o inconsciente é a política, lembra que o analista precisa se interessar pela dimensão do político e da cidade, pois a dialética do desejo não é individual, o desejo do sujeito visa decifrar o desejo do Outro. Decifrar esse Outro que é simbólico, enquanto um efeito da linguagem, é uma primeira relação do analista com a política. Trata-se, portanto, de decifrar $S(A)$, decifrar o Outro que só existe sobre essa forma de significante, do movimento

simbólico. O trabalho do analista será o de modificar a relação do sujeito com o significante mestre, a interpretação que fez desses significantes. É esse trabalho realizado pelo analista que confere política ao seu fazer, o de devolver ao sujeito o seu poder de escolha decidida dessa relação com o significante mestre. Desse modo, o fazer clínico não pode se encerrar dentro de um consultório, uma vez que desconsideraria a dimensão política do inconsciente.

O trabalho do analista na clínica visa o sujeito, que aparece nesse ponto de intervalo entre os significantes, sendo por isso que esse trabalho incide sobre a relação do sujeito com os significantes mestres e com o Outro. É a partir desse ponto que podemos dizer que o fazer clínico está intimamente ligado à dimensão política e, de igual modo, precisamos trabalhar com uma noção de política que seja clínica, que considere o sujeito.

Para pensar o campo da política com um viés clínico, precisamos considerar que as questões por ela trazidas são finitas. Trabalhar numa perspectiva de finitude das políticas nos permite considerar que os significantes mestres trazidos por elas podem ser questionados e revistos. Como nos lembra Garcia (2000), não existem palavras plenas na qual seja possível responsabilizar-se integralmente, é somente no reconhecimento da incompletude das nomeações que se torna possível lançar e relançar o sujeito em busca de uma resposta para si. Nesse movimento podemos trabalhar com a construção de um pro-jeto que pode ser pensado fora das identificações da história de cada um.

Um pro-jeto produz alguma coisa sobre a qual não se tem controle absoluto, já que estruturadas, até certo ponto, sem insistência nas identificações encontradas nas histórias de cada um e, se possível, sem contar com a recuperação do recalcado (objetivo do tratamento pela psicanálise), nem com o reposicionamento do sujeito frente as formas de satisfação pulsional (o que também é privilégio do tratamento em psicanálise) (Garcia, 2000, p. 56).

A distinção que Garcia (2011) faz entre pro-jeto e projeto, ao introduzir um hífen na grafia do termo, é um esforço de diferenciá-lo da noção de projeto, amplamente conhecida como projeto pessoal através do qual “o sujeito é levado a assumir uma posição de integração, segundo modelo que lhe é proposto” (Garcia, 2011, p. 139). Assim, “acompanhar ou conduzir um pro-jeto seria fazer alguma passagem na tentativa de alguma inserção no registro do simbólico” (Garcia, 2011, p. 140).

O autor, ao introduzir o hífen na palavra projeto, trata o indivíduo como sujeito, promove um corte significativo que coloca o sujeito na cena da política, com sua história e suas formas de fazer laço, pois, como nos lembra Lacan, é o corte significativo que faz aparecer o diferente.

3.5 Uma nota conclusiva sobre psicanálise e política

A frase proferida por Lacan, conferindo ao inconsciente a característica de ser político, nos faz pensar sobre a relação da psicanálise com a política. A psicanálise é política ou é o seu avesso? Qual a relação da psicanálise com a política? Como já trabalhamos nesse texto, a psicanálise apresenta uma posição contrária à da política, que oferece os significantes mestres nos quais o sujeito pode se apoiar para se identificar. Qual é então o estatuto da psicanálise?

Calazans (2008) nos diz que escolher entre a psicanálise e a política é realizar uma escolha forçada, já que escolher a psicanálise é ir contra a política. A psicanálise se diferencia da política, pois ela trabalha em nome de uma ética, e a política em nome de ideais. O que caracteriza a psicanálise, segundo Izcovich (2018), é a sua ética, que diz respeito à satisfação da pulsão com relação ao desejo. Há ainda uma diferença entre psicanálise e política. A política propõe uma reunificação em torno de um ideal, já a psicanálise propõe a produção do um por um. A diferença entre política e psicanálise reside no ponto que a política se preocupa com o conjunto, ganha quem tem uma maioria, e dessa forma procede de um projeto que envolve o máximo de pessoas e utiliza como mecanismo a identificação. Já a análise busca, por outro lado, acessar o que cada um tem de mais singular, o que supõe a queda das identificações.

A psicanálise se opõe às identificações e aos ideais, a sua ética não é a do bem, mas a do não ceder ao desejo.

Ora, ceder é a mesma palavra utilizada por Lacan para definir a ética da psicanálise: não ceder em relação ao desejo. É o desejo, no que ele tem de subversivo e não de revolucionário, que encontramos os fins da psicanálise para aquele que se encarrega de fazer uma psicanálise. Se há algo que o desejo vai contra é a afirmação de ideais (Calazans, 2008, p.23).

A ética, nesse contexto, força uma política que não passa pelos ideais. Na prática do analista a sua atuação também se direciona para a não identificação, pois

o analista cura com o seu falta-a-ser, questiona os significantes que serviam de identificação para o sujeito.

Desse modo, podemos concluir que se a psicanálise se opõe à política é no sentido de que a política é sempre a tomada de partido em função de um ideal. Logo, a acusação de que a psicanálise é apolítica não se trata de uma alienação em relação aos temas políticos, mas uma posição tomada em função de uma ética contrária aos avatares da identificação (Izcovich, 2018, p.21).

Essa posição da psicanálise se afirma a partir da sua posição pelo entendimento do sujeito como o do inconsciente.

Embora tanto no inconsciente quanto na política existam os movimentos de instituição e resistência ao Um, há no inconsciente uma potência subversiva que não existe na política. Então, como já vimos previamente na discussão sobre esse termo, essa subversão se refere à posição do sujeito em relação ao Um. É possível especificar agora que a política, em seu sentido tradicional, visa capturar o sujeito e fixá-lo a determinados significantes mestres e quem resiste a ela são os sujeitos. Não há uma potência subversiva da própria política, a menos que o ato político esteja apoiado nos princípios do ato psicanalítico e na estrutura do discurso psicanalítico, como em *Sonho Tcheco*. Observa-se, portanto, que o inconsciente inclui as propriedades da política, enquanto a política, tradicionalmente, não inclui uma propriedade fundamental do inconsciente: a causa do desejo (Checchia, 2012, p.348).

Para a política é preciso uma escuta que considere esse ponto singular: o desejo. Os pontos de abertura podem ser construídos também de forma singular, a partir da história de cada um e dos significantes próprios de cada sujeito. A psicanálise promove essa abertura ao escutar o sujeito, ao trabalhar a partir dos significantes trazidos por cada sujeito e não de significantes mestres propostos pela política. A política clínica pode trazer esse ponto de abertura que permita ao sujeito circular metonimicamente por seus próprios territórios.

Defendemos, então, que a relação entre política e psicanálise se oriente por uma topologia dialética. Como na faixa de Moebius, há uma superfície que se intercambia, elas não estão separadas, pois a passagem de uma superfície para outra ocorre sem a mudança de plano. Nesse sentido, pensar sujeito e política, por meio dessa perspectiva dialética, significa considerar que a política precisa ter pontos de abertura nos quais o sujeito possa aparecer, pois o sujeito reside exatamente nos intervalos significantes.

3.6 Referências bibliográficas

- Brousse, Marie-Hélène. (2003). *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Cabas, Antonio Godino. (2010). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Calazans, Roberto (2008). Psicanálise e política. *Psicologia Política*. vol. 8. nº 15. pp. 17 - 30.
- Checchia, Marcelo Amorim. (2012). *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Dufour, Dany-Robert. (2007). *El inconsciente es la política*. Desde el Jardín de Freud, nº 7, Bogotá, pp. 241-256.
- Elia, Luciano. (2004). O sujeito da psicanálise e a ordem social. In: Altoé, Sônia (org.). *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Elia, Luciano. (2010). *O conceito de sujeito*. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fink, Bruce. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Freud, Sigmund. (1900). *A interpretação dos sonhos*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol.V.
- Freud, Sigmund. (1915a). *O inconsciente*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XIV.
- Freud, Sigmund. (1915b). *Os instintos e suas vicissitudes*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XIV.
- Freud, Sigmund. (1923). *O ego e o id*. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX.
- Freud, Sigmund. (1924). *A dissolução do complexo de Édipo*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol.XIX.
- Garcia, Célio. (2000). *Clínica do Social*. Belo Horizonte: Editora Projeto.
- Garcia, Célio. (2011). *Estamira, novas formas de existência: por uma clínica da carência*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.

- Guerra, Andréa Maris Campos & Martins, Aline Souza. (2013). Psicanálise e política: contribuições metodológicas. *Revista Borromeo*, nº4.
- Izcovich, Luis. (2018). Psicanálise e política. *Stylus Revista de Psicanálise*. Rio de Janeiro, n.36, p.19-26, julho.
- Lacan, Jacques. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- Lacan, Jacques. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- Lacan, Jacques. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- Lacan, Jacques. (1961-1962). *A identificação: seminário 1961-1962*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- Lacan, Jacques (1966/1967). *Seminário, livro 14: a lógica do fantasma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- Lacan, Jacques (1968-1969). *Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- Miller, Jacques-Alain (2011). Intuições milanesas. *Opção Lacaniana* online nova série, Ano 2, Número 5, Julho.
- Moreira, Jacqueline Oliveira. (2019). O inconsciente e a política: entre a estrangeiridade e a extimidade. *Analytica*. São João Del-Rei, v. 8, n. 14, janeiro/junho.

4 O UNIVERSAL DA POLÍTICA E O JOVEM: uma análise das políticas para a juventude brasileira

4.1 Introdução

Me incomodava constantemente a falta de discussão sobre a adolescência, suas características, transformações, possibilidades de mudança e singularidades. No final era como se estivéssemos falando de ninguém. Não considerávamos a adolescência, não considerávamos esse sujeito tão singular, que hoje me faço a seguinte pergunta: existe sujeito nessa política? (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Universal, particular e singular são categorias que se interligam, mas é a partir da sua disjunção que podemos compreender como um sujeito, o singular, pode aparecer dentro de uma lógica que é universal.

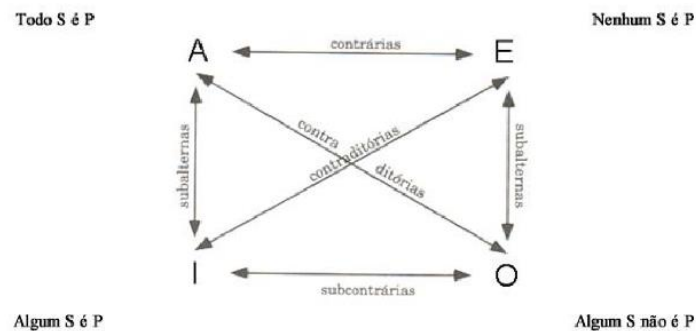
No capítulo anterior nos dedicamos a pensar a política na sua interface com o sujeito por meio de uma construção que considerasse o singular. Neste capítulo, dando continuidade a discussão acerca da dimensão do universal e do singular, trabalharemos a lógica do universal, do particular e do singular em interface com a política para juventude, especificando um pouco mais o tema proposto por essa tese. Para isso abordaremos a temática sobre a instituição do universal a partir do pensamento lógico para, então, discutirmos o universal da lei e da experiência da juventude. Trabalhados esses pontos, podemos entender como as vivências particulares da juventude não se esgotam, pois não traduzem todo o universal e não dizem das singularidades. É no campo do singular que podemos afirmar o universal, como nos diz Lacan, pois é a partir da disjunção do singular do campo universal que pode haver a afirmação e negação desse universal.

4.2 A lógica do universal

Quando discutimos as leis e as políticas nos deparamos com a lógica do universal, nos deparamos com uma construção que visa atingir todos os sujeitos e, para isso, coloca-os sob um mesmo significante. Nessa instituição do universal é preciso que se crie um conjunto de regras que se aplique a todos e possa denominar quem está sob a égide dessa lógica. Aristóteles foi um dos filósofos que se dedicou a construir um pensamento lógico sobre o universal. Para descrever o universal ele utilizou de um quadro, o *organon*, “que sustenta serem todos os desdobramentos

lógicos das possibilidades de predicação e de existência derivados da premissa axiomática do universal” (Guerra, 2019, p.10). Ou seja, o que Aristóteles descreve é um princípio lógico que diz mais de uma proposição discursiva sobre um axioma universal do que dos seres reais ao qual essa proposição contempla. No quadro de *organon* Aristóteles propõe:

Figura 1: Quadro lógico de Aristóteles



Fonte: Teixeira (2015)

- Letra A: representa uma universal afirmativa, que propõe que “todo S é P”; podemos pensar, por exemplo, algo que sempre escutamos sobre os jovens: todo jovem é rebelde;
- Letra E: representa uma universal negativa, que propõe que “nenhum S é P”, ou nenhum jovem é rebelde;
- Letra I: representa uma particular positiva, que propõe que “algum S é P”, ou algum jovem é rebelde;
- Letra O: representa uma particular negativa, que propõe que “algum S não é P”, ou algum jovem não é rebelde.

Nesse quadro percebemos que quando temos uma premissa universal afirmativa, proposta na letra A, na qual “todo S é P”, a relação com o seu contrário, a letra E, na qual “nenhum S é P”, só pode se fazer presente se a premissa universal fundamental for afirmativa. A afirmação pelo contrário, que diz que “nenhum S é P”, só ocorre se a premissa universal for verdadeira, pois caso contrário não saberemos se a negação é verdadeira ou falsa. Na segunda forma, a negação pelo contrário, será oposta a afirmação primordial, de modo que, se “todo S é P”, não pode não haver algum S que não seja P e vice versa. E se “nenhum S é P”, não há a possibilidade de algum S ser P. Desse modo, o axioma proposto por Aristóteles faz

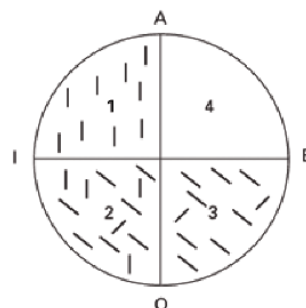
aparecer uma universal afirmativa que é a condição de todo raciocínio lógico. A e E ficam como contrárias de modo que não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, mas ambas podem ser falsas. Por outro lado, I e O podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, mas não podem ser falsas. E, por fim A e O e I e E são contraditórias porque a verdade de uma implica a falsidade da outra (Guerra, 2019). Nessa construção Aristotélica o universal, com seu caráter supostamente atemporal, comanda a lógica da dedução de modo que se uma premissa é verdadeira logo a outra é falsa (Teixeira, 2015).

Lacan, ao trabalhar com o universal proposto por Aristóteles, nos diz que este se institui por meio de uma segregação, da violência. Na construção de uma premissa universal aparecem premissas afirmativas e negativas que participam dessa construção, sustentando o universal por meio de uma lógica segregativa. Lacan, ao trabalhar com a lógica Aristotélica do *organon*, subverte-a pensando a partir do sujeito, pois ele está interessado em saber como o sujeito interfere na ordem significante que o determina (Teixeira, 2015).

se o Universal é o princípio que rege, em termos de necessidade lógica, o conjunto dos casos aos quais ele se aplica, o que funda violentamente esse universo, dele se desaplicando, diz respeito ao elemento de contingência que escapa à necessidade lógica de suas leis (Teixeira, 2015, s.p.).

No “Seminário 9: a identificação”, Lacan (1961-1692/2009) vai analisar o axioma universal construído por Aristóteles. Para Lacan o sujeito precisa ser considerado, pois é a partir da negação do universal, feita por algum sujeito, que este universal passa a existir. Para explicar tal afirmação ele trabalha com o quadro lógico de Peirce, uma vez que esse quadro permite entender como a construção de proposições particulares envolve a dimensão da existência.

Figura 2: Quadro lógico de Peirce.



Fonte: Teixeira (2015).

Na proposição de Peirce podemos perceber que:

- Quadrante 1: só há traços verticais;
- Quadrante 2: alguns traços são verticais outros não;
- Quadrante 3: há traços mas nenhum é vertical;
- Quadrante 4: não há traços.

Quando conjugamos as letras do *organon* ao quadrante teremos:

- A, na qual “todo S é P”, será verdadeira nos quadrantes 1 e 4 e falsa em 2 e 3;
- E, na qual “nenhum S é P”, será verdadeira nos quadrantes 3 e 4 e falsa em 1 e 2;
- I, na qual “algum S é P”, será verdadeira nos quadrantes 1 e 2 e falsa em 3 e 4;
- O, na qual “algum S não é P”, será verdadeira nos quadrantes 2 e 3 e falsa em 1 e 4 (Guerra, 2017).

Na incompatibilidade das duas proposições citadas acima, a proposição universal parece cômoda porque não remete a nada, ou seja, é um enunciado discursivo. Quando observamos a fala “algum traço não é vertical”, apresenta-se um caráter declarativo e não somente uma constatação pela qual alguém se engaja ou não na premissa universal (Teixeira, 2015).

Ao trabalhar com os conceitos aristotélicos, Lacan se apóia na interpretação do universal como o que tem seu lugar no processo de um discurso. A afirmação universal “todo o traço é vertical” é perfeitamente compatível com o fato de que não exista traço algum. Esse enunciado de discurso, que é a universal afirmativa, não implica que haja, para lhe corresponder na realidade, o menor conjunto de traços (D’Agord, 2006, p.248-249).

Com o quadro lógico de Pierce, Lacan vai nos mostrar que é possível dizer que todo “traço é vertical”, mesmo que não haja nenhum traço, pois o quadrante vazio permite que essa universal afirmativa seja sustentada juntamente com a universal negativa, “nenhum traço é vertical”. Assim, a universal afirmativa se faz presente somente como um enunciado do discurso, uma vez que não remete a nada existente.

Lacan promoverá uma leitura diferente ao distinguir a universal-particular e a oposição afirmativa-negativa. A oposição “universal-particular uma oposição da

ordem da $\lambda\epsilon\xi\iota\varsigma^2$, o que é para nós $\lambda\epsilon\gamma\omega$ [$\lambda\epsilon\gamma\epsilon\iota\nu$], eu leio, mas também eu escolho, muito exatamente ligada a essa função de extração, de escolha do significante...” (Lacan, 1961-1962/2003, p.127), se distingue “da $\phi\alpha\sigma\iota\varsigma^3$, isto é, de algo que aqui se propõe como uma fala por onde, sim ou não, eu me engajo quanto à existência desse algo que é posto em causa pela $\lambda\epsilon\xi\iota\varsigma$ primeira” (Lacan, 1961-1962/2003, p.127).

Nesse sentido, o que Lacan nos apresenta é que a proposição universal “todo traço é vertical” não remete a nada existente e, por isso, a relação de A e E, na lógica aristotélica, se reduz a lexis, a leitura de um enunciado. Por outro lado, a particular negativa “algum traço é vertical” remete a um juízo de existência, opondo a lexis ao enunciado declarativo da fasis. A oposição entre afirmativa-negativa será da ordem do dizer, da “decisão relativa à palavra engajada de um sujeito na definição predicativa de uma essência” (Teixeira 2015, s.p.).

A instauração do universal se faz a partir de um ato declarativo, é a partir de um traço singular, do sujeito, que a universal pode se constituir. Desse modo, é o quadrante 4, onde não há traços, que sustenta, ao mesmo tempo, a afirmativa e a negativa do enunciado universal, pois esse quadrante permite trabalhar com a ideia de que “todo traço é vertical” e “nenhum traço é vertical”.

Tal é a definição válida de sujeito enquanto que, sob toda enunciação predicativa, é isso que somente é representado por um significante para outro significante. É pela ausência de traços que se determina o lugar do sujeito, pois, lá onde há traços verticais ou não verticais, existe uma forma de dissimulação, pela presença ou ausência do predicado vertical (D’Agord, 2006, p.253).

É a negação ou afirmação do sujeito, ou seja, seu engajamento com alguma proposição, que faz aparecer a universal afirmativa, é no ato de enunciação que se confere a existência, a exceção que confirma a universal. Quando Lacan (1967/1968) propõe no “Seminário 15: o ato analítico” a inversão da frase “todo soldado deve morrer pela pátria” por “algum soldado deve morrer pela pátria”, promove o deslocamento de uma universal afirmativa, que não se remete a ninguém, para uma particular afirmativa que convoca alguém a se engajar. A universal afirmativa é, portanto, subalterna a particular afirmativa, uma vez que a frase “todo soldado deve morrer pela pátria” é apenas uma frase para se ler, já que

² Lexis.

³ Fasis.

ele existe independente do engajamento de algum sujeito. Ao colocar o sujeito em cena ele inverte o axioma aristotélico dizendo que é do particular que se chega ao universal, é de uma fala declarativa que se chega ao universal.

Quando analisamos a fala declarativa que nega o universal, como, por exemplo, o jovem que diz “eu não sou rebelde”, podemos dar mais um passo no entendimento da criação da lógica universal. Para essa discussão Castro-Gómez (2007) faz uma importante construção retomando Descartes e seu “Discurso sobre o método”, que afirma só ser possível a certeza do conhecimento com o afastamento do sujeito e do objeto, dando maior objetividade ao conhecimento quanto maior for a distância. O conhecimento verdadeiro deve fundamentar-se em um âmbito incorpóreo, onde não há sentimentos, emoções, experiência corporal, ou seja, um conhecimento no qual não há dúvidas, o modelo matemático.

Descartes se convence então que a chave para entender o universo se encontra na estrutura matemática da realidade, o qual é possível decompor em partes para entender o todo. Dessa forma, o conhecimento só se torna possível a partir do momento que se assenta em um ponto de observação inobservado, anterior a experiência e que não pode ser colocado em dúvida. Esse lugar, como nomeia o autor, é um ponto zero, um lugar de arrogância, como o de Deus que observa tudo e não pode ser observado. O universal, conforme propõe o autor, se assenta sobre esse ponto zero para dizer sobre os demais. Porém, quando aqueles que foram excluídos colocam em jogo o universal negando-o, há um duplo movimento, pois o universal é criado e ao mesmo tempo negado. Esse duplo movimento apresentado por Castro-Gómez (2017) pode ser lido também por meio da distinção que o autor faz da universalidade abstrata e concreta. A primeira pode ser entendida como aquela que é despojada de todo conteúdo, mas que se coloca como fundamento de todo conteúdo, por outro lado, a segunda é produzida através de um sintoma, dos conteúdos que foram negados pela universalidade abstrata. Por um lado, temos a universalidade abstrata que traz axiomas que se apresentam como fundamento de todo o conteúdo, assertivas construídas sem considerar os sujeitos; do outro lado temos a universalidade concreta que diz dos sujeitos, aqueles que não se encaixam nos axiomas universais e que negam esses axiomas a partir das suas existências. Desse modo, o autor nos possibilita dar mais um passo no entendimento sobre a lógica universal ao considerar que uma fala declarativa cria e nega esse universal ao mesmo tempo.

Assim sendo, o entendimento sobre a lógica universal, seu estabelecimento e a relação com o singular abrem espaço para discutirmos as leis e sua instituição. A lei visa o universal e, para isso, parte de uma lógica que engloba o para todos em detrimento das singularidades e nos desafia pensar em como construir uma política que crie espaço para o sujeito, já que é a partir de um ato declarativo que a universal afirmativa pode ser construída ou negada.

4.3 Política para juventude brasileira

Até aqui buscamos entender a construção lógica de uma afirmativa universal, nos deparando com a desconstrução lacaniana do axioma aristotélico ao trabalhar com o quadro de Peirce, que diz da importância de um ato singular para a instituição do universal. Essa virada promovida por Lacan nos faz indagar sobre a construção das políticas e legislações vigentes em uma sociedade, e nos leva a perguntar como foi instituído o universal da lei. Como o nosso foco é pensar as políticas brasileiras para a juventude, nos cabe perguntar: como se deu o processo de instituição dessas políticas? E qual concepção de jovem elas comportam? O desafio de pensar as políticas criadas para um público está em construir intervenções e práticas para todos sem desconsiderar particularidades e singularidades que necessitam de respostas específicas.

No Brasil há uma gama de legislações voltadas para o público jovem que tratam de direitos gerais ou para um público jovem específico, como por exemplo, negros, gestantes, jovens oriundos do sistema socioeducativo e penitenciário. Essas legislações nasceram de lutas e mobilizações sociais e tiveram grande participação popular para o estabelecimento de suas diretrizes. O Estatuto da Juventude foi instituído em 2013, muito posterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, por se entender que o público jovem, acima de 18 anos, que não é atendido pelo ECA, tinha necessidade de uma legislação específica.

O ECA estabeleceu a doutrina da proteção integral como nova forma de tratamento das crianças e adolescentes, dá a esse público prioridade nas intervenções estatais e estabelece que a sociedade, a família e o estado sejam também responsáveis por esse tratamento. A mudança promovida pelo ECA fez avançar as políticas destinadas ao público infanto-juvenil, porém, o marco etário estabelecido pelo estatuto coloca todos os sujeitos acima de 18 anos como um

público adulto, deixando em descoberto os jovens. Essa lacuna que a lei promoveu gerou uma movimentação no campo político e social para se pensar os direitos do público jovem. A participação e atuação da juventude no campo político sempre foi ativa e presente, mas apesar disso a juventude foi uma categoria que só ganhou visibilidade muito recentemente com a construção de uma legislação própria que a inseriu no rol de sujeitos de direitos.

A história de criação das políticas para a juventude no Brasil é marcada pela regulação do Estado nos serviços e na organização das leis para a infância e a juventude. Os primeiros marcos legais datam do período de 1889 a 1930, que tratavam as crianças e adolescentes como “menores”. A política, até então em vigor, tinha como marca a higienização social ao propor práticas de retirada dos adolescentes e crianças do espaço público para serem “tratados” em instituições. Essas crianças e adolescentes viviam em situação irregular, conforme a lei de 1927, denominada “Código de Menores” ou “Código Mello Matos”. Tal concepção de trabalho ficou conhecida como Doutrina da Situação Irregular. Nesse contexto o “menor” ficava submetido ao Estado para ser investigado em diferentes âmbitos (Pedron, 2012). O “Código de Menores” foi revisto em 1979, no entanto as mudanças não foram substanciais, pois seus preceitos políticos de intervenção permaneceram como o antigo código (Perez & Passone, 2010).

Esse cenário começou a mudar com o processo de redemocratização do país, após o fim de 21 anos de Ditadura Militar. Em 1988 foi estabelecida a nova Constituição, considerada uma Constituição cidadã. Concomitantemente ocorre a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989, da qual o Brasil se tornou signatário. Antes mesmo dessa convenção internacional, o artigo 227 da Constituição lança as bases para a criação do ECA, fruto dos intensos movimentos populares pela garantia de direitos (Pedron, 2012).

O ECA trouxe um novo conceito político, jurídico e social no campo da infância e da adolescência, pois ao considerá-los sujeitos de direitos, tivemos mudanças significativas na forma de construir políticas e intervenções embasadas em uma doutrina de proteção integral. Porém, o debate não se encerra com a consolidação do ECA, já que ele deixa em descoberto os jovens acima de 18 anos e, por isso, as lutas e debates sobre os direitos dos jovens permanecem em aberto.

Após a consolidação de uma legislação voltada para crianças e adolescentes, que reconhece a importância de se pensar ações específicas para esse público, o debate sobre a pauta de garantia de direitos para o público juvenil não cessou. As lutas no campo da juventude foram intensas. As Nações Unidas, em 1985, iniciaram a discussão sobre a juventude quando decretou este ano como o Ano da Juventude. No Brasil o Ano da Juventude foi um importante marco para o reconhecimento das necessidades juvenis e a construção de um novo lugar para essas demandas na agenda pública de cooperação internacional, nas agências bilaterais e dos governos.

No Brasil e na América Latina tais processos trouxeram grandes desafios para a transição política depois dos regimes autoritários. O combate a pobreza por esses governos foi feito através de políticas compensatórias de transferência de renda. Nesse contexto, a juventude, considerada em situação de risco, foi alvo de programas para obtenção de emprego e para contenção e prevenção da violência. Nos anos 2000 o debate sobre a juventude se modifica e seu paradigma conceitual passa a ser o de sujeitos de direitos, assim como as crianças e os adolescentes. A participação e organização dos jovens em partidos políticos, movimentos sociais e em outras formas de organização político-cultural se intensificou e trouxe impacto para a construção de disputas políticas e para configuração de categorias identitárias da juventude que impulsionou a evolução das leis (Castro & Macedo, 2019).

O reconhecimento nas pautas públicas de um novo sujeito de direitos, os jovens, reitera a importância do credenciamento da palavra de determinado grupo social para o exercício democrático, percebendo que é exatamente esse pronunciamento que pode deslocar e alargar o debate sobre os direitos sociais. Como sinaliza Telles (1999), o que desestabiliza consensos estabelecidos e instaura o litígio é o fato de esses personagens comparecem na cena política como sujeitos portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento: sujeitos falantes, que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem a partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado — ou então fixado — na ordem do não pertinente para a deliberação política (Ribeiro & Macedo, 2018, p.109-110).

Vozes sempre se levantaram na cena política para se pronunciarem sobre a não inclusão de suas pautas nas construções de propostas que visavam o universal. Pensar os efeitos dessas falas nas construções políticas é um caminho importante para compreender a apresentação das singularidades na criação dos universais. Para refletir sobre esse ponto, Castro-Gómez (2017) nos apresenta um acontecimento histórico que amplia essa discussão. Para o autor, em todas as

sociedades existem sujeitos “flutuantes”, cuja voz não é considerada, se fazem presentes quando colocam em jogo o universal sob uma forma polêmica. É precisamente nesse momento político propriamente que eles entram em luta contra o ordenamento que os exclui. Quando esses sujeitos falam, é por todos, o que eles questionam é a totalidade das regras do jogo que organiza a sociedade desigualmente.

Como exemplo, o autor lembra o caso de Rosa Parks, mulher negra do Alabama que se recusa a levantar da cadeira do ônibus, destinada a pessoas brancas, e que, com esse ato, deixa a mensagem de que ela deve ser considerada igual a todos os que sentam ali. Nesse momento Rosa Parks se apóia exatamente naquilo que lhe é negado e eleva a pretensão de universalidade, que vale não só para ela, mas também para todos que são inferiorizados por qualquer hierarquia de poder. O combate a tais hierarquias não poderá ser feito em nome das diferenças e das particularidades, mas em nome da igualdade que invoca de maneira abstrata os dominadores em suas constituições abstratas. Ou seja, é preciso converter uma universalidade abstrata, aquela que estabelece parâmetros para todos, em uma universalidade concreta que se produz por meio dos seus sintomas, de conteúdos particulares negados pela universalidade abstrata.

Foi por meio de lutas, dessas vozes juvenis, que as políticas para juventude foram se constituindo. Assim como Rosa Parks, os jovens brasileiros lutaram e lutam por reconhecimento político e para inclusão de pautas sobre a juventude nas políticas públicas. Quando esses jovens levantam suas vozes para dizer da sua ausência de direitos, todos os outros jovens podem ser contemplados em seus direitos que foram negados.

Nesse ponto precisamos nos deter para ouvir o desenrolar dos acontecimentos, pois as lutas populares para que a juventude fosse considerada como categoria impulsionou os debates públicos. O nascimento do ECA se deu a partir de uma necessidade de releitura das leis, tendo em vista que as crianças e adolescentes não estavam sendo protegidas. A desassistência desse público levava o Estado a considerar todos sob um mesmo significante, os “menores”; não havia, portanto, diferenciação entre crianças e adolescentes. O estatuto promoverá esse marco de distinção considerando as diferenças existentes entre a infância e a adolescência. No entanto, a lógica do universal que rege essa legislação, considera esse público como sujeito de direitos sem olhar as especificidades ou possibilitar

que eles falem, pois ao serem vistos como um público que deve ser protegido integralmente, abre-se pouco espaço enunciativo, alguém deve falar por eles.

No Estatuto da Juventude e nas políticas para juventude já podemos ver um ponto de abertura, uma vez que a juventude é vista como diversa. A dimensão da particularidade se torna mais evidente e são pensadas intervenções considerando a raça, orientação sexual, deficiência, condição social e econômica dos diferentes públicos juvenis, conforme pode ser lido no artigo 17 da lei (Brasil, 2013). Uma possível leitura para entender essa diferença nas leis talvez esteja ligada às lutas dos jovens para serem ouvidos e para terem direitos garantidos na sua especificidade. Mas o Estatuto da Juventude, assim como toda lei, ainda visa o universal, é construída para um grupo sem se ater aos sujeitos e suas singularidades.

Abramo (2005) lembra que na literatura latino-americana a juventude foi vista de várias formas: como um período preparatório de transição da infância para a vida adulta; como uma etapa problemática, na qual são ressaltados os comportamentos de risco e as transgressões; como atores estratégicos para o desenvolvimento social; e, por fim, como sujeitos de direitos. A juventude seria, então, uma etapa singular do desenvolvimento pessoal e social dos jovens. A legislação brasileira nasce com o objetivo de garantir aos jovens seus direitos ao serem considerados como uma população com necessidades singulares e que precisam de intervenções específicas para essa fase da vida. O jovem passa a ser visto a partir dos seus direitos, porém se tornam invisíveis diante da sua singularidade.

Mesmo diante do avanço das legislações brasileiras para o público jovem e adolescente, principalmente quando se trata do ECA, ainda permanecem questionamentos ao nos depararmos com a realidade dos jovens no Brasil. Porque a população jovem ainda é muito vulnerável? Para quais jovens são feitas essas leis? Qual ideia de juventude elas carregam? Os jovens são vistos somente pelo viés de seus direitos?

Analisar as concepções presentes nas legislações e nos documentos que direcionam a política para juventude é tarefa importante quando nos propomos a discutir sobre as políticas para esse público. Estes documentos embasam os serviços que serão ofertados, as práticas estabelecidas com os jovens e o orçamento da União, dos estados e dos municípios. Desse modo, fazer uma leitura analítica sobre quais jovens são contemplados com essas políticas e qual a

concepção de sujeito esses documentos trazem é de suma importância para pensar a construção do universal da política. Cada política apresenta a sua concepção de sujeito com o objetivo de contemplar a todos, o que vimos ser uma falácia, já que o axioma universal, o para todos, é meramente discursivo. Desse modo, essa concepção do jovem como sujeito de direitos, que deve ser protegido em diferentes instâncias, parece não abrir espaço para a experiência de ser jovem, que traz em si a necessidade de um trabalho subjetivo para a entrada no mundo adulto, conforme discutiremos abaixo.

Na legislação e nas políticas para a juventude a dimensão do cidadão se faz presente, pois ao ser colocada a primazia pela busca dos direitos, perde-se de vista as singularidades e os jovens não são ouvidos ou são ouvidos dentro da estrutura do Estado. No “Guia de Políticas Públicas para a Juventude” (Brasil, 2006), são lançadas bases para a criação das políticas para a juventude e chama a atenção que as políticas visam sempre a obtenção de renda. Desse modo, o jovem é visto como trabalhador, aluno e cidadão e os enquadres políticos são feitos a partir dessas perspectivas sem considerar o trabalho com as singularidades.

O Governo Federal inovou na concepção de política pública e passou a considerar a juventude como uma condição social, e os jovens, como sujeitos de direitos. Esta nova concepção de política pública de juventude é norteada por duas noções fundamentais: oportunidades e direitos. As ações e programas do Governo Federal buscam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens, para que eles possam resgatar a esperança e participar da construção da vida cidadã no Brasil (Brasil, 2006).

A questão da cidadania quando ligada à juventude, conforme apresenta Abramo (2007), é colocada a partir do problema que os jovens podem causar. Os temas debatidos em diferentes lugares referem-se a drogas, violência, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis, nunca são questões elencadas por eles. Assim, o que aparece é a denúncia dos direitos negados e a ausência de participação dos jovens, de modo que o tema da cidadania se liga aos jovens a partir desses dois aspectos: a denúncia e a não participação nas discussões políticas. Importa destacar que esses dois pontos trazidos pela autora demonstram um apagamento do sujeito e da sua singularidade, pois ora os jovens são vistos a partir da negação dos seus direitos, ora a partir da ausência de espaço de fala.

É preciso diferenciar o sujeito do cidadão. O cidadão é qualquer um, está no campo do universal, já o sujeito é singularidade que precisa ser ouvida (Garcia,

2000). No campo da cidadania o jovem é inserido por meio da falta, sem ter considerado o momento de vivência singular que está passando; é preciso dar o que lhe falta para se tornar um adulto e, nesse sentido, a singularidade não é considerada.

Abramo (2007) faz uma análise das políticas para a juventude antes da criação do Estatuto da Juventude e destaca a pouca visibilidade desse público na agenda pública por não ter seus direitos assegurados. No Brasil não existiu uma tradição de políticas voltadas especificamente para jovens, essa preocupação é recente. As ações voltadas para a juventude ficavam a cargo de Organizações Não Governamentais (ONGs) que realizavam um trabalho com o objetivo de contenção de risco real ou potencial dos jovens. Havia poucos subsídios de conceituação, informação e metodologias para lidar com o público adolescente e jovem, pois o trabalho estava voltado para a infância.

A primeira legislação a ser considerada é a Constituição de 1988, na qual há artigos voltados para os jovens que embasam políticas atentas às suas especificidades. Importante lembrar que a Constituição segue muitas diretrizes propostas pela ONU para pensar a proteção do público infanto-juvenil. No ano de 2010 o jovem foi incluído na Constituição Federal como sujeito de direitos, através de uma Proposta de Emenda Parlamentar (PEC). A partir dessa inclusão, ele passa a ser considerado como um público que deve ser protegido pela assistência social e com educação garantida, tendo em vista as suas especificidades no que diz respeito à necessidade de atividade laboral e ao horário de estudo. Os jovens também são incluídos no artigo 227 da referida legislação e passam a ser protegidos por diferentes instâncias: sociedade, Estado e família (Brasil, 1988).

No Plano Nacional da Juventude, instituído pela lei nº4.530/2004 e revisto em 2017, está elencado em seus objetivos a necessidade de garantir os direitos dos jovens considerando a equidade de gênero, raça e etnia. Além disso, coloca como diretriz que os jovens sejam protagonistas na elaboração do plano. Para isso é estabelecida a necessidade de realização de conferências, as Conferências Nacionais de Juventude (CNJ), para monitorar e avaliar a implementação das políticas para a juventude. Cabe destacar que a participação dos jovens é imprescindível para a realização desses encontros, tendo em vista que se entende a defasagem da participação deles nas deliberações políticas. A noção de cidadania e direitos se estrutura de forma diversa devido ao “processo de colonização, aliado à

forma como se estruturou a República, fomentou outra dinâmica, pois a configuração dos direitos teve início por meio da ampliação dos direitos sociais, enquanto os direitos civis e políticos foram suprimidos” (Brasil, 2018).

Nessa proposta de atualização da minuta para a construção do Plano Nacional da Juventude são elencadas estratégias de fomento a políticas em diferentes setores. Através de uma pluralidade, busca-se as várias juventudes do Brasil. O estímulo à participação juvenil é elencado em diferentes setores das políticas, mas não são apresentados canais em que esses jovens possam dizer das suas necessidades e como isso será operacionalizado pelo Estado. Chama a atenção o avanço que o plano tem em termos de políticas para a juventude, pois considera a complexidade da realidade brasileira. No entanto, parece uma proposta idealizada, uma vez que não apresenta a dimensão de recursos, a pasta orçamentária. Além disso, o jovem é visto somente como um sujeito de direitos, alvo de políticas públicas que visam suprir essas necessidades. Há pouco espaço para inovação, para que o jovem possa aparecer para além dos direitos e do que o Estado pode suprir. Onde estão os coletivos? Que consideração é dada a essas formas de organização juvenil? O que acontece entre o pensamento dessas propostas e sua operacionalização? Cabe destacar que as CNJs estão programadas para acontecerem de quatro em quatro anos, porém com a entrada do último governo elas não ocorreram na data prevista e foram adiadas por dois anos. Talvez estejamos diante de uma desconsideração total desses jovens e dessa proposta que pensa a diversidade da juventude e suas formas de participação política.

O Estatuto da Juventude, uma lei que foi criada especificamente para tratar dos direitos dos jovens, se configurou como um marco de legislação que regula os direitos e deveres desse público. Nos seus primeiros artigos é mencionado o ponto de encontro com o ECA para a faixa etária de 15 a 18 anos, tendo em vista que é atendida pelas duas legislações. Contudo, o ECA prevalece sobre o Estatuto da Juventude devido ao seu caráter de proteção integral e, somente nos casos em que não houver conflito com a proteção integral, que o Estatuto da Juventude será aplicado (Brasil, 2013).

A mudança do *status* de adolescente para o de jovem aponta para uma concepção de sujeito diferente nas duas leis. Apesar de trabalharem com a concepção de sujeito de direitos, o ECA, visando a proteção integral, não oferece muitos canais de voz e protagonismo para os adolescentes. Em todos os artigos que

tratam dos direitos destes há sempre uma regulação por parte do Estado na execução, fiscalização e deliberação das ações. Nesse sentido, o que está disposto nos termos da lei é o dever de todos em zelar pela proteção da criança e do adolescente, ou seja, eles não aparecem no lugar de sujeitos, no lugar de quem tem um saber sobre si e sabe apresentar suas próprias demandas. Diante dessa ausência de espaços para os adolescentes falarem de si, podemos pensar que o ECA talvez carregue resquícios da Doutrina da Situação Irregular ao propor a regulação dos direitos dos adolescentes nas diferentes instâncias de suas vidas, sem levar em consideração suas vozes.

Por outro lado, o Estatuto da Juventude dispõe sobre a participação dos jovens nos processos criativos e deliberativos das políticas. No seu segundo artigo estão descritos os princípios da lei que são regidas, em sua maioria, pela lógica da promoção do jovem como sujeito de direitos, bem como da promoção de espaços de participação no desenvolvimento de políticas voltadas para a juventude. No inciso IV do segundo artigo a lei, o jovem é reconhecido como “sujeito de direitos universais, geracionais e singulares” (Brasil, 2013); é inserido na categoria de sujeito de direitos, assegurando os direitos básicos de cidadania. Essa é uma importante marca para a lei, reconhecer o sujeito em suas diferentes instâncias, a sua complexidade. A concepção de juventude proposta pelo estatuto é plural, uma vez que considera questões geográficas, econômicas e sociais como fatores que têm impacto na vida dos jovens. Há direitos assegurados para os jovens negros, indígenas, moradores da zona rural, oriundos do sistema carcerário e socioeducativo, jovens grávidas, jovens empreendedores, entre outros.

No entanto, quando analisamos a concepção sobre o protagonismo juvenil, nos deparamos com um entrave. No Estatuto da Juventude (2013) podemos ver que o protagonismo juvenil é fomentado, estimulando a participação política em diferentes instâncias. Aos jovens é conferida a concepção de uma “pessoa livre, ativa, responsável e digna” (Brasil, 2013) que será capaz de se envolver com decisões coletivas sobre as políticas que lhes afetam. Porém, esse fomento e reconhecimento de protagonismo vem sempre do Estado: “é dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens” (Brasil, 2013). Cabe ao Estado fornecer as condições de possibilidade para que o jovem possa falar, se organizar e criar políticas para si. O protagonismo dos jovens aparece cerceado pelos aparatos do

Estado e o questionamento acerca do acesso a essas políticas permanece, pois elas não chegam a quem deveria.

E nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, ouvidos e entendidos como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação (Abramo, 2007, p.87).

Quando falamos em invisibilidade relacionada à juventude não podemos desconsiderar a juventude negra. Apesar dessa discussão não ser o foco deste trabalho, pois merece um capítulo à parte, não podemos deixar de mencionar a alta mortalidade de jovens negros que coloca em risco a sua existência. O atlas da violência de 2021 (Cerqueira et al., 2021) aponta que a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes maior que uma pessoa não negra; a taxa de violência letal contra as pessoas negras foi 162% maior que a das pessoas não negras. Os jovens são os mais atingidos por essa mortalidade, o que nos leva a considerar que estamos diante de um genocídio da juventude negra.

Considerando essa realidade, foi criado o Plano Juventude Viva (Brasil, 2018), cujo objetivo é reduzir o número de mortes de jovens negros no Brasil e combater o racismo estrutural. Há o reconhecimento de que o racismo no Brasil atinge em maior grau os jovens negros, o que causa grande mortalidade dos mesmos. Para isso o plano visa chegar a esse público por meio de ações de nível federal, estadual e municipal. Reconhece o Estado como um dos promotores dessa violência e como um dos responsáveis por sua eliminação. Nessa proposta de trabalho os jovens negros são reconhecidos como sujeitos de direitos, mas que necessitam de políticas especiais para atender as suas especificidades e proteger os seus direitos.

Dentro da lógica universal de sujeitos de direitos, foi necessário destacar um grupo específico, o da juventude negra, devido a alta mortalidade desse público. Sem desconsiderar o universal, as políticas para a juventude brasileira têm sido elaboradas para públicos específicos de jovens. Mesmo atendendo a particularidade, as políticas ainda não chegam a muitos sujeitos com suas histórias e vivências singulares. O sujeito permanece sem ser ouvido.

Se não é possível ao jovem falar, como pode ser um sujeito? Se é por um ato declarativo que podemos instituir e negar os universais ao mesmo tempo, o que

temos nessas leis? Universalidades abstratas compostas de conteúdos criados a partir de pontos de observação inobservados e que não dizem de sujeitos.

Percorrer a discussão sobre o sujeito nos permite interrogar a política a partir da singularidade. As políticas brasileiras consideram os jovens como sujeitos de direitos, contudo, é o Estado que lhes outorga a condição de sujeitos e garante os seus direitos. Como aparece no Plano Nacional da Juventude, um documento elaborado por diferentes comissões com representantes governamentais, ONGs e sociedade civil para debater diversos temas que envolvem a realidade dos jovens, a criação da política tem um viés idealizado porque, apesar de trabalhar a juventude em sua pluralidade, ainda busca pelo universal.

Atualizar o princípio da universalidade (refere-se à universalização do acesso dos jovens à produção humana material, tendo como base os direitos civis, políticos, sociais e econômicos como condição de qualidade de vida).

Considerar o/a Jovem como sujeito de direitos (refere-se à afirmação do jovem como sujeito de direitos universais e específicos que dizem respeito ao momento do ciclo de vida).

Dar vigência ao princípio da equidade (pressupõe um tratamento igual e adequado ao diferente levando em conta suas especificidades).

Fomentar a valorização das diversidades (aponta para a convivência democrática e o enriquecimento da experiência humana) (Brasil, 2006, p.68).

A universalidade aqui apresentada aparece de forma abstrata, é uma frase que pode ser lida, mas não diz de ninguém. Assim como mencionamos acima, há jovens que sofrem os efeitos da desconsideração de sua condição de sujeito e são desprotegidos dos seus direitos, como os jovens negros, por exemplo. Enfrentamos aqui um problema, pois é preciso reconhecer o jovem como sujeito para que eles tenham seus direitos garantidos, mas nos deparamos com situações em que alguns jovens não são vistos como sujeitos.

Quando algum jovem declara a sua existência, quando diz não ao universal, quando diz que não é um sujeito de direitos ao encontrar seu nome próprio, é que se torna possível criar universalidades e negá-las. É preciso que os espaços nos quais os jovens possam falar, nos quais há “a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto” (Brasil, 2013), como propõe o Estatuto da Juventude, não seja somente um espaço fictício que parte de pressupostos universais para construir políticas para um público que é específico. Para a política é preciso uma escuta que considere esse ponto singular: o desejo. Os pontos de abertura podem ser construídos também de forma singular, a partir da história de cada um e dos significantes próprios de cada sujeito.

4.4 Adolescência e juventude: universal, particular e singular

Após discutir sobre o universal da política e sua concepção de juventude, ainda nos resta entender um pouco mais sobre esta última, suas características e como a psicanálise constrói sua definição.

O conceito de juventude, quando discutido pela psicanálise, traz alguns entraves muito presentes na teoria: Freud não o elaborou, não é, portanto, um conceito da psicanálise. Se caminhamos um pouco mais, podemos ainda concluir que nem o conceito de adolescência é debatido por Freud. O que a psicanálise e Freud nos oferecem em sua base é o conceito de puberdade. Freud trabalha com a ideia de que as mudanças que ocorrem na puberdade, as mudanças corporais, são universais. As transformações ocorridas na puberdade se apresentam em todos os sujeitos; nesse momento há o desenvolvimento da genitalidade e a escolha objetal. Sem desconsiderar as exceções, podemos entender que essas mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento estão presentes em sua universalidade, segundo Freud.

Os “Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, escrito em 1905, início da produção freudiana, apresentam as construções que Freud fez sobre o desenvolvimento da sexualidade. Da fase auto-erótica, passando pelo período de latência, chegamos à puberdade, momento de intensas transformações que reorganizam a sexualidade e as escolhas objetais. Conforme nos diz Freud (1905), na puberdade há o primado da zona genital e a mudança da pulsão auto-erótica para o encontro com o objeto sexual. No referido texto Freud faz construções de cunho mais biológico para nos dizer das transformações corporais presentes na puberdade e o impacto dessas transformações no psiquismo, com o redirecionamento da libido para o objeto.

Ao mesmo tempo, consuma-se no lado psíquico o encontro do objeto, para qual o caminho fora preparado desde a mais tenra infância. Na época em que a mais primitiva satisfação sexual estava ainda vinculada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo próprio, no seio materno. Só mais tarde vem a perdê-lo, talvez justamente na época em que a criança consegue formar para si uma representação global da pessoa a quem pertence o órgão que lhe dispensava satisfação. Em geral, a pulsão sexual torna-se auto-erótica, e só depois de superado o período de latência é que se restabelece a relação originária. Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno toma-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro (Freud, 1905, p.209).

Essa saída da infância é marcada por intensas transformações. É nesse momento em que o sujeito, saído da infância, vai se deparar com o real do sexo, um encontro traumático que podemos dizer ser a própria puberdade. O sujeito ficará sempre sem palavras diante desse real, pois é algo que jamais poderá ser simbolizado (Alberti, 2009). Destaca-se duas questões importantes mencionadas por Freud, vivenciadas no momento da puberdade: a primeira relacionada à sexualidade e a segunda referente a separação do outro familiar. Essa separação só é possível se no momento da infância algo se operou no Édipo, no sentido de uma inscrição do Nome do Pai.

Ferreira (2017) nos lembra que é preciso diferenciar a adolescência da puberdade. A puberdade apresenta um caráter biológico e universal, que foi descrito por Freud como metamorfoses da puberdade. Por outro lado, a adolescência está ligada ao estudo das ciências humanas e sociais e apresenta características diferentes conforme a sociedade na qual o adolescente está inserido.

Com a irrupção da puberdade o sujeito fica sem palavras para simbolizar o que está acontecendo com seu corpo e inventa uma forma de sobrevivência particular para essa travessia. Stevens (2004) nos lembra que é a ausência de saber para o que nos sucede que gera o sintoma, uma resposta para o buraco do saber. Desse modo ele entende que a adolescência se apresenta como o sintoma da puberdade, adolescência entendida como uma série de respostas possíveis para esse fenômeno da puberdade. “A adolescência entendida como sintoma pode dar sustentação à travessia da infância para o mundo adulto, substituindo, em nossa época, os ritos de passagem de outras culturas. Essa é uma leitura possível das coisas, o que não impede de haver outras” (Ferreira, 2017, p.3). Tais ritos, como descreve Le Breton (2017), operavam nas sociedades tradicionais como marcadores, elementos da tradição que permitem que os jovens façam uma passagem da infância para a maturidade social, tendo acesso aos saberes transmitidos pelos antepassados sem precisar experimentar uma lacuna temporal.

A adolescência é, portanto, como proposto por Lacadée (2011), a mais delicada das transições. Fase marcada por uma modificação do corpo, que é sentida como outro corpo arrebatando a despreocupação da infância, subvertendo os significantes ideais do Outro parental que será sentido como algo intraduzível na língua do Outro. “Podemos considerar que o que há de inédito na puberdade é essa busca de se estabelecer uma relação com o outro corpo, ou seja, com o corpo do

Outro” (Lima & Santos, 2015, p. 270). Dessa experiência universal da puberdade cada sujeito constrói seus significantes próprios, passando assim, do universal para o singular.

A transição presente na adolescência traz suas marcas nos significantes até então construídos, a irrupção da puberdade coloca o adolescente sem palavras para traduzir modificações do corpo, desse modo há uma mudança da relação do adolescente com o Outro. Essas intensas mudanças para o adolescente, no campo da sexualidade, fazem furo no real, conforme propõe Lacan. De igual modo na adolescência há um furo no saber do Outro, sendo que esses dois furos foram descritos por Freud com a metáfora de um túnel furado nos dois lados (Lacadée, 2012).

Na realidade, a adolescência questiona o registro do simbólico como tal, isto é, do que, até então, era suficiente para todo questionamento do sujeito, e que passa a não bastar para dar conta do real. Assim, o adolescente se põe efetivamente a questionar o simbólico - no que ele se inscreve perfeitamente nessa ordem, tal como Descartes a introduziu na era moderna - ou o evita (Alberti, 2009, p.33).

Na passagem pela adolescência o real suscita fantasias que afastam e modificam a relação do sujeito com a sua língua. Nesse sentido podem ocorrer três possibilidades de exílio: ter que suscitar na linguagem, no par S1-S2 quem ele é; o exílio do próprio corpo, o corpo de criança; e o exílio do próprio gozo (Lacadée, 2011).

Devido a tudo o que ele vive e também às suas fantasias, o sujeito adolescente pensa que, por não compreender a si mesmo, ele se torna incompreensível para o Outro. A delicada transição da adolescência tem a ver com o encontro desse real, momento em que a angústia, a confusão, o tédio, a solidão e o afeto de vergonha ou ainda a agressividade ocupam o primeiro plano. Esses momentos de exílios são vividos de forma mais aguda e real quando os adolescentes vivem em lugares de exclusão, onde já está em questão certa precariedade simbólica e até mesmo uma rejeição, notadamente nos colégios de periferia (Lacadée, 2012, p.258).

Por essas intensas transformações que são vividas na adolescência esse período é de grande importância na constituição subjetiva dos sujeitos, pois é o momento em que a escolha objetual e a separação do Outro parental são vivenciadas e promovem um redirecionamento libidinal. Por isso a adolescência é um período marcado por intensas transformações psíquicas, que levam o sujeito de um lugar inicialmente preso na problemática de ser um falo da mãe, para o estatuto do corpo sexuado. Há mudanças que requerem o posicionamento do adolescente diante de

diferentes conflitos, que lhe exige novas respostas frente a sua sexualidade e ao Outro. Ou seja, as respostas encontradas por cada adolescente nessa delicada transição são da ordem do singular.

Essa discussão, quando alargada para o campo da juventude, se modifica, tendo em vista que o conceito de juventude parece ser mais ligado aos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, apresentando também uma forte ligação com a identidade, de modo diferente do conceito de adolescência, levando em conta os aspectos mais subjetivos e mudanças psíquicas vivenciadas pelos adolescentes. Os dois conceitos apontam para essa fase de transição entre a infância e o mundo adulto e para o desafio instituído perante o novo (Souza, 2015). No entanto, a juventude está ligada mais ao campo das particularidades, é experienciada de forma diferente em diferentes culturas e, por isso, podemos falar de juventudes e não juventude (Dayrell, 2003).

A categoria juventude foi concebida como uma construção social, cultural, histórica e relacional e passa, necessariamente, por seu enquadramento histórico, na medida em que é uma construção histórica que vai responder acerca das condições específicas de surgimento do conceito. As mudanças sociais que produziram a emergência do capitalismo outorgaram o espaço simbólico que tornou possível o surgimento da juventude, que também é marcada por uma categoria etária que se apresenta de formas diferentes nos diferentes países. Mas só a categoria etária não foi capaz de lidar com o significado da juventude; ela adquiriu diferentes significados, portanto deve ser tratada considerando a diversidade de seus setores (Léon, 2020).

No texto “A juventude de Gide ou a letra e o desejo”, Lacan (1958/1998) vai analisar o livro de Jean Delay, que escreveu sobre a vida do jovem André Gide, apresentando como ponto para pensar a juventude o tempo de espera presente nessa fase da vida. Esse tempo de definições importantes para os jovens, de escolhas objetais, é um tempo de espera, um tempo da juventude. O jovem Gide se vê às voltas com sua escolha amorosa e Lacan nos apresenta o embaraço com essa escolha. Como bem aponta Miller (2015), nessa análise da vida de Gide feita por Lacan, não será com cinco anos que tudo estará decidido por um sujeito. Ou seja, é preciso tempo para que as mudanças da adolescência, que são tão intensas, possam ter seus efeitos na vida dos sujeitos. “Um dos aspectos de estranheza, (*estrangements*) de “é(s)tranhamentos”” que podemos experimentar para com esta

abordagem, vem do fato de que o processo determinante para o sujeito prossegue na adolescência, e até vinte e cinco anos.” (Miller, 2015, p.8).

Lacan não discorre mais sobre a juventude e suas características nesse texto, mas nos diz que o tempo é um ponto a se considerar na juventude. Moreira, Rosário e Santos (2011), ao fazerem uma revisão do conceito de juventude, afirmam que hoje a mesma apresenta mudanças sensíveis quando comparada com outros momentos da história. Nas sociedades pré-modernas o idoso aparece como aquele que guardava a transmissão de saberes para as gerações futuras, já na modernidade o adulto toma lugar de referência devido ao individualismo que privilegiava o adulto autônomo e racional, pois o jovem não teria maturidade racional. Com as duas grandes guerras há uma descrença na maturidade racional e uma crise em relação ao futuro, o que resta é aproveitar os prazeres da vida e a juventude.

Uma característica presente na juventude, intensificada após as duas grandes guerras, é o sentimento de inadequação com o seu tempo e uma necessidade de modificá-lo. Esse sentimento é refutado pela cultura consumista com a possibilidade de prazeres imediatos prometido por meio dos objetos, o que nos leva a pensar que talvez caiba aos jovens da atualidade a frase “sinto logo existo” (Moreira, Rosário & Santos, 2011. p. 461). É preciso viver intensamente, ser eternamente jovem, sem se preocupar com o outro. Nesse sentido, os autores concluem que é preciso achar um elemento subjetivo que seja estrutural e estruturante para pensar a inserção do jovem no mundo adulto. Para pensar esse elemento os autores utilizam a filosofia existencial de Levinas, que entende o sujeito atravessado pela lógica alteritária, sendo possível pensar um sujeito atravessado pelo outro e que tenha compromisso com os destinos da humanidade.

É possível identificarmos também os estilos de vida propriamente juvenis; os ritos de passagem marcam a transição da infância para a idade adulta, mas na maioria das culturas da sociedade urbana essas demarcações não estão muito claras, os jovens negam suas responsabilidades, há falta de pontos de referência. As novas condições juvenis centram as mudanças num nível mais global e que tem impacto nas formas de expressão juvenil; já as trajetórias de vida nos remetem às mudanças experimentadas nos modelos e processos de entrada na vida adulta (Léon, 2020).

A subjetivação é um processo contínuo, aberto às afetações alteritárias (internas/externas), e, o mais importante, não existe um ponto de “acabamento”. Os processos de subjetivação revelam a condição humana pendular que oscila entre o campo do eu e do outro; a permanência no campo do eu parece um sonho pós-moderno. Assim, a saída da juventude e o ingresso no mundo adulto se realizam quando o sujeito percebe sua responsabilidade em relação ao outro, podendo esse outro ser representado pelo filho, mas ultrapassa o campo familiar para revelar a responsabilidade ética em relação à humanidade (Moreira, Rosário & Santos, 2011, p.463).

A dimensão temporal é um fator a se considerar para essa entrada no mundo adulto, pois o trabalho subjetivo que o jovem tem de operar nesse período está ligado ao que foi vivenciado na adolescência, com a separação do Outro parental e a escolha de objeto, bem como com as relações alteritárias. Esse tempo vivido pelos jovens ocorre de maneiras diversas, o que nos permite pensar categorias particulares da juventude e adolescência.

Calligaris (2000) trabalha com o conceito de moratória para explicar a passagem pela adolescência. Nesse tempo de transição da infância para a idade adulta o adolescente ficará sob a tutela dos adultos, já que ainda não é reconhecido como um adulto também. Ele se preparará para o amor, o trabalho e o sexo, mas sem necessariamente produzir ou amar, caso produza nesses campos será de forma marginal. Esse tempo de suspensão para que o adolescente assuma o papel de um adulto, que ocorre após a transmissão de valores sociais, se caracteriza como a própria adolescência. Nesse tempo de espera o adolescente é frustrado pela moratória, por não poder ser um adulto, ao mesmo tempo que lhe é exigido que viva esse tempo de modo feliz, já que é um tempo invejado pelos adultos. Essa passagem pela moratória se torna um verdadeiro enigma, não há uma delimitação de tempo para a sua finalização e, nesse processo, os adolescentes se vêem privados de independência e reconhecimento. A moratória, conforme proposta por Calligaris, diz de um tempo de espera, de adolescentes que, ao se depararem com a transformação trazida pela puberdade, serão protegidos pelos adultos até estarem preparados para serem reconhecidos e se responsabilizar como um adulto. O autor diz de um tempo protegido.

Há outras vivências nesse período que se apresentam de uma maneira muito diversa. Os jovens em conflito com a lei podem ser estudados como outro caso particular dentro do espectro da juventude, uma vez que passam por conflitos peculiares nessa fase. Guerra et al. (2015), ao analisarem o adolescente em conflito com a lei, trazem algumas reflexões sobre como a passagem pela adolescência

desses jovens mostra que a entrada no tráfico e permanência nessa atividade configura para alguns uma tentativa de fazer uma passagem para a vida adulta. Aqui não há tempo de espera e um Outro que tutele este adolescente. “Inseridos na trama imaginária do Outro do tráfico e aderidos ao seu saber-fazer, parecem não contar mais como sujeitos que se apropriam de suas próprias experiências, mas antes se apresentam como corpos-objeto que se lançam na manutenção desse sistema de vida” (Guerra et al, 2015, p.98). Corroborando com essa ideia Torossian et al. (2017), tecem importantes apontamentos para pensar os jovens em conflito com a lei. Esses jovens, oriundos de classes pobres, frequentemente são arrancados de maneira muito precoce da sua condição infantil para garantir sua sobrevivência. Os jovens se veem obrigados a trabalhar para colaborar com a renda familiar, abandonam a escola e, desse modo, o tempo do adolescer se torna curto. Com o tempo encurtado pode não ocorrer o “processo psíquico necessário para a elaboração das mudanças corporais e das demandas sociais” (Torossian et al., 2017, p.65). Inseridos em uma organização social que não dedica um olhar atento às suas questões, esses jovens são lembrados principalmente pelos seus atos violentos, de modo que a infração pode se tornar sua única forma de pertencimento.

Jessé de Souza (2010), ao estudar as classes sociais brasileiras, nos diz de um grupo denominado de batalhadores brasileiros que tem crescido na contemporaneidade. Nessa classe social os batalhadores são trabalhadores que vivem de trabalhos flexíveis, têm estratégias de vida provisórias pela necessidade de se adequarem às constantes mudanças do mercado. Os batalhadores são o efeito da incorporação de trabalhadores pobres excluídos da sociedade fordista, industrial, às novas formas de organização do trabalho, se tornando, portanto, empreendedores, donos de indústrias de pequeno porte e pequenos agricultores. Essa nova fração da classe média é resultado do processo de mudança para o capitalismo financeiro situado na periferia, na qual o processo fordista foi intensamente excludente. O grupo é grande e abarca os jovens brasileiros, esses se veem envolvidos com a dinâmica do trabalho, construindo a experiência de ser jovem num significativo de batalha para se inserir no mundo do consumo.

Na adolescência e juventude vários grupos particulares se destacam, conforme apresentado acima. Poderíamos ainda elencar vários grupos particulares e, mesmo assim, não se findariam as possibilidades, uma vez que o particular não

completa uma lógica que é universal, como nos disse Lacan. O universal se apresenta através do engajamento singular de um sujeito, ou seja, é do singular que partimos para o universal. Esse processo vivido na adolescência, que apesar de ter sua ligação com a puberdade que é vivida por todos, apresenta sua singularidade, pois é só diante de uma experiência singular, com os significantes próprios de cada sujeito, que a adolescência e a juventude podem ser vividas.

4.5 A guisa de conclusão: o singular e sua disjunção do universal

Na leitura de Lacan sobre a lógica do universal proposto por Aristóteles, ele nos faz compreender que é a partir da singularidade que o universal se institui. Quando um sujeito, por meio de uma fala declarativa, como por exemplo “eu não sou um jovem rebelde”, se pronuncia, nos remete a uma universal afirmativa que afirmaria ser todo jovem rebelde. É só por meio dessa disjunção proposta pelo singular que o universal se faz presente.

A consequência desse raciocínio, como se pode bem ver, é que Lacan nos fornece um modo inédito de pensar o universal: ao inverter a hierarquia em vigor na subalternação da particular pela universal, a ênfase recai na dimensão declarativa do sujeito como constituinte da necessidade lógica. Sua necessidade se funda, por conseguinte, na contingência do traço particular que se pode isolar, sobre o qual se apoia a classe universal constituída a partir de uma declaração performativa que sobre ele se faz (Teixeira, 2015, s.p.).

Tal pensamento não é sem consequências para o campo político, como nos diz Guerra (2019), pois se o sujeito se engaja de forma negativa, se situa de forma disjunta do universal que o exclui por sua singularidade. Mas se o sujeito se engaja de forma afirmativa, pode produzir um universal que o inclui, porém que o imobiliza na sua singularidade, ficando aderido aos demais. O ato político é, portanto, disjuntivo. Assim sendo, o que a autora propõe é uma forma de organização política e social que mantenha o ponto de indeterminação do sujeito, o quadro vazio de Peirce, que permite a circulação das singularidades; “e que, ao mesmo tempo, componha um desenho discursivo no qual o ato de enunciação possa fundar universalidades que incluam as particularidades de sua condição política, sem imobilizar sua potência subversiva singular como ponto vazio” (Guerra, 2019, p.20).

A ideia do para todos que a política comporta, só se constitui porque existe a exceção e, se nos fixamos nessa ideia, perdemos de vista a potência subversiva do

sujeito, pois como nos diz Garcia (2000), não há uma palavra plena na qual podemos nos responsabilizar totalmente.

Ao apresentar a construção da política e da psicanálise sobre a juventude, não queremos responder ao universal da política com outro universal proposto pela psicanálise com a sua construção sobre a puberdade. Estamos advertidos sobre esse ponto. Entendemos, portanto, que a psicanálise nos possibilita entender que essa disjunção do universal e singular é a imersão da afirmação de uma possibilidade subjetiva.

As políticas para a juventude, que tratam tanto do universal quanto do particular, nos permitem pensar que há uma gama de jovens que precisam ser considerados quando construímos uma política. Porém, por mais que possamos elencar os grupos de jovens a serem atendidos pela política, ainda assim haverá as singularidades, aqueles e aquelas que não se enquadram na proposta da lei e ao levantarem a voz para se denominarem, suas existências remeteriam a outros universais e particulares possíveis.

As lutas das juventudes para serem incluídas na lei, como vimos, provocaram um movimento para a criação de um estatuto que regesse os jovens em sua universalidade. As CNJs permaneceram como um dispositivo para fomentar o protagonismo dos jovens para pensar as políticas. O desmonte desse espaço não foi feito sem um propósito e não é sem consequências. Pois quando silenciemos os atos políticos, que é disjuntivo por natureza, não permitimos que as estruturas se movam.

Como veremos no próximo capítulo, é o caso, o sujeito, que nos convida a pensar a política, seus furos, suas determinações significantes que pouco incluem as singularidades e denuncia suas dificuldades de promover novas formas de intervir diante dos impasses causados pelos universais.

4.6 Referências bibliográficas

Abramo, Helena Wendel (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In.: Freitas, Maria Virgínia (org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa. (e-book). Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/212/1/LEON_ABRAMO_juventudeeadolescencianobrasil_2005.pdf. Acesso em 09 de agosto de 2020.

- Abramo, Helena Wendel (2007). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In.: Fávero, Osmar (org.) *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED.
- Alberti, Sonia. (2009). *Esse sujeito adolescente*. 3ed. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos/Contra Capa.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília.
- Brasil. (2006). *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República.
- Brasil. (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude.
- Brasil. (2013). *Estatuto da Juventude*. Lei nº12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília.
- Brasil. (2018). *Plano Nacional de Juventude: proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004*. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: SNJ.
- Brasil. (2018). *Plano Juventude Viva: um levantamento histórico*. Brasília: SNJ.
- Calligaris, Contardo. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Castro, Elisa Guaraná & Macedo, Severine Carmem (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementaridade, desafios e diferenças. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 02.
- Castro-Gómez, Santiago. (2007). Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In.: Castro-Gómez, Santiago & Grosfoguel, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Castro-Gómez, Santiago. (2017). ¿Qué hacer con los universalismos occidentales?. *Ideação: Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Filosóficas* da Universidade Estadual de Feira de Santana - Feira de Santana - v. 1, n. 1 (1997-) n. 35, jan./jun.
- Cerqueira, Daniel et al. (2021). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP.
- D'Agord, Marta. (2006). A negação lógica e a lógica do sujeito. *Ágora: Estudos em teoria Psicanalítica*, 9 (2), p. 241-258.

- Ferreira, Roberto Assis (2017). *Adolescência, o que é?* Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais - Almanaque On-line nº17. Disponível em: <http://almanaquepsicanalise.com.br/adolescencia-o-que-e/>
- Freud, Sigmund. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. VII.
- Garcia, Célio. (2000). *Clínica do Social*. Belo Horizonte: Editora Projeto.
- Guerra, Andréa Máris Campos et al. (2015). *Assistência social pública na interface entre subjetividade e política*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Guerra, Andréa Máris Campos. (2019). Universal, particular e singular: psicanálise e política. *Clínica & Cultura*, v. 8, n. 1, jan-jun, p. 7 – 23.
- Lacadée, Philippe. (2011). *O despertar do exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Lacadée, Philippe. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. *Responsabilidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2.
- Lacan, Jacques. (1958). Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In: *Escritos*. 29ed Jorge Zahar Editores, 1998.
- Lacan, Jacques. (1961-1962) *O Seminário livro 9: A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife. Publicação não comercial, 2003.
- Lacan, Jacques. (1967-68) *O Seminário livro 15: O ato analítico*. Buenos Aires: EFBA. Inédito no Brasil (Publicação não comercial).
- León, Oscar Dávila (2005). Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In.: Freitas, Maria Virgínia (org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa. (e-book).Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/212/1/LEON_ABRAMO_juventudeeadolescencianobrasil_2005.pdf. Acesso em 09 de agosto de 2020.
- Le Breton, David. (2017). *Uma breve história da adolescência*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- Lima, Nadia Laguardia, & Santos, Tania Coelho. (2015). O crescimento da exposição ao real traumático na adolescência: Declínio do pudor no imaginário contemporâneo: Trauma e suas vicissitudes. *Cadernos de Psicanálise*, 31(34), 265-284.
- Miller, Jacques Alain. (2015). Sobre o Gide de Lacan. *Opção Lacaniana* online nova série, Ano 6, Número 17.

- Moreira, Jacqueline Oliveira; Rosário, Ângela Buciano & Santos, Alessandro Pereira. (2011). Juventude e adolescência: considerações preliminares. *PSICO*. Porto Alegre. PUCRS, v.42, n.4.
- Pedron, Luciana da Silva. (2012). *Entre o coercitivo e o educativo [manuscrito]: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Perez, José Roberto Rus & Passone, Eric Ferdinando (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140.
- Ribeiro, Eliane & Macedo, Severine. (2018). Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. *Revista de Ciências Sociais, DS-FCS*, vol. 31, n.º 42, enero-junio.
- Souza, Jessé. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Editora UFMG.
- Souza, Juliana Marcondes Pedrosa (2015). *Responsabilização do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa: enlaces da Psicanálise com o Direito*. 2015. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Stevens, Alexandre. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Curinga*, Belo Horizonte, EBP-MG, n. 20, p.27-39.
- Teixeira, Antônio. (2015). A fundação violenta do universal. *Revista Derivas Analíticas*, 3. Minas Gerais: Escola Brasileira de Psicanálise (EBP).
- Torossian, Sandra, et al. (2017). “Eu queria mudar”: a psicanálise face à adolescência pobre e sem lugar. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 17(3): 57-69, dezembro.

5 POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: quando o jovem interroga a política

5.1 Introdução

Num dos meus raros momentos de reflexão em meio ao turbilhão da burocracia e do cotidiano de trabalho, eu estava sentada em minha mesa em um dia “normal” (se é que eu tive dias normais de trabalho) e então eu parei, olhei para os lados e todos estavam imersos em seus afazeres, muito barulho, telefones tocando, olho para os lados e penso: se passamos oito horas do nosso dia criando e sustentando discursos para manter pessoas presas, então outros discursos são possíveis (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Após discutir sobre a política na sua interface com o sujeito e sobre a especificidade da política para a juventude a partir da lógica universal e singular, nos importa agora discutir um caso na sua singularidade. Como a discussão elaborada até aqui privilegiou a interlocução entre a dimensão política e a dimensão singular, o caso também será abordado a partir dessa perspectiva, será trabalhada a singularidade dentro de uma política. Para isso entendemos ser importante não só apresentar o caso como também apresentar a política, discuti-la a partir dos furos que o caso provoca nas suas determinações significantes.

Os escritos utilizados para a descrição do caso e da política foram extraídos de um diário memorialístico escrito pela autora, a partir da sua experiência na gestão do sistema socioeducativo, conforme apresentado no primeiro capítulo. Importa destacar que o caso apresentado não foi acompanhado diretamente pela autora, ou seja, o adolescente não foi atendido pela mesma. Os registros foram feitos durante as discussões de caso do adolescente, nas quais a autora esteve presente para construir o caso com a rede de atendimento ao sistema socioeducativo. Não nos deteremos sobre as especificidades da política socioeducativa no que diz respeito à leitura sobre a atuação infracional. Discutiremos aqui a dimensão macro da política socioeducativa, as suas características, sua interface com outras políticas e suas propostas de intervenção com o público jovem.

A lei que rege as medidas socioeducativas já nos apresenta de antemão caminhos para pensar as intervenções de modo singularizado por meio do Plano Individual de Atendimento. Com o caso apresentado podemos pensar que é necessário haver pontos de abertura no campo político que permitam escutar o sujeito na sua forma peculiar de fazer laço. O território, as redes e os atendimentos oferecidos ao jovem se apresentaram como pontos de abertura importantes para

considerar uma política feita a partir do sujeito, pois quando os predicados são deixados de lado é possível fazer uma política do sujeito.

5.2 A política socioeducativa e a individualização da medida

Fazer o exercício de pensar a política na sua relação com o sujeito foi o objetivo deste trabalho. Pensar o inconsciente enquanto política que nos remete a dimensão interior e exterior na divisão do sujeito, bem como o universal e o singular na construção de uma política, foram conceitos caros para responder a esse objetivo. No entanto, ainda nos falta um caso, um sujeito que possa nos fazer interrogar a política, para considerá-lo dentro dessa lógica que pretende atender a todos. O sujeito nos remete aquilo que é mais singular e as possibilidades de criação, ao entorno da sua vivência no encontro com a política. Essa construção e essas reflexões foram elaboradas a partir de uma experiência de trabalho com jovens no sistema socioeducativo, sendo elas que trouxeram o ponto de interrogação sobre como o sujeito é visto dentro de uma estrutura. Desse modo, a discussão se baseará na política socioeducativa e no acompanhamento de um caso feito pela autora.

Antes de iniciarmos essa discussão é preciso fazer duas observações: o material aqui usado diz respeito às memórias da autora sobre o trabalho realizado no sistema socioeducativo. E o jovem que será apresentado no caso não foi atendido diretamente pela autora. A construção do caso refere-se aos vários encontros e discussões com a rede de atendimento ao jovem. A construção é, portanto, feita a partir do que insiste e evidencia a marca subjetiva, a extração do traço que singulariza o sujeito. Assim podemos pensar estratégias acerca de como a política pode forjar seu método, incluindo a dimensão do sujeito no ato.

Iniciaremos a discussão pensando como se organiza o sistema socioeducativo e quais brechas oferece para que o jovem possa aparecer em sua singularidade. Para discutir a política socioeducativa escolhemos fazer um recorte pelo Plano Individual de Atendimento (PIA) por ser um instrumento que direciona a medida socioeducativa de cada adolescente de modo individualizado.

O sistema socioeducativo se configura como uma política que se pretende aberta em suas articulações e no trabalho cotidiano com os adolescentes. Regido primordialmente pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), o trabalho desenvolvido pelo sistema socioeducativo visa gerir as seis medidas descritas no ECA, são elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (Brasil, 1990).

A questão da individualização da medida aparece no ECA quando é proposto que seja considerada a capacidade de cumprimento da medida por parte do adolescente. Caso ele não tenha condições de cumprir a medida socioeducativa, por questões que sejam muito específicas, como por exemplo, sofrimento mental, outra medida deve ser tomada, uma medida protetiva. Nesse ponto o ECA continua ressaltando seu caráter protetivo ao buscar um trabalho que seja individualizado, considerando as peculiaridades de cada caso.

Para especificar e regular o trabalho desenvolvido pelo sistema socioeducativo foi criada a lei nº 12.594 de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Na regulamentação das medidas socioeducativas o SINASE estabelece que, no seu artigo 35, inciso VI, a execução das medidas socioeducativas seja individualizada e que considerem a idade, capacidade e circunstâncias pessoais do adolescente para o cumprimento. Acrescenta ainda no inciso VIII que não deve haver nenhum tipo de discriminação, por gênero, etnia, orientação religiosa, nacionalidade, classe social ou de pertencimento a alguma minoria que o adolescente faça parte.

Na proposta das medidas socioeducativas podemos ver que tanto o ECA quanto o SINASE reforçam a necessidade de que o trabalho com o adolescente prime pela individualização, que considere as singularidades do caso. Desse modo, as intervenções precisam ser pensadas de forma particular, atentas à capacidade de cumprimento dos adolescentes, visando a responsabilização. Insta ressaltar que, se é exigido a responsabilização individual do adolescente para o cumprimento da medida, precisamos pensar como a política responderá diante das suas responsabilidades na criação de aparatos materiais e discursivos para a realização do trabalho com os adolescentes.

Como objetivo primeiro das medidas o SINASE propõe que o trabalho deve primar pela responsabilização do adolescente em relação às consequências lesivas do ato infracional. Outro objetivo elencado é a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos por meio do cumprimento de um PIA. Esse plano deve

prever:

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde (Brasil, 2012).

Outra marca importante do PIA é seu direcionamento para o cumprimento da medida. Os objetivos desse instrumento deverão ser construídos com a participação efetiva do adolescente e sua família. Sob a responsabilidade da equipe, que acompanha o adolescente no decorrer da medida socioeducativa, o plano será construído a partir de uma gama de informações relativas aos direitos fundamentais dos adolescentes elencados no ECA, que devem ser resguardados e pensados de forma individualizada, conforme prevê os artigos 52, 53, 54 e 57 do SINASE (Brasil, 2012).

Baseado nesses pontos que o trabalho socioeducativo será desenvolvido e serão constituídos alguns parâmetros para o cumprimento da medida. O adolescente será avaliado a partir do seu envolvimento com as propostas de trabalho construídas, conjuntamente, por ele e pela equipe. No entanto, é preciso considerar que, mesmo com a participação dos adolescentes na construção do plano de atendimento, estão previstos quais são os pontos de trabalho a serem realizados.

Desse modo, é preciso considerar que a individualização do trabalho é realizada dentro de parâmetros fixos, não contemplando, por vezes, toda a complexidade da adolescência. A proposta socioeducativa se baseia em parâmetros de acompanhamento e de garantias de direitos para os adolescentes, que são normativos, e nos quais todos têm que se encaixar. É preciso garantir que o adolescente esteja na escola, seja profissionalizado, se vincule às suas referências familiares, cuide da sua saúde, siga as normas institucionais, participe de atividades de esporte, cultura e lazer organizadas para eles. São vários pontos de trabalho que têm o objetivo de reinserir o jovem na sociedade a partir de uma proposta socioeducativa que o encaixe em um modo de inserção padrão.

O PIA, como instrumento que resguarda os direitos dos adolescentes, tem como foco trabalhar aspectos universais da lei e proporcionar a todos o acesso a

esses direitos. Sem distinção das singularidades, as ações para o acesso à condição de cidadão são feitas de forma homogênea, perdendo-se a individualidade do plano de atendimento. Nessa diferenciação, feita entre cidadão e sujeito, a disjunção das ações aparece num impasse em que ora se pensa na garantia de direitos do adolescente cidadão, ora se atendem as singularidades dos casos.

Garcia (2000) nos auxilia um pouco mais nessa discussão ao propor que é possível uma junção dessas duas dimensões. O cidadão se fará um sujeito a partir da apresentação/representação de um acontecimento, e o sujeito se fará cidadão quando o espaço cívico possibilite o desdobramento e a expansão das suas particularidades subjetivas. Nesse ponto o PIA tem a dupla tarefa de articular o adolescente/cidadão – adolescente/sujeito no espaço de cumprimento de medida e dentro do espaço de articulação com outras políticas para a garantia dos direitos. Precisa ter o compromisso ético de apresentar as singularidades dos casos para criar ações mais inventivas, que façam eco com as particularidades subjetivas de cada adolescente.

Nesse sentido, entender as apresentações/representações dos acontecimentos da medida e fora dela a partir das representações que os adolescentes fazem dos laços estabelecidos com a sua comunidade, com a família e com os pares, amplia as articulações estabelecidas entre diferentes políticas. No campo das articulações cívicas, o PIA deve ser o instrumento que retrate a necessidade de junções de campos políticos que visem pensar em estratégias de intervenção focadas nas particularidades de acesso aos direitos. Trabalho que exige nos perguntarmos: “seria possível contentar-se com o cidadão, abandonando-se a questão do sujeito, desistindo-se de fazer do cidadão-sujeito?” (Garcia, 2000, p. 24).

Como um elemento burocrático, tratamento dado ao PIA em muitos momentos, fica comprometida a sua elaboração e o seu caráter de individualização da história e dos projetos de cada adolescente. A lógica da instituição tem uma estreita ligação com esses fatores, pois além de seguir os processos burocráticos da construção do instrumento, universaliza as ações através da garantia dos direitos fundamentais. No entanto, a instituição também possibilita suas brechas que possibilitam o despertar de responsabilidades quanto ao gozo presente em suas tramas. Tal fato pode alienar ou engajar os sujeitos e a instituição em seu funcionamento rotineiro, atentando-os para as formas de ganho de cada um. Assim,

“a instituição pode abrir a condição de sua realização como potência singular e acontecimento político” (Guerra; Moreira, 2015, p.129).

Para a construção do instrumento o caso se apresenta como o direcionador. Nesse ponto reside o desafio da equipe que deve buscar uma construção singular, se despojando dos saberes prévios sobre a medida para deixar falar o caso, o adolescente. Mendes (2014) aponta que, para essa construção, a mudança da pergunta “o que podemos fazer por ele?” para “o que ele vai fazer para sair daqui?” (Mendes, 2014, p.25) direciona a equipe para o despojamento dos saberes prévios, permanecendo um vazio de saber que “pode permitir a qualquer um a passagem à posição de trabalho de um analisante” (Mendes, 2014, p.24). É esse vazio que permite acolher a palavra do adolescente para a condução da elaboração do seu plano de atendimento, que deve primar pelo individual, pelo sujeito.

João Batista Costa Saraiva acrescenta a essa discussão ao dizer que o PIA é um instrumento importante na execução da medida socioeducativa, pois “talvez seja o maior avanço da lei, a fixação do Plano Individual de Atendimento, adotada a sentença como parâmetro máximo para definir o grau de intervenção do Estado na esfera da liberdade individual do adolescente” (Saraiva, 2014, s.p). Ao limitar a ação do Estado sobre a individualidade do adolescente, o PIA possibilita construções singulares que consideram as vulnerabilidades de cada um e o estabelecimento de novos laços com o social.

Moreira et al. (2015) nos diz que no momento de preenchimento do formulário do PIA, deve-se considerar o efeito de formalização dessa prática, pois há nesse ato uma delimitação dos afetos, desejos e expectativas, ou seja, essa formalização produz certa mortificação da vida. O não preenchimento, ou a subversão no ato do preenchimento, deixando espaços em branco, talvez revele uma forma de aparição da subjetividade frente a uma racionalidade técnica-instrumental que busca eficiência. Nesse sentido, pensar as possibilidades de construção dos saberes e fazeres de modo compartilhado, tendo a efetiva participação de todos os atores: o adolescente, a família, a instituição e o corpo social, possibilita a composição de redes de afeto e cidadania.

Esse ponto da discussão nos leva a outro que se correlaciona: “seria possível uma clínica da carência, da precariedade, inventiva e criativa de novos usos em contrapartida à posição de vítima ou de miserabilidade?” (Garcia, 2011, p.14). Tal questionamento se faz pertinente dentro de uma política de recursos, que

lida com sujeitos em situações graves de vulnerabilidade. Sustentar o lugar e buscar criar o espaço de sujeito-cidadão nos faz pensar em saídas possíveis para a emergência desse sujeito. Garcia (2011) ainda nos faz repensar a clínica ao propor que, mesmo diante da precariedade, de condições desfavoráveis, há produção de subjetividade. Tal condição se dá por meio da criação de condições de fala nua e crua, sem garantia da realidade, mas que possibilite o reconhecimento da posição subjetiva desse que fala, pois quando alguém fala é a partir de uma posição.

No contexto de cumprimento de medida, podemos nos perguntar: essa posição de fala pode ser sustentada no PIA? Entendendo que a premissa do instrumento é a individualidade das ações pensadas para o cumprimento da medida, há que se pensar em outras saídas para a construção de um lugar de fala para os adolescentes. Para isso precisamos pensar no trabalho com a mínima diferença em vez de identidade; operar com conexões inéditas, em vez de séries finitas e repetidas; pois os “irregulares são os excluídos que nos ensinam como continuar” (Garcia, 2011, p. 14).

Nesse sentido é preciso abrir o campo da palavra para o sujeito, reconhecer e fazer vacilar o nome do pior, encontrar e acolher sua repetição para que, advertidos, ele possa dar um passo a mais, forjar um novo nome e conectar sua invenção com a história dos homens. Enfim, ao nome do gozo, é preciso um trabalho de recolhimento dessa apresentação que o sujeito pode fazer de si ao Outro da cultura, para que dela possa rerepresentar-se sob nova roupagem. É preciso dizer sim ao pior, para que dessa escrita apareça a possibilidade de um novo nome.

5.3 O caso

O jovem chegou ao sistema socioeducativo após a reincidência de atuação no tráfico, que culminou na sua internação, que sempre lhe foi insuportável, apresentando acentuado sofrimento mental. Estar preso era muito difícil e, em alguns momentos de agressividade, quebrou objetos na unidade socioeducativa. Encontros entre diferentes políticas, o judiciário e o sistema socioeducativo para pensar intervenções para o caso foram constantes. O intuito dessas discussões era promover espaços de reflexão para que o jovem pudesse entender sua atuação infracional e se responsabilizar pelos seus atos. A cada nova articulação, que seguia sempre a mesma direção, o jovem reincidia e voltava para o sistema socioeducativo.

Diante desse ponto “cego” foi articulada outra possibilidade de trabalho, elaborando um PIA que atendesse as especificidades do caso.

Tendo feito esse preâmbulo, podemos discutir alguns pontos dessa construção e como a inadaptação do jovem ao sistema direcionou a política para novas respostas.

No sistema socioeducativo as discussões de caso em torno da condução de trabalho com os adolescentes são cotidianas. Para cada adolescente são pensadas intervenções que têm como objetivo trabalhar a responsabilização pelo ato infracional. Essas discussões são articuladas em encontros que contam com a presença de uma ou mais políticas públicas. As construções de caso nem sempre levam em consideração o saber dos adolescentes e a forma que fazem laço com os sujeitos e territórios com os quais se relacionam.

Nesse ponto reflito sobre os encontros com outras políticas que produziram boas intervenções e desencontros fatídicos. Os encontros quase sempre giraram em torno de um caso, com seus impasses e suas necessidades de avanços. [...] Cada qual com a sua especificidade de serviço, de atendimento e de concepção sobre os adolescentes e de política pública. Nessas linhas de força pouco se debruça sobre os sujeitos e a sua especificidade, pensar para além das formatações próprias de cada política. Havia sempre um jogo de empurra e ninguém queria se a ver com a responsabilidade de lidar com a necessidade de atendimento ao adolescente. Acredito que ainda avançaremos no pensamento das políticas que nos possibilite construções mais transdisciplinares e que ultrapasse o engessamento das políticas (B.F.Rocha, comunicação pessoal 25 de abril de 2018).

Apesar desses encontros basearem as discussões em torno de um caso, as políticas não se faziam permeáveis para considerar os sujeitos em suas decisões. Havia ali políticas muito fechadas em suas especificidades e sem possibilidades de abertura para o diálogo e para repensar sua prática com adolescentes. Os discursos, sempre muito prontos, abriam pouco espaço para que algo do sujeito pudesse advir.

Por isso nunca consegui aceitar e entender os empecilhos que eu enfrentava a cada história. Era como se a vida desses adolescentes já estivesse traçada desde o início, com um destino certo, e caberia a nós somente escrever no papel mais um ato de invisibilidade. Assim, no meu horizonte tinha como perspectiva o adolescente como sujeito e tinha a intenção de fazer com que o sistema “girasse” em torno dele e não que este se adequasse ao sistema (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

O caso do jovem que foi acompanhado pela autora, juntamente com a equipe de atendimento do socioeducativo, teve, em seu percurso de construção, a

elaboração de alternativas de escuta para que o jovem fosse considerado em sua singularidade.

Me lembro de um caso no qual essa construção foi possível. O jovem apresentava questões de saúde mental e tinha tido graves problemas no sistema. Quando ele evadia, ficava em um bairro de Belo Horizonte, mas sua mãe residia em outra cidade. Fizemos uma reunião de estudo de caso do PIA e entendemos que era preciso articular duas redes para o jovem, já que ele transitava por dois territórios. Além disso, entendemos que ele poderia conhecer os territórios a partir de outra perspectiva, que nós pudéssemos mostrar a ele outras alternativas de circulação (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

O jovem havia passado pelo sistema socioeducativo em diferentes momentos. Nas suas saídas do sistema, diferentes políticas se reuniam e articulavam ações para que ele pudesse voltar para a cidade onde residia sua mãe. Esta não tinha vínculo com o jovem, tendo em vista que ele residia com outro parente na infância, além disso, ela dizia do trabalho que tinha com o jovem devido a sua condição de saúde mental. Na desvinculação com a medida ele era entregue para a mãe e logo em seguida voltava para Belo Horizonte.

Dessa forma, com o decorrer do tempo e depois de reiteradas repetições dessa lógica de movimentação pelo território, a equipe que acompanhava o jovem decidiu escutar esse ponto relacionado à circulação que fazia. Assim, foi articulado um trabalho que englobou diferentes políticas dos dois territórios de circulação do jovem para que ele pudesse ser conhecido por esses atores e ter assistência quando precisasse. Para isso o jovem realizou visitas em diferentes equipamentos no intuito de conhecer os serviços do território que acessava. Nesse momento buscou-se uma escuta do sujeito e de seu modo próprio de circulação e de acesso às políticas. Foram realizados acordos com diferentes políticas para que estas acolhessem o jovem no serviço, mesmo ele não sendo público-alvo. Houve, portanto, um redirecionamento das políticas para ouvir este jovem e trabalhar a partir da sua lógica de circulação, que não acompanhava os pressupostos de territorialização das diferentes políticas públicas.

A escuta desse sujeito promoveu outro debate entre as políticas e outra forma de organização em torno do caso, abrindo espaço para um ponto de singularidade. O jovem começou a circular pelo território e acessar as políticas conhecendo serviços que ainda não tinha acessado nos dois territórios. Participava de atividades e havia aderido ao serviço de saúde mental. Contudo, o trabalho não se mostrou exitoso quando o jovem quebra um chuveiro ao ser impossibilitado de realizar uma

saída da unidade socioeducativa no dia do seu aniversário de 18 anos. Diante desse ato, o sistema socioeducativo, mais uma vez, faz a leitura do jovem pela via da infração.

Por isso sempre achei que o sistema socioeducativo lia e lê muitos comportamentos dos adolescentes fixando-os no lugar da infração. Brincadeiras, falas, atos, todos eram vistos como infração, o que não possibilita deslocá-los dessa posição. Era preciso ampliar a leitura desses atos para não judicializar tudo e, para isso, era preciso rediscutir o regimento único que, por vezes, se mostra inflexível, mas também é lido de forma inflexível pelos técnicos e diretores (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Após a quebra do chuveiro, o jovem foi encaminhado para o sistema prisional, pois agora se encontrava na maioridade e responderia como adulto. O jovem permaneceu uma noite no sistema prisional, foi liberado e não retornou mais para a unidade socioeducativa. De acordo com as informações da mãe, ele chegou a sua casa muito assustado e não quis mais retornar para o cumprimento da medida.

Nessa direção, o caso acima nos faz pensar no fracasso de uma política universalizante que não considera as singularidades. A construção feita para esse jovem, visando a sua saída do sistema, teve como objetivo escutar um movimento muito próprio de circulação. Ele circulava por dois territórios e, diante da sua circulação, foi pensada outra forma de articulação entre as políticas, atenta aos furos da rede.

O caso nos fez pensar também em como um sujeito pode fugir aos pressupostos colocados pelas políticas e a necessidade de abrir brechas para a escuta das singularidades. Essa abertura não ocorreu na política socioeducativa que leu o ato do jovem como mais um ato infracional, respondendo com punição diante dessa atuação. A política já trabalha com o significante da infração, é anterior ao sujeito, unifica todos, com esse significante não há espaço para o sujeito e sua construção. O trabalho feito pelas políticas que estavam acompanhando o jovem, e que consideravam as especificidades do caso, tem fim no momento em que a política socioeducativa impossibilita que o sujeito apareça a partir de seus próprios significantes.

5.4 Responsabilização para quem?

Quase ninguém pensa na responsabilização dos serviços e das políticas frente a sua negligência no atendimento ao adolescente (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Eu nunca consegui entender porque os homicídios acontecem e porque não parávamos o trabalho a cada novo homicídio para pensar o que havia acontecido, qual a responsabilidade de cada um e como poderíamos melhorar. Mas as pessoas se contentavam demais, entendendo que a culpa era do adolescente e que ele deveria ser responsabilizado (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

A pretensão de realizar um trabalho singular com os jovens do sistema socioeducativo, conforme proposta do PIA, tem como objetivo final a responsabilização desse jovem pelo seu ato infracional. O jovem apresentado no caso tinha reiteradas atuações infracionais no território por onde circulava, seja por questões relacionadas à sua saúde mental ou pela forma que fez laço com o território por onde circulava. A resposta da política era sempre a mesma: ele deveria cumprir a medida e não voltar mais ao território onde infracionava. Não havia, portanto, uma tentativa de escutar e entender o que esse jovem queria dizer com os seus atos e como as políticas poderiam se articular para promover novas respostas diante de sua reiteração na atuação infracional.

As medidas socioeducativas têm como objetivo a responsabilização do adolescente, que é buscada a cada nova intervenção. Para pensarmos a responsabilização frente ao ato é preciso considerar a condição de sujeito do adolescente. Conforme propõe Lacan (1950-1966/1998), somos responsáveis pela nossa posição de sujeito, que deve ser sustentada em quaisquer condições e contextos (Salum, 2009b).

É preciso nos atentar para as condições de resposta oferecidas aos jovens que, na maioria das vezes, exige o silenciamento das subjetividades para que se responda a letra fria da lei. Quando analisamos o caso exposto acima, os movimentos feitos pelo jovem para sair do lugar de infrator e buscar uma nova forma de laço com o território no qual infracionava, não foram considerados diante do seu ato de quebrar um chuveiro devido a frustração com a restrição de saída no seu aniversário. O ato foi lido juridicamente, está descrito no código penal e, por essa via, deveria ser respondido. Mais uma vez o adolescente é visto como infrator. Necessário se faz encontrar outros ângulos analíticos que nos permitam pensar de modo complexo as relações entre os processos sociais, políticos e subjetivos que atravessam a vida dos jovens. “Recolher o saber que cada um produz da sua própria história e as saídas possíveis que são construídas [...] sobre a sua atuação, possibilitam o reposicionamento desse sujeito diante das suas escolhas de vida” (Rocha, 2017). Desse modo, a psicanálise adverte sobre a complexidade no

trabalho com a responsabilização, uma vez que não há garantias de alcance de metas, pois é preciso entender os enlaces que cada sujeito faz no universal da lei a partir de uma escuta singular (Souza, 2015).

As soluções encontradas pelos sujeitos para responder a alguma sanção são da ordem do singular. Toda sociedade manifesta a relação do crime com a lei através das suas sanções. Como nos lembra Lacan (1950-1966/1998), para a construção das respostas de cada sujeito, que está às voltas com a lei por meio da sanção imposta pelo Estado, é preciso o assentimento subjetivo. O assentimento subjetivo resgata a individualidade do ato e a singularidade do sujeito quando este é convocado a responder a transgressão. Desse modo, a forma como cada sujeito assente com castigo e constrói sua resposta à lei é particular e aponta para a responsabilização subjetiva (Souza, 2015). O assentimento será, então, as formas de respostas dadas pelos sujeitos que se veem envoltos com a problemática da lei (Salum, 2009a).

A responsabilização vista sob ótica subjetiva, não se liga só ao cumprimento da sanção, mas aos modos como cada um constrói no cumprimento da medida. O trabalho realizado com o jovem apresentado visava exatamente o ponto singular de enlaçamento deste com o território, e que o mantinha na infração. Durante o cumprimento de medida é necessário fazer vacilar a verdade dos sujeitos ao apontar a sua divisão, pois imerso no seu ato, ele acaba por não se reconhecer nele. É nesse entremeio de sujeito e ato que se opera a responsabilização, a capacidade de retificação, que se dá quando o adolescente é interrogado sobre o seu ato e é convidado a construir um saber sobre sua vida (Souza, 2015). Esse processo de se inventar “implica um efeito de sujeito, com consequências em sua posição política e jurídica no laço social e na responsabilidade pelo ato, por qualquer ato de fala, como horizonte ético” (Guerra et al., 2014, p.176).

Se por um lado há a cobrança de que o sujeito precisa assentir com o seu ato para construir uma resposta subjetiva e única, não podemos esquecer que essa cobrança também precisa implicar toda uma sociedade, que deve criar possibilidades de escuta que incluam esses jovens com suas formas de fazer laço. Como nos dizem Guerra, Martins e Otoni (2014), é necessário achar um caminho que, por um lado, implique o jovem em sua resposta e, por outro, implique a civilização frente a sua trama simbólica contemporânea.

A intervenção com vistas à responsabilização é uma possibilidade que atravessa as três dimensões, subjetiva, social e jurídica e se apoia no trabalho em rede das medidas socioeducativas em diferentes níveis, seja o da (1) ampliação no uso da palavra; (2) ampliação dos horizontes político-culturais; ou (3) ampliação do acesso ao circuito do capital (Guerra, Martins & Otoni, 2014, p.127).

A resposta deve ser dupla, deve implicar o jovem, mas também a política, a sociedade, a comunidade que não ampliam os horizontes político-culturais para que o jovem possa ser visto para além do seu ato infracional. Se por um lado o jovem que apresentamos reiterava em seus atos infracionais, por outro lado a política também reiterava na leitura desses atos desconsiderando o jovem, sua história e sua forma singular de fazer laço. Responsabilizar a política pela sua atuação ou omissão diante dos sujeitos aos quais se destina pode abrir espaço para a ampliação da leitura que esta faz sobre os sujeitos, incluindo seus significantes próprios. Pensando nessa ampliação proposta pelas autoras, que analisamos o caso e os pontos de abertura que a política deve comportar para que o sujeito possa aparecer.

5.5 Aberturas políticas: quando aparece o sujeito

5.5.1 Atendimento

O primeiro ponto a ser considerado no caso exposto é a escuta do jovem na sua singularidade. Os adolescentes têm atendimentos regulares com diferentes profissionais – psicólogos, advogados, assistentes sociais, pedagogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros – que buscam trabalhar, a partir de intervenções multi ou interdisciplinar, os eixos⁴ da medida socioeducativa com vistas à responsabilização pelo ato infracional. Nesse sentido, os atendimentos feitos ao adolescente têm um objetivo direcionado: trabalhar a atuação infracional para permitir a sua responsabilização. Desse modo, abrem-se poucas possibilidades para a escuta das particularidades da vida do jovem que está no sistema socioeducativo.

O contexto de atendimento do jovem no sistema socioeducativo, que muitas vezes se repete em outras políticas, nos leva a perguntar: qual espaço podemos abrir nesse atendimento para uma escuta do sujeito? Célio Garcia (2011) traz alguns

⁴ Os eixos da medida socioeducativa representam os direitos dos adolescentes (saúde, educação, cultura, esporte e lazer), que serão trabalhados ao longo da medida socioeducativa.

elementos interessantes para pensarmos uma forma de escuta dos sujeitos que considere a história de cada um, suas carências, conforme mencionamos acima. Para que essa escuta possa ocorrer, seria necessário fazer surgir “a significação de fragmentos em pedaços resultantes de destruição da experiência” (Garcia, 2011, p.14). O interesse por esses fragmentos está ligado ao funcionamento do inconsciente que, devido a sua atemporalidade, também se manifesta por fragmentos, como nos sonhos por exemplo. Nesse sentido, a prática política se aproxima da forma de funcionamento do inconsciente, uma vez que ela “é formada de sequências finitas, seus recursos provêm do reemprego de elementos de diversas fontes, tal, como no inconsciente” (Garcia, 2011, p.15).

No caso apresentado nos deparamos com essa questão: como construir intervenções para um jovem que não trazia muitos elementos da sua história devido a questões de saúde mental, mas que sempre nos mostrava qual era o território no qual construía laço? Para localizar esses pontos soltos na sua história foi necessário ouvir o que o jovem tinha a dizer sobre os laços que estabeleceu no território que infracionava, para pensar alternativas de circulação e acesso aos equipamentos. Somente assim foi possível permitir ao jovem outra possibilidade de enlace com a equipe que o acompanhava. O jovem passou a dar respostas diferentes daquelas que foram dadas em outras passagens pelo socioeducativo, pois começou a se envolver com as atividades e pensar formas de saída do sistema.

Moreira et al. (2015), ao realizar uma pesquisa sobre as medidas socioeducativas, discute sobre os dispositivos disciplinares dessas medidas e nos lembra que, muitas vezes, elas são aplicadas sem considerar o ato infracional, pois leva em conta somente as condições de vida dos jovens, utilizando para isso argumentos baseados no desajuste social e moral. Dessa forma, as medidas socioeducativas adquirem um caráter carcerário em detrimento ao socioeducativo, disciplinando corpos, treinando comportamentos para a obtenção de novos hábitos. Esse caráter punitivo das medidas “efetua, assim, uma passagem do estado de sujeito de direito para o estado de objeto a ser disciplinado” (Moreira et al., 2015, p.294).

No caso dos adolescentes em conflito com a lei, muitas vezes sua segregação não se encontra associada ao ato infracional, mas à sua condição individual, refletindo uma ausência de reconhecimento destes jovens por parte do Estado e da sociedade, pois, ao nomeá-los como criminosos, exclui-se a dimensão política de sua existência. O que se

verifica na história de vida destes jovens é justamente este abandono pelo Estado – condicionada não pela relação do adolescente com o crime, mas marcado pela condição socioeconômica, racial e territorial na qual estes sujeitos estão inscritos – e sua substituição por um estado de polícia em detrimento ao Estado de direito (Moreira et al., 2015, p.292).

A lógica do atendimento ao adolescente deveria primar pela não predicação, pois as coisas são mais importantes que os seus nomes. Essa lógica de não predicação amplia os horizontes de atendimento, afastando os profissionais de julgamentos e opiniões sobre os sujeitos atendidos em instituições que muitas vezes se mostram reducionistas. Pensar a política a partir do sujeito pode abrir espaço para uma clínica da carência, abrir mão da predicação no espaço do atendimento permite que o sujeito possa advir, pois sem nomeações e significantes prévios é possível criar algo novo, não controlado inicialmente.

Assim sendo, se perguntar sobre a subjetividade nos leva a um entendimento fora da tipologia:

Contrariamente à tipologia, preferimos dispensar todos os significados identificatórios (psicológicos, parentais, culturais, ou simples estereótipos), reservando lugar para o real da carência. [...] Criar condições para o reconhecimento dessa posição *subjetiva* (no caso da *Estamira, inclui o delírio*) significa deixar vir sua voz nua e crua, sem garantia de realidade (Garcia, 2011, p.24).

É possível pensar em um atendimento que ultrapasse as definições já postas pela política? O que pode surgir se essa voz nua e crua vier? Que questões ela pode colocar para a política? Esse vazio que a voz nua e crua pode trazer, pode, de igual modo, possibilitar que algo do sujeito advenha e fale de si, se apresente de modo singular para a política, levando-a a construções únicas baseadas em um saber do sujeito.

Cunha et.al (2015) ao relatarem uma experiência desenvolvida com adolescentes por meio de um projeto intitulado Arte na Espera, que compõe o Programa Janela da Escuta, nos lembra que no atendimento ao adolescente é preciso que haja um acolhimento vivo, um acolhimento que não burocratize a escuta das singularidades e que valorize a subjetividade. No espaço do Arte na Espera o trabalho prima pela singularidade dentro de uma coletividade, criando um espaço diferenciado de atendimento que coloca o adolescente como guia para a interlocução com a rede e na discussão dos casos que deve contemplar a família, o entorno e a cidade.

Um espaço de escuta que seja desburocratizado e que coloca o sujeito no cerne da discussão possibilita uma construção única para cada caso e um atendimento que considera a singularidade.

A psicanálise nos permite compreender que o lugar do atendimento deve ser aquele que possibilite a emergência do sujeito, para se fazer presente a relação que cada um estabelece com o sintoma. Definir previamente o que será tratado e esboçado no encontro com o profissional, limita as possibilidades de soluções singulares que operem para a movimentação desse sujeito ao entorno do real. Somente com essa escuta, de um sujeito que pode ser definido como o do falasser, um sujeito falante, um sujeito da linguagem, poderão ser operadas construções políticas únicas e efetivas para os sujeitos.

5.5.2 Rede

O caso também nos aponta para outra questão do trabalho que necessita de escuta. A relação que o jovem estabeleceu com os diferentes territórios e sua forma singular de cumprir a medida socioeducativa fez com que a rede se reunisse para pensar o caso, extrapolando suas competências no intuito de articular ações que atendessem este adolescente de forma singular. Atores e serviços que não estavam envolvidos no caso inicialmente passaram a se integrar nas discussões, objetivando acolher e intervir com o jovem, apresentando-lhe novas possibilidades de circulação e inserção nos serviços.

No sistema socioeducativo os adolescentes são encaminhados para as unidades socioeducativas, seja de internação ou semiliberdade, em um território diferente da sua moradia. Nesse novo território a rede de atendimento é articulada para o adolescente, uma rede que ele não acessa, não conhece e não tem vínculo. Após a sua saída, outra rede é articulada, mas agora próxima ao seu local de moradia. O adolescente é inserido em um serviço, estimulado a se vincular com as atividades e profissionais que depois não o acompanharão mais.

O sistema socioeducativo segue a lógica territorial para possibilitar o acesso dos adolescentes às diferentes políticas. Seguindo essa lógica, ocorre uma dupla desvinculação dos adolescentes com os serviços, pois ele é retirado da rede de atendimento próxima a sua moradia e, posteriormente, é desvinculado da rede que atende à unidade socioeducativa. Durante a realização desse trabalho, em nenhum

momento se escuta qual é a forma de vinculação e de inserção dos adolescentes nos serviços.

O sistema é totalizante e tentava sempre tampar os furos. Acho que sempre tentávamos ser uma instituição total. Não vou negar que essa lógica era atraente e confortante. Já pensou em não ter que lidar com as faltas? Não ter que discutir porque o adolescente fugiu? Ter assistência de saúde, educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer, num ambiente controlado onde as atividades poderiam acontecer sem muitas interferências? (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

O sujeito coloca uma questão para a política e seus modos de articulação da rede: se a política se organiza a partir do território para pensar a articulação da rede, o sujeito, por outro lado aponta o furo dessa articulação, já que tem uma circulação própria e uma forma singular de acessar os serviços. No caso em discussão, o jovem tinha um percurso próprio pelo território de Belo Horizonte e, a partir dessa circulação, foi pensada a articulação dos serviços, bem como cada um poderia acessar o jovem.

É preciso repensar as redes e sua forma de articulação. Célio Garcia (2003) nos lembra que a instituição é a primeira a reincidir nos equívocos quando permanece na mesmice, no anacronismo e nos mesmos hábitos quando tudo em volta já evoluiu. O trabalho que começa com a criança se repete na adolescência e juventude sem promover um deslocamento das suas ações e da forma de ler os casos. O autor propõe, tendo como base a rede de Belo Horizonte para atendimento de casos de saúde mental, de adolescentes infratores e dependentes de drogas, que haja uma rede de redes que se destine a pensar uma nova estrutura de atendimento, que seja uma matriz de pensamento para a articulação da rede, sendo uma experiência única, singular, que contenha várias entradas, mas que não conheça o centro nem a periferia.

Nessa mesma perspectiva de trabalho com as redes, Merhy e outros autores (2014) constroem o conceito de redes vivas. As redes vivas se caracterizam por serem fragmentárias e em acontecimento, são circunstanciais e montam e desmontam. As redes vivas muitas vezes se encontram com as redes de cuidado, que são mais estáveis. Como o sujeito pode ser acompanhado por diferentes serviços devido às características dos casos, as conexões entre redes se tornam necessárias. Esse processo é vivo porque as conexões entre as redes não deixam de ser uma aposta no cuidado com o sujeito. Soma-se a essa ideia outra que entende os usuários como redes vivas de si próprios, uma vez que estão sempre

produzindo movimentos, saberes, construindo e partilhando cuidados. “Quem pede as redes, na maioria das vezes, são os/as usuários/as e a rede não está já dada feito um arcabouço a ser preenchido de forma protocolar, pois vão em acontecimento sendo tecidas” (Merhy et al., 2014, p.6).

Na lógica da rede das redes e da rede viva o sujeito aparece como central, de modo que nas construções para o caso, a articulação da rede vai sendo tecida conforme o sujeito apresenta questões para as políticas. O trabalho é singular e se dá por meio de um acontecimento, não gera protocolos, pois é feito de uma maneira única, para cada um. Essa construção, tendo o caso como direcionamento, pode provocar um efeito-equipe, conforme propõe Mendes (2014). A prática da equipe que acompanha os jovens se basearia em uma prática cernida por uma opacidade do caso ao invés de operar a partir de um mesmo lugar e com os mesmos casos. Tendo essa prática como norte, pode ocorrer um efeito-equipe, uma equipe que esteja concernida ao caso, que não existia previamente, mas que na construção do caso orienta um ou mais profissionais pelo concernimento que a clínica produziu neles. “A incidência desses restos sobre os profissionais pode ter a consequência de recrutá-los à urgência de inventar modos de intervenção” (Mendes, 2014, p.31-32).

Nesse sentido, mudando a perspectiva da construção de uma rede, o mais importante não são os nós, as amarrações, mas exatamente os furos da rede que os sujeitos apontam quando não aderem aos serviços, quando buscam inserções apesar do trabalho das equipes de articulação de rede, ou quando o próprio movimento do sujeito pelos diferentes territórios aponta para a necessidade de uma construção singular.

5.5.3 Território⁵

Essa relação com os equipamentos públicos e com a comunidade sempre trouxe vários impasses para a semi, os adolescentes sempre foram responsabilizados por tudo de ruim que acontece no entorno. A própria presença deles já trazia alguns incômodos, pois as suas roupas, cores de pele e falas apontam para um insuportável da relação, de encontrar com alguém de periferia. Não se pode negar que os adolescentes também faziam usos da comunidade a partir da sua lógica de pertencimento e da sua atuação (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

⁵ Esse tópico compõe parte do texto “Territórios, sujeitos e transferência: os caminhos de um sujeito”, publicado no livro “Instituições e poder” (Rocha, 2021). Para a discussão aqui proposta ele sofreu algumas alterações.

A relação do jovem com o território aparece no caso como uma questão relevante de análise. O território de circulação do jovem era muito distante de onde residia e ele sempre retornava a cada saída do sistema socioeducativo. As tentativas de enviá-lo para próximo da residência de sua mãe se mostraram infrutíferas, pois todas as vezes que não era acompanhado pela equipe de trabalho da medida socioeducativa o jovem retornava para o território de infração. Escutar esse ponto se fez essencial para o andamento do caso, pois possibilitou a reunião de políticas diferentes, de diferentes territórios, para conversar e pensar estratégias de trabalho.

A partir dessa escuta uma problemática se fez: qual a relação desse jovem com o território de infração? E porque a equipe reiterava na tentativa de enviá-lo para um território com o qual não fazia laço? Tal questionamento nos mobiliza a aprofundar na discussão sobre uma dimensão do território que está para além da delimitação de terras, que, de modo racional, estabelece limites, regras e formas de funcionamento. É preciso considerar os campos de força e as relações sociais, demarcadas pela disputa de poder, que constituem os territórios. Não podemos nos esquecer de igual modo, que temos direito à cidade e que esse direito implica numa mudança de nós mesmos. É um direito coletivo, pois a transformação das sociedades depende de um poder de remodelar os processos de urbanização. Essa liberdade de fazer e refazer as nossas cidades é um direito humano, muitas vezes negligenciado (Harvey, 2013).

Importa destacar que as políticas públicas são territoriais e atendem o público que reside em um determinado território, que são delimitados e fixos e não consideram os laços que os sujeitos fazem com os equipamentos e profissionais que atendem nesse território. O jovem nos mostrava a necessidade de considerar outros pontos para pensar a delimitação dos territórios.

Quando pensamos a dimensão dos territórios, é preciso ter em mente a sua complexidade, já que não se limitam a sua dimensão física, mas também as questões não materiais que os envolvem. Os territórios apresentam algo de mutável, mas também que reflete uma história e, por isso, traz marcas das relações humanas. Quando caminhamos por um território, nos conectamos com essas duas dimensões e também mudamos as coisas, conforme a nossa vida atual.

Para considerar a relação dos sujeitos com o território, o conceito de transferência nos fornece bases para compreender os territórios para além das

demarcações físicas, pois possibilita entender sua circulação por diferentes espaços a partir de uma marca central: as inter-relações.

A transferência, como nos diz Freud, se refere a uma parte da libido que foi retirada de seu curso de desenvolvimento e que é transferida para a figura do médico, de modo que o paciente atualiza na figura do médico a formação de uma de suas séries psíquicas. Com o aparecimento da transferência há também o fenômeno da resistência, uma vez que no decurso da análise há um rastreamento da libido, que está ligada a imagos infantis, e que tenta trazê-la à consciência. A relação transferencial, segundo Freud, pode ser identificada nas instituições a partir da resistência. A transferência negativa é muito comum nas instituições e, quando o sujeito cai sobre o domínio dessa transferência, abandona a instituição em estado inalterado ou agravado. Já a transferência erótica não produz efeito tão inibidor, mas se manifesta como resistência ao restabelecimento, retendo o sujeito na instituição, distante da vida (Freud, 1912). Freud, nessa pequena elaboração, faz menção à importante relação da transferência com as instituições, mas não aprofunda essa construção. Se Freud levanta a questão da transferência relacionando-a as instituições, podemos pensar que há efeitos na dimensão transferencial que geram a permanência ou saída do sujeito de uma instituição, podendo promover a sua circulação por diferentes lugares.

Segundo Santos (2017), para os geógrafos a noção de distância nos espaços se refere aquela que está associada à proximidade física entre as pessoas em uma mesma extensão, numa continuidade e vivendo a intensidade das inter-relações. Não se refere somente às relações econômicas, mas sim a totalidade das relações. Assim, é preciso considerar que as cidades são lugar de mobilidade e encontros, os deslocamentos são maiores enquanto a geração de relações interpessoais se intensifica. Então, quando pensamos na dimensão do espaço no cotidiano temos:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 2017, p.322).

Aqui o autor supracitado já nos fornece subsídios para pensar que o território não pode ser medido por sua extensão, já que as distâncias estão mais ligadas à intensidade das inter-relações. Os sujeitos, nessa perspectiva, devem ser considerados, pois eles apresentam uma dimensão do território que não pode ser negligenciada: os seus usos e apropriação que ultrapassa a referência pragmática do mundo. Estar em um território, participar desse território, está mais associado a questões relacionais e simbólicas que permitem a territorialização das políticas. Como Freud nos adverte, são os afetos, a transferência, que podem fazer com que uma pessoa permaneça ou saia de uma instituição, podem fazer caminhar.

Quando um sujeito caminha por um território, estabelece relações, constrói afetos e interações. Gueguen (1997) nos aponta que, quando observamos no dia a dia, a transferência aparece disfarçada de sentimentos muito contraditórios, como por exemplo, amor, ódio, indiferença, confiança ou desconfiança, entre outros. Freud notou esse fenômeno na clínica, mas ele não se restringe a esse domínio, pois podemos perceber na relação com políticos, professores, líderes.

Quando buscamos em Lacan o entendimento sobre a transferência, podemos ir um pouco mais além, pois o seu trabalho traz a dimensão do suposto saber. Com a construção lacaniana do suposto saber, podemos compreender o que enlaça o sujeito no tratamento e, como aponta Freud, pode mantê-lo ou afastá-lo de uma instituição. Na construção lacaniana sobre o suposto saber, a relação do paciente com o analista se estabelece porque o paciente supõe que o analista saiba alguma coisa do seu sofrimento. Essa lógica também pode nos auxiliar a pensar o vínculo estabelecido com instituições, pois percebemos que a suposição de saber direcionada à instituição leva os sujeitos a permanecerem em seu tratamento com diferentes profissionais, que se modificam com o passar do tempo, uma vez que seu enlace se dá de modo preponderante com a instituição.

Para Lacan (1964/2008) há uma suposição de saber no analista, pois o que o paciente busca nesse encontro é a verdade sobre o seu sintoma. O paciente supõe que o analista saiba o que ocorre com ele. A presença do analista é o que faz falar e, portanto, promove a manifestação do inconsciente. Os efeitos da fala no inconsciente dão tratamento aos significantes, permitindo seu deslizamento, fazendo com que o sujeito da enunciação apareça para além do enunciado. A transferência é o que permite a análise acontecer e, indo um pouco mais adiante, poderíamos dizer

que é o que faz o sujeito “caminhar”, seja nos desfiladeiros dos seus significantes e, porque não dizer, por diferentes territórios?

Essa suposição de saber não pode ser medida por proximidades físicas, mas sim por questões relacionadas à transferência e a busca desse sujeito por sua verdade. O vínculo não pode ser pré-estabelecido a partir do lugar onde o sujeito vive, pois nunca sabemos *a priori* o que enlaça o sujeito.

Assim sendo, se faz necessário ter em mente que a complexidade dos territórios envolve várias dimensões, espaciais, temporais, tecnológicas, de recursos, de divisão do trabalho, de direitos, entre tantas outras. Não podemos nos esquecer dos sujeitos nesses territórios e sua relação com ele, pois os sujeitos transformam e são transformados nessa relação. Os territórios comportam uma dimensão de vivência que tem peculiaridades e dinâmicas próprias e que são acionadas e articuladas por diferentes atores sociais. As configurações do território extrapolam a formalidade e a institucionalidade, que é situada pelas políticas sociais que seguem regras administrativas. Para além da racionalidade que é apreendida dos territórios, eles apresentam as complexidades dos sujeitos que os constroem, modificam e fazem usos próprios dos espaços. É preciso considerar os sujeitos na relação com o território, principalmente quando são pensadas as políticas sociais que seguem lógicas alheias à circulação e a relação que estes estabelecem com os territórios. Os equipamentos e instituições são organizados a partir da lógica político-administrativa, que busca racionalmente organizar o acesso dos sujeitos aos serviços sem considerar suas formas de circulação, relação e seus afetos com esses territórios (Koga, 2013). Há que se considerar a dimensão dos sujeitos nessa relação, pois cada um constrói trilhamentos muito próprios, que refletem vivências, desejos, e porque não dizer, que refletem uma dimensão transferencial?

É preciso ir mais longe para entender o que move e sustenta essa circulação dos sujeitos, dimensão essa negligenciada por diferentes políticas. Há uma dimensão subjetiva que sustenta as relações nesse território e que permite ao sujeito circular e interagir nele, que pode ser transferencial. Delimitar espaços, construir regras administrativas que dizem até onde esse sujeito pode ir, fixando-o em espaços e significantes, por vezes, impede que este busque suas respostas e sua verdade, pois fixa-os em significantes vindos do Outro que apagam a sua dimensão subjetiva e o saber sobre si mesmo. Nesse sentido, propomos que a caminhada do sujeito esteja aberta a novas trajetórias de forma que a busca por si

mesmo e por uma resposta para o sofrimento seja possível através da transferência que se estabelece com diferentes lugares, pessoas e instituições.

5.6 Considerações finais

As aberturas políticas apresentadas nesse artigo só foram possíveis porque colocamos o sujeito para interrogar a política. Um jovem que não conseguia se adaptar às formatações da política socioeducativa foi reiteradamente tratado como infrator do início da sua entrada no sistema até sua saída. O sujeito é lido dentro do campo político a partir de significantes construídos por essas políticas, como por exemplo, a política socioeducativa trata o jovem como infrator. Essa leitura impede o jovem de aparecer enquanto sujeito, com seus significantes próprios, tecidos na sua história.

Com o caso e com as aberturas promovidas por ele, evidenciam-se alguns pontos importantes de serem escutados: a repetição produzida pelo jovem no seu retorno constante ao sistema socioeducativo precisa ser o guia de leitura para o caso e direcionar as intervenções da política; entendemos que a política pública quando se fecha na norma e na burocracia e se direciona a partir de um significante único obstaculariza o caso; e, por fim, as políticas carecem de investimento público financeiro para formar e supervisionar o trabalho desenvolvido por seus operadores, para que eles possam desenvolver habilidades específicas que possibilitem construções mais assertivas frente aos problemas enfrentados cotidianamente.

Enfim, pensar para cada sujeito quais são os pontos de abertura na política, que permite escutar seus significantes, abre espaço para que intervenções singulares sejam construídas e possamos pensar uma política do sujeito.

5.7 Referências bibliográficas

- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília.
- Brasil. (2012). *Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Publicado no DOU, de 19 jan. 2012 retificado em 20 jan. 2012.

- Cunha, Cristiane de Freitas, et.al. (2015). Arte na espera: tecendo uma rede de acolhimento para o adolescente e para a família. *Adolesc. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, supl. 1, p. 44-51, mar.
- Freud, Sigmund. (1912). *A Dinâmica da transferência*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XII.
- Garcia, Célio. (2000). *Clínica do Social*. Belo Horizonte: Editora Projeto.
- Garcia, Célio. (2003). Redes de redes. In.: Barros, Fernanda Otoni. *Tô fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Garcia, Célio. (2011). *Estamira, novas formas de existência: por uma clínica da carência*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Gueguen, Pierre-Guilles. (1997). A transferência como logro. In: Feldstein, Richard; Fink, Bruce & Jaanus, Maire (orgs.) (1997). *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Guerra, Andréa Máris Campos; et al. (2014). Risco e Sinthome: A Psicanálise no Sistema Socioeducativo. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Vol. 30 n. 2, Abr-Jun 2014.
- Guerra, Andréa Máris Campos; Martins, Aline Souza, & Otoni, Marina Soares. (2014). Adolescência e infração: conjugando fatores subjetivos e políticos no compartilhamento de responsabilidades. *Revista Brasileira de Ciências Criminais, CIX*, pp. 109-130.
- Guerra, Andréa Máris Campos, & Moreira, Jacqueline de Oliveira. (2015). Instituições e controle social: do vivente ao sujeito, como ler novas histórias. In: Magalhães, José Luiz Quadros; & Salum, Maria José Gontijo. *Mitos e verdades sobre a justiça infanto-juvenil brasileira: porque somos contrários a redução da maioria penal?* Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Koga, Dirce (2013). Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina.
- Lacan, Jacques. (1950-1966) Introdução teórica à funções da Psicanálise em Criminologia. In: *Escritos*. 29ed. Jorge Zahar Editores, 1998.
- Lacan, Jacques. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. 29ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- Lacan, Jacques. (1964). *Seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- Mendes, Aline Aguiar. (2014). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Merhy, Emerson Elias, et al. (2014). Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. *Divulg. Saúde Debate*. 52:153-164.
- Moreira, Jacqueline de Oliveira, et al. (2015). Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? *Psicologia Política*. vol. 15. nº 33. Pp. 285-302. Maio – Ago.
- Moreira, Jacqueline de Oliveira, et. al. (2015). Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serv. Soc. Soc. São Paulo*, n. 122, p. 341-356, abr./jun.
- Rocha, Bianca Ferreira. (2017). *Saúde e sistema socioeducativo: um trabalho tecido por muitos*. (Monografia de Especialização). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Rocha, Bianca Ferreira. (2021). Territórios, sujeitos e transferência: os caminhos de um sujeito. In.: Guerra, Andréa Máris Campos; Otoni, Marina Soares & Moreira, Paula Dias, (orgs.). *Violências e violações impertinentes*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Santos, Milton. (2017). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Salum, Maria José Gontijo. (2009a). Crime, Violência e Responsabilidade na Clínica Psicanalítica Contemporânea. *Asephallus*, 4(8), 1-16.
- Salum, Maria José Gontijo. (2009b). Crime, Violência e Responsabilidade na Clínica Psicanalítica Contemporânea. *Sephora*. v. IV. nº 8. Maio a Out.
- Saraiva, João Batista Costa. (2014). *Legemhabemus! O Sinase agora é lei*. Revista Eletrônica do Ministério Público de São Paulo, São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/adolescente_em_conflito_com_a_Lei/Doutrina_adolescente/Legem%20habemus!%20O%20Sinase%20agora%20%C3%A9%20Lei.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- Souza, Juliana Marcondes Pedrosa (2015). *Responsabilização do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa: enlaces da Psicanálise com o Direito*. 2015. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

6 CONCLUSÃO

Contribuía com o que eu conseguia construir a partir dos inúmeros casos que discutia, mas depois do longo percurso de trabalho percebi que não pensávamos de forma sistêmica e a sensação é que eu refazia meu trabalho cotidianamente (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018).

Depois de quatro anos da minha saída do trabalho no sistema socioeducativo e de estar longe das discussões que esse sistema propõe, voltei em uma unidade para realizar uma conversa com adolescentes sobre cortes corporais. A conversa foi tranquila e as adolescentes queriam falar, contar as suas histórias e o tempo que faltava para sair da unidade. Gostariam de estar em outro lugar, gostariam de ter feito coisas diferentes daquelas que as levaram para a instituição, gostariam de ter uma realidade diferente da que estavam vivendo, gostariam de viver a sua juventude, aproveitando com amigos, família e outras pessoas importantes para cada uma. Suas queixas se baseavam na frustração com a relação estabelecida entre elas na instituição, que beneficia umas em detrimento de outras, pois queriam estar fora dos alojamentos, queriam vivenciar momentos de descontração, de lazer, saindo desse lugar de adolescentes infratoras.

Ao me deparar com essa questão, me perguntei quais as saídas o socioeducativo, uma política para a juventude, oferece para que as adolescentes, ou os adolescentes, possam vivenciar sua juventude sem as marcas de um significante criado pela própria política? Como ouvir esses sujeitos que querem falar de si para além da nomeação do Outro, para além da nomeação de uma política? Ao final do processo de escrita voltei mais uma vez à pergunta inicial: como fazer uma política que considere os sujeitos? Essas adolescentes falaram de questões muito importantes, elas disseram de um olhar julgador que as incomoda constantemente, sentem que os outros as olham com uma ideia prévia sobre o que fizeram ou sobre quem elas são. No lugar de infratoras, às vezes não lhes é dado o direito de falar de si, esse lugar onde o sujeito pode aparecer. O lugar de escuta, de construção de intervenções, deve ocorrer no campo da singularidade, pois os sujeitos alheios de si mesmos não questionam os significantes que lhes são oferecidos, colam em uma imagem que não os representam. Criar esses espaços é matéria indispensável dentro do campo político para que a política chegue de fato a quem ela se destina.

A pergunta que norteou essa pesquisa e que é feita novamente na conclusão do trabalho aponta que há muito caminho a percorrer e pouco foi feito até o

momento para criar espaços para essa mudança. A escuta, dentro do campo das políticas para juventude, é marcada por noções e significantes que antecedem os sujeitos e direcionam as intervenções para os casos. A ordem universal antecede a possibilidade das singularidades se apresentarem como eixo norteador para as discussões e construções das equipes. Mas se é a singularidade que permite a existência do universal, como vamos construir os casos e as políticas partindo de um pressuposto que coloca todos e todas em um lugar comum?

Nesse sentido, como aponta o caso discutido e as memórias de trabalho, encontrar brechas na política para discussões que incluam a singularidade dos casos possibilita que o trabalho se dê a partir de pontos de abertura na política para incluir o sujeito. O caso nos fez pensar também em como um sujeito pode fugir aos pressupostos colocados pelas políticas e a necessidade de abrir brechas para a escuta das singularidades. Essa abertura não ocorreu na política socioeducativa que leu o ato do jovem como mais um ato infracional, respondendo com punição diante dessa atuação. A política já trabalha com o significante da infração, é anterior ao sujeito, unifica todos, com esse significante não há espaço para o sujeito e sua construção. O trabalho feito pelas políticas que estavam acompanhando o jovem, e que consideravam as especificidades do caso, tem fim no momento em que a política socioeducativa impossibilita que o sujeito apareça a partir de seus próprios significantes.

A psicanálise nos fornece conceitos que auxiliam na construção dessas saídas. O inconsciente, com a sua atemporalidade, nos permite perceber que, ao entrarmos em contato com o sujeito em uma política, se faz necessário despir de saberes prévios e protocolos de atendimentos para que o sujeito possa ser ouvido e os caminhos para as intervenções sejam realizados de forma singular.

O conceito de transferência nos leva a analisar quais caminhos os sujeitos percorrem para acessar serviços, fazer laços, encontrar com profissionais, participar de projetos com os quais se engajam e que os levam a se implicar com a própria história. Desse modo, as redes tecidas ao entorno desses sujeitos devem ser vivas, devem considerar o furo, mais que os nós, porque, afinal de contas, o sujeito não é exatamente esse furo, esse espaço entre significantes?

Esses pontos de abertura política apontados pelo caso nos possibilitaram enxergar que há uma responsabilização que não deve ser cobrada somente na instância subjetiva, mas também na perspectiva social, pois caso contrário caímos

num contrassenso ao colocar o sujeito como o único responsável pelas intervenções construídas pelas equipes. As equipes se constroem no entorno de caso e no momento dessa construção deveriam considerar cada caso como único para pensar as aberturas políticas. No entanto, nos deparamos quase sempre com equipes construindo os casos, a partir dos direcionamentos de cada política, para fazer o adolescente se encaixar nas ofertas dessas políticas.

Nosso trabalho deve primar por abrir espaço para que os universais se instituem a partir de falas singulares, a partir das experiências juvenis que, ao longo da história, nos ensinaram que poderiam falar sobre suas histórias, trajetórias e sobre o que é ser jovem no contexto brasileiro. As vozes dos jovens silenciadas ao longo da história e que, recentemente, perderam ainda mais espaço, precisam nortear nossas práticas e saberes para que possamos construir uma forma de organização política que mantenha o ponto de indeterminação do sujeito, criando assim, universalidades que incluam as singularidades.

As indeterminações que os sujeitos apontam para o campo político demonstram a complexa relação entre essas duas dimensões: o sujeito e a política. Como aprendemos com Freud: educar, psicanalisar e governar são profissões impossíveis já que não é possível educar as pulsões. Assim, no campo político, nos deparamos com uma prática na qual o sujeito vai sempre escapar as determinações, o que nos impede de criar significantes únicos para direcionar as intervenções. As construções devem ser feitas para cada caso, considerar o ponto de indeterminação dos sujeitos e os furos que eles apontam para as políticas. Dar espaço para que o sujeito apareça no campo político é o desafio posto para cada política.

Desse modo, depois de quatro anos fora da política socioeducativa, acredito que ainda posso reafirmar o que pensava sobre o meu trabalho no sistema socioeducativo: “aprendi que no estado o meu trabalho era de minimização das violações produzidas pelo próprio estado” (B.F.Rocha, comunicação pessoal, 25 de abril de 2018). O trabalho sempre teve seus entraves e pontos de detenção da prática que não avançaram, mas que produziram perguntas para fazer avançar o saber sobre a política e sua relação com os sujeitos.